

**MEDIA, IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS**

2005-2006

**ISABEL FERIN
CLARA ALMEIDA SANTOS
WILLY FILHO
ILDA FORTES**

28

A B R I L 2 0 0 8



**MEDIA, IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS
2005-2006**

**ISABEL FERIN
CLARA ALMEIDA SANTOS
WILLY FILHO
ILDA FORTES**

Media, Imigração e Minorias Étnicas – 2005-2006/
Isabel Ferin, Clara Almeida Santos – (Estudos OI; 28)
ISBN 978-989-8000-46-0
I – Ferin, Isabel
Santos, Clara Almeida
CDU 314
316

PROMOTOR
OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO
www.oi.acidi.gov.pt

COORDENADOR DA COLEÇÃO
PROF. ROBERTO CARNEIRO

AUTORES
ISABEL FERIN
CLARA ALMEIDA SANTOS
WILLY FILHO
ILDA FORTES

EDIÇÃO
ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I. P.)
RUA ÁLVARO COUTINHO, n.º 14, 1150-025 LISBOA
TELEFONE: (+351) 218 106 100 FAX: (00351) 218 106 117
E-MAIL: acidi@acidi.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA
EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

PRIMEIRA EDIÇÃO
1500 EXEMPLARES

ISBN
978-989-8000-46-0

DEPÓSITO LEGAL
270 316/08

LISBOA, ABRIL 2008

ÍNDICE GERAL

LISTA DE TABELAS	5
LISTA DE GRÁFICOS	7
LISTA DE ANEXOS	9
NOTA DE ABERTURA	11
NOTA DO COORDENADOR	13
INTRODUÇÃO	15
CAP. 1.	19
ISABEL FERIN	
1. MIGRAÇÕES NA EUROPA E POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO	19
2. O CAMPO DOS MEDIA	24
3. TEMAS, AGENDAS E CONCEITOS	30
4. OS MEDIA E A IDENTIDADE CULTURAL	34
CAP. 2. ANÁLISE DE IMPRENSA	47
CLARA ALMEIDA SANTOS	
1. NOTAS FINAIS SOBRE IMPRENSA	78
CAP. 3. ANÁLISE DE TELEVISÃO	81
ISABEL FERIN	
1. NÚMERO DE PEÇAS, TEMPO DE DURAÇÃO E PROEMINÊNCIA	81
2. CONTEÚDOS: IDENTIDADES E TEMAS	88
3. DISCURSOS: NARRATIVAS E DO TOM AO ENQUADRAMENTO	98
4. NOTAS FINAIS SOBRE A TELEVISÃO	100
CAP. 4. CONCLUSÕES	103
ISABEL FERIN E CLARA ALMEIDA SANTOS	
CAP. 5. BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS – IMPRENSA	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Peças em que o «arrastão» de Carcavelos é referido ou implicado	49
Tabela 2. Temas em Janeiro de 2006 com peso superior a 5% do total de temas	51
Tabela 3. Peças por jornal no período 2005/2006	52
Tabela 4. Peças por jornal analisadas por ano (2005/2006)	52
Tabela 5. Espaço ocupado pelas peças em 2005 e 2006	53
Tabela 6. Distribuição das peças conforme o espaço pelos jornais analisados (2005 e 2006)	54
Tabela 7. Tipo de peças em 2005 e 2006	56
Tabela 8. Proeminência das peças em 2005 e 2006	57
Tabela 9. Distribuição geográfica das peças nos dois anos analisados (2005 e 2006)	58
Tabela 10. Estatuto jurídico dos protagonistas das peças em 2005 e 2006.	60
Tabela 11. Estatuto jurídico dos protagonistas das peças discriminado por anos (2005 e 2006).	60
Tabela 12. Minorias/nacionalidades nos anos analisados (2005 e 2006)	61
Tabela 13. Minorias referidas quando o tema é <i>Crime</i> (2005 e 2006)	62
Tabela 14. Frequência dos temas nas peças analisadas e peso de cada tema no total da amostra (2005 e 2006)	64
Tabela 15. Imigrantes como autores ou vítimas nas peças identificadas com o tema <i>Crime</i> (2005 e 2006)	65
Tabela 16. Ocupação dos imigrantes/minorias nos anos analisados (2005 e 2006)	68
Tabela 17. Distribuição das referências à ocupação dos imigrantes/minorias por jornal	69
Tabela 18. Distribuição das referências ao género dos protagonistas nos anos analisados (2005 e 2006)	71
Tabela 19. Idade dos protagonistas das peças nos anos analisados (2005 e 2006)	71
Tabela 20. Tipos de ilustração patentes nas peças nos anos analisados (2005 e 2006)	72
Tabela 21. Presença de actores oficiais nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)	73
Tabela 22. Presença de vozes oficiais nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)	74
Tabela 23. Presença de vozes dos imigrantes/minorias nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)	75
Tabela 24. Narrativa nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)	76
Tabela 25. Narrativa nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)	77
Tabela 26. Narrativa nas peças correspondentes aos tipos opinião, editorial e comentário dos anos analisados (2005 e 2006)	78
Tabela 27. Total de peças por ano e por canal	82
Tabela 28. Meses com mais peças por ano e respectivas agendas	85

Tabela 29. Peças por âmbito ou local de acção	88
Tabela 30. Peças por nacionalidade ou etnia	89
Tabela 31. Agregação das temáticas principais	95
Tabela 32. Temas 2 agregados	96
Tabela 33. Comparação tema 1 e tema 2 (agregados)	97
Tabela 34. Enquadramento das peças	99
Tabela 35. Presença dos temas mais importantes por anos em imprensa (percentagem sobre o número de peças)	104
Tabela 36. Presença dos temas mais importantes por anos em televisão (percentagem sobre o número de peças)	105
Tabela 37. Evolução da personalização em imprensa (percentagem sobre o número de peças)	107
Tabela 38. Peso das citações em imprensa no total de peças por ano	108
Tabela 39. Evolução da personalização em televisão (percentagem sobre o número de peças)	109
Tabela 40. Peso das citações em televisão no total de peças por ano	109
Tabela 41. Percentagem de minorias presentes nas peças de imprensa que em algum ano obtiveram um peso superior a 1%	111
Tabela 42. Percentagem de minorias presentes nas peças de televisão que em algum ano obtiveram um peso superior a 1%	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do número de peças registadas entre 2003 e 2006	48
Gráfico 2. Distribuição das peças ao longo de 2005	49
Gráfico 3. Distribuição das peças ao longo de 2006	51
Gráfico 4. Peças com 1 ou 2 parágrafos por jornal	55
Gráfico 5. Comparação da presença das minorias/nacionalidades no total das peças e nas peças identificadas com o tema <i>Crime</i> , excluindo as minorias presentes em menos de 1% das peças em cada uma das situações (2005 e 2006)	63
Gráfico 6. Comparação dos temas que em algum dos anos (2003, 2004 ou 2005/2006) atingiram mais de 5%	66
Gráfico 7. Temas por anos de análise (2005 e 2006)	67
Gráfico 8. Comparação da distribuição das referências à ocupação dos imigrantes/minorias em três períodos (2003, 2004 e 2005/2006)	70
Gráfico 9. Peso relativo do tom nas peças nos anos analisados (2005 e 2006)	77
Gráfico 10. Número de peças emitidas por estação televisiva	82
Gráfico 11. Peças por mês nos anos de 2005 e 2006	84
Gráfico 12. Peças por género televisivo	86
Gráfico 13. Peças por Género	91
Gráfico 14. Voz atribuída aos actores principais (Citação 1) por ano, número de peças e percentagens correspondentes ao total de peças	94
Gráfico 15. Tom por peça	98
Gráfico 16. Evolução do número de peças 2003-2006 (imprensa e televisão)	103

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1. Distribuição da peças ao longo de 2005 e 2006, comparando os meses homólogos	119
Anexo 2. Volume das peças discriminado por ano	120
Anexo 3. Espaço ocupado por tipo de notícias (2005 e 2006)	121
Anexo 4. Distribuição do tipo de peças pelos anos analisados (2005 e 2006)	122
Anexo 5. Tipos de peças presentes na modalidade revista em 2005 e 2006	123
Anexo 6. Distribuição do estatuto jurídico por jornal (2005 e 2006)	124
Anexo 7. Distribuição das minorias/nacionalidades por ano (2005 e 2006)	125
Anexo 8. Presença dos temas nos jornais de referência (Público, Diário de Notícias, A Capital e Expresso) em 2005 e 2006	126
Anexo 9. Presença dos temas nos jornais populares (Jornal de Notícias, Correio da Manhã, 24 Horas e O Independente) em 2005 e 2006	127
Anexo 10. Presença de actores nas peças analisadas em 2005 e 2006	128
Anexo 11. Autores de citações nas peças analisadas em 2005 e 2006	129

NOTA DE ABERTURA

Nas sociedades actuais, altamente mediatizadas, é fundamental estar atento e agir sobre opinião pública tendo em vista a consolidação de uma posição positiva sobre o acolhimento e integração dos imigrantes.

Ignorar a relevância da opinião pública no domínio da imigração e a sua dependência dos *media*, pode favorecer vários efeitos perversos. Neste sentido, desde logo, porque os *media* comunicam uma imagem sobre a imigração e essa imagem é por vezes distorcida, o ACIDI, através do seu Observatório de Imigração, considerou fundamental desenvolver regularmente e de forma sistemática estudos acerca da informação que é veiculada pelos *media* em Portugal acerca da Imigração e Minorias Étnicas. Este livro é o quarto volume nesta vertente, permitindo assim uma análise comparada e evolutiva do que tem sido veiculado pelos media desde 2002 acerca dos imigrantes.

A partir da percepção gerada pelos *media* – positiva ou negativa –, o efeito de aceitação ou rejeição dos imigrantes pela opinião pública é automático. Assim, a existência de um argumentário sólido com dados científicos que mostrem, por um lado, as peças que são veiculadas pelos *media*, e, por outro, o posicionamento da informação veiculada (positiva ou negativa) face aos contributos da imigração para a sociedade de acolhimento, é fundamental para o ACIDI balizar o seu diálogo com a opinião pública acerca da imigração e combater o reforço de estereótipos que conduzam à discriminação.

Exactamente para concretizar estas metas fundamentais de consolidação do conhecimento acerca das imagens veiculadas pelos *media*, uma equipa coordenada pela Professora Isabel Ferin voltou a realizar um estudo – desta vez com dados de 2005 e de 2006 –, analisando cerca de 4750 peças de imprensa e 558 peças de televisão.

Este livro evidencia que temas relacionados com a imigração entraram definitivamente nas rotinas de produção da imprensa e da televisão. Ainda assim continua a verificar-se que são os temas negativos que dominam nas peças acerca da população imigrante (e.g. crime, incidentes, máfias, prostituição, etc.). Como a equipa de investigação conclui, continua a subsistir uma lacuna de peças acerca dos contributos positivos e/ou inovadores dos imigrantes para a sociedade portuguesa. Há, pois, muito mais a trabalhar nesse sentido.

ROSÁRIO FARMHOUSE

ALTA COMISSÁRIA PARA A IMIGRAÇÃO E O DIÁLOGO INTERCULTURAL

NOTA DO COORDENADOR

Este é já o terceiro volume da colecção de Estudos do Observatório da Imigração que vem inteiramente dedicado ao tema *Media e Imigração*.

Por isso, são completamente injustificadas longas considerações introdutórias ou demorados enquadramentos.

Esta última etapa da investigação plurianual que as Doutoradas Isabel Férin e Clara Almeida Santos realizaram para o Observatório da Imigração culmina com um novo relatório de qualidade e interesse manifesto para quem se dedique ao estudo da opinião pública nacional na vertente do fenómeno migratório.

O presente estudo apresenta várias inovações e diversas melhorias metodológicas, de entre as quais se salientam as seguintes:

- O esforço no sentido de apreender novos fenómenos sociais (de que o célebre “pseudo-arrastão de Carcavelos”, em 2005, constitui um paradigma saliente).
- A distinção conceptual se os imigrantes são apresentados como vítimas ou autores dos crimes noticiados.
- Ao nível da análise de imprensa
 - A inclusão da modalidade “Revista”.
 - Na variável que dá conta das minorias, a explicitação da modalidade “Imigrantes”.
 - A adição do conceito “Direitos” à modalidade “Integração”.
 - Na variável Citação, consideração da modalidade “Romenos”.
- Ao nível da análise da televisão
 - Na variável que refere o estatuto jurídico, acrescentamento da modalidade “sem identificação”.
 - Na variável Tema, consideração de modalidades que registam novos fenómenos sociais.

- Na variável Trabalho, referências explícitas a diversas ocupações, que foram registadas em “Outros”.
- Nas variáveis Actor e Citações, acrescentamento da modalidade “Refugiados”.

Vale a pena usar, à laia de sumário final, palavras das autoras para retratar o panorama global apurado numa lógica de síntese de conclusões.

(...) Numa retrospectiva longitudinal observa-se que ao longo dos anos analisados, 2003 a 2006, os padrões de cobertura do tema Imigração e Minorias Étnicas têm vindo a alterar-se. Se nos dois anos iniciais esses padrões de cobertura privilegiaram a temática Crime, os Actores Institucionais, as Vozes e Fontes oficiais, recorrendo a um Tom negativo, a uma Argumentação predominantemente securitária e a um Enquadramento policial, nos dois últimos anos surgiram alterações. Assim, nota-se que apesar de se manter a temática Crime, há uma distinção entre o autor do crime e a vítima do crime, por outro lado há um crescente recurso a Fontes provenientes da sociedade civil e aos imigrantes, o Tom é predominantemente neutro, a Argumentação assertiva e o Enquadramento factual.

(...) Novas estratégias são possíveis através da criação de meios de comunicação alternativos e a organização de fontes na sociedade civil. Estas empresas e estas agências alternativas poderão recolher, tratar, difundir ou canalizar informação de valor social — predominantemente gerado no designado Terceiro Sector — quer para os Novos *Media* quer para os *Media* mainstream, quer ainda para meios de comunicação com novas filosofias de mercado, como os jornais gratuitos e as televisões locais e regionais. A entrada no campo dos *Media* de profissionais e jornalistas oriundos da imigração e das minorias torna-se, também, estratégico numa sociedade cada vez mais plural.

A comunidade científica nacional e o ACIDI / OI ficam profundamente devedores às ilustres autoras pela dedicação académica e rigor científico com que trataram um tema da maior relevância para a política pública e para as estratégias de integração num período marcado pela celebração do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO DO ACIDI

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2008

INTRODUÇÃO

Neste relatório apresenta-se a terceira edição, referente aos anos de 2005 e 2006, do Projecto *Media*, Imigração e Minorias Étnicas, desenvolvido com o patrocínio do Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas, actual Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, em parceria com o Centro de Investigação Media e Jornalismo e o Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra. O projecto foi coordenado pela Doutora Isabel Ferin Cunha, que se ocupou em colaboração com o bolseiro Willy S. Filho dos dados relativos à televisão. A análise de imprensa foi coordenada pela investigadora Mestre Clara Almeida Santos e teve a colaboração da bolseira Ilda Fortes.

Esta publicação é constituída por três capítulos (I, II e III) e uma conclusão. No Capítulo I faz-se, como nos relatórios anteriores, uma contextualização dos dados analisados, referindo factores de ordem política, económica e mediática que permitem situar determinados fenómenos reportados nos *Media* sobre as imigrações e as minorias. No mesmo capítulo traça-se um breve panorama do campo dos *Media* e discutem-se alguns conceitos e perspectivas teóricas sobre Diáspora, Identidade(s), Diferença e Etnicidade, e abordam-se alguns estudos clássicos que inter-relacionam os *Media* com estas temáticas. No Capítulo II apresentam-se os dados de 2005 e 2006, referentes à análise de imprensa, privilegiando uma perspectiva comparativa não só no que concerne a estes dois anos mas, também, no que toca aos anos anteriores (2003 e 2004). No total, analisaram-se 4750 peças, correspondendo 2548 ao ano de 2005 e 2202 ao ano de 2006.

No Capítulo III analisam-se 558 peças de televisão – 313 referentes a 2005 e 245 relativas ao ano de 2006 – e aborda-se, de forma igualmente comparativa, os dados recolhidos em 2005 e 2006. Na Conclusão interpretam-se os resultados da imprensa e da televisão, tendo como objectivo compreender as tendências dos dois anos em análise, mas também as alterações e constâncias relativas aos relatórios anteriores.

A metodologia deste trabalho segue as directivas dos relatórios publicados anteriormente, salvaguardando algumas alterações introduzidas no sentido de apreender os novos

fenómenos sociais, por exemplo na variável Tema foram inseridas as modalidades «Arrastão de Carcavelos», os «Brasileiros em Vila de Rei» e «Refugiados». Com esta orientação foi, também, introduzida uma nova variável, na análise da imprensa e da televisão, que teve como objectivo identificar, no tipo de cobertura jornalística realizada, se os imigrantes são apresentados como vítimas, ou actores, dos crimes mencionados nas temáticas.

Na Imprensa foram também introduzidas algumas alterações relativas às modalidades de forma. Assim, na variável proeminência, incluiu-se a modalidade «Revista», pois percebeu-se que seria uma localização de peças com características diferentes da modalidade «Suplemento», onde nos anos anteriores estas peças vinham a ser inseridas. Verificou-se que as revistas que são distribuídas com os jornais são um espaço onde se publicam as peças de maior fôlego sobre a temática da imigração e minorias étnicas, nomeadamente as reportagens. Na variável que refere o Estatuto Jurídico foi acrescentada a modalidade «Várias», uma vez que se verificou que há uma maior atenção em referir a situação dos imigrantes, havendo muitas vezes referência, na mesma peça, a diferentes formas de permanência no país, não se resumindo essa referência a nenhuma das modalidades existentes anteriormente. Na variável que dá conta das minorias referidas (nacionalidade, etnia, etc.), adicionou-se a modalidade «Imigrantes», por muitas vezes serem referidos os protagonistas das notícias por este substantivo colectivo, inserindo-se também nesta codificação os casos em que surge o termo «estrangeiros». Esta nova modalidade difere da já existente «Várias» na medida em que essa se referia às peças em que são especificamente mencionadas as nacionalidades em causa. À modalidade «Integração», uma das que integram a variável Tema foi adicionado o conceito de «direitos», tendo-se considerado que esta perspectiva mais ampla abrange também as questões da cidadania que, no entanto, não deixam de estar relacionadas com a integração. Finalmente, na variável Citação foi incluída a modalidade «Romanos», que faltava, pois ainda não tinham sido encontradas citações de protagonistas desta nacionalidade, encontrando-se a partir de 2005 alguns casos que se consideraram relevantes.

Na análise da televisão foram introduzidas alterações nas variáveis referentes ao estatuto jurídico, aos temas, ao trabalho, aos actores e às citações. Na variável que refere o esta-

tuto jurídico foi acrescentada a modalidade «Sem Identificação», sendo que a modalidade «Outros» foi utilizada no sentido de «vários estatutos referenciados». Na variável Tema, como já foi anteriormente referido, foram adicionadas modalidades que registam novos fenómenos, como os «refugiados» e os «Brasileiros em Vila de Rei» ou fenómenos a que a televisão deu grande visibilidade, como o designado «Arrastão de Carcavelos». Na variável Trabalho distinguiram-se as referências a diversas ocupações, que foram registadas em «Outros», das peças onde não era possível identificar as situações de trabalho «sem identificação». Para terminar, nas variáveis Actor e Citações foram acrescentadas as modalidades «refugiados», um grupo que adquiriu nestes dois anos maior visibilidade nas estações de televisão.

O *corpus* de análise de televisão manteve-se estável, tendo sido analisadas as peças emitidas no *prime-time*, na RTP 1, SIC e TVI. O *corpus* de análise da imprensa reflecte as alterações deste sector, nomeadamente o fim das actividades do jornal *A Capital* (última edição publicada a 30/07/2005) e do *Independente* (último número publicado a 1 de Setembro de 2006). O *corpus* de análise de imprensa ficou assim constituído pelos jornais diários *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã* e *24 Horas* e pelo semanário *Expresso*.

CAPÍTULO 1.

ISABEL FERIN

Este primeiro capítulo tem como objectivo contextualizar a análise dos dados relativos à Imigração e às Minorias Étnicas em Portugal, recolhidos na imprensa e na televisão. Com este objectivo, traça-se em primeiro lugar um quadro das Migrações e das Políticas de Imigração na Europa, referindo, em seguida, as alterações legislativas que ocorreram em Portugal nestes dois últimos anos. Por conseguinte desenvolvem-se alguns conceitos que fundamentam grande parte das coberturas jornalísticas e perpassam a análise de imprensa e televisão sobre os *Media*, Imigração e Minorias Étnicas. Por último, esboça-se um breve panorama da evolução do campo dos *Media* em Portugal, com o objectivo de identificar algumas potenciais variáveis que tenham interferido nos resultados apresentados neste trabalho.

1. MIGRAÇÕES NA EUROPA E POLÍTICAS DE IMIGRAÇÃO

As migrações globais não são um fenómeno novo, mas os processos de integração simbólica, económica, financeira e de mercados de trabalho, associados a desastres ambientais e humanitários, têm conferido, neste início de milénio, uma nova dimensão e visibilidade a estes movimentos. A maioria da população mundial continua sedentária e os fluxos migratórios, ao contrário do que surge nos meios de comunicação ocidental, situam-se no hemisfério Sul, nomeadamente em África e na Ásia. Segundo dados recentes, há cerca de 200 milhões de pessoas deslocadas no mundo, o que corresponde a 2,8 % da população mundial. Esta população é constituída por um terço de migrantes e suas famílias, um terço de migrantes trabalhadores e um terço de refugiados (Castles e Miller, 2003).

Até meados do século XX, dentro de uma perspectiva europeísta, dominou o «modelo clássico de migração», presente nas grandes migrações europeias para as Américas e a Oceânia que se seguiram às duas Grandes Guerras Mundiais. Este modelo construiu as «nações de imigrantes», como os Estados Unidos, o Canadá (Giddens, 2004: 260) ou o Brasil, e privilegiou o alargamento da cidadania aos migrantes, tornando-os cidadãos

dos seus países de acolhimento. Um segundo modelo, denominado «modelo colonial», começa a esboçar-se nos anos cinquenta, na sequência das independências das antigas colónias europeias em África e na Ásia. A partir desse momento, países como a França e a Inglaterra estabelecem determinados dispositivos jurídicos e políticos que favorecem o estabelecimento nas antigas metrópoles de migrantes ingressos das ex-colónias. No mesmo período, e em função da industrialização europeia de finais da década de 50, início da década de 60, países que não tinham tido colónias e necessitavam de mão-de-obra pouco qualificada, como a Alemanha e a Suíça, adoptaram o «modelo de trabalhador convidado», designação que aponta para uma estadia temporária dos migrantes e impede o acesso à cidadania nos países de acolhimento, mesmo após longos anos de permanência.

Em meados dos anos 80 surgem novas formas de migração decorrentes dos ritmos de globalização, de fenómenos como a guerra, a opressão, o caos económico, pressões demográficas, pobreza e imaginários de uma vida melhor. Dentro destes factores de mobilidade devem ser referidas, ainda, as redes transnacionais construídas ao longo de décadas por deslocamento de trabalhadores e suas famílias, as redes que se formaram com base em actividades económicas e comerciais, as que se originaram da partilha de crenças religiosas mas, também, as que derivam das actividades mafiosas inerentes à exploração e tráfico de seres humanos. Neste complexo processo, onde a comunicação e a informação mundializada têm uma enorme capacidade de mobilização, identificam-se novas regiões e continentes que funcionam quer como pontos de partida, quer como pólos de atracção, relegando para o passado os fluxos migratórios decorrentes da colonização e do «trabalhador convidado». Os novos fluxos migratórios vêm da Ásia Central e Oriental, da Europa de Leste e da África Central, mas também da América Latina e, apesar de a mobilidade se verificar no hemisfério Sul, grande número de países ocidentais tem conhecido, nestas últimas décadas, a maior pressão migratória de que têm memória. Os que migram não são necessariamente os mais pobres, com excepção para os refugiados, mas sim os que dispõem de contactos no exterior – familiares, vizinhos, conhecidos – e algumas economias para aguentarem, ou pagarem, o período de instalação. Muitos destes migrantes destinam-se a trabalhos menos qualificados, mais sujos e perigosos. Mas outros, conseguindo ultrapassar as barreiras iniciais da clandestinidade e da

precariedade, ou possuindo qualificações específicas necessárias nos países de acolhimento, vêem realizado o «imaginário da imigração». Migram sobretudo os jovens, homens, mas também mulheres, estas cada vez mais escolarizadas e aspirando a uma vida independente. A feminização e a mobilidade de estudantes, oriundos de países terceiros, constituem factores referenciados como impulsionadores de novos fluxos migratórios (OCDE, 2007). À medida que as fronteiras do mundo ocidental se fecham, surgem novas figuras sociais, jurídicas e económicas associadas às migrações: os imigrantes residentes, os temporários, os imigrantes com contrato de trabalho, os ilegais, os clandestinos, os sem papéis, os migrantes pendulares, os migrantes sazonais, os refugiados, os que vivem completamente fora da sociedade oficial, como grande parte dos latino-americanos nos Estados Unidos. Estas «novas figuras sociais» são amplamente exploradas e consolidadas, numa perspectiva negativa e positiva, pelos meios de comunicação e pelas indústrias de conteúdo, com destaque para as televisões e a *world music* (Appadurai, 2004; Canclini, 1997). Em contrapartida desenvolvem-se, igualmente, novas formas de sociabilidade e de relacionamento não só no interior dos países de acolhimento, como entre estes e os países de origem dos migrantes. Fala-se, então, de ajuda ao desenvolvimento e de cooperação transnacional, mas também de comunidades transnacionais, de cidadania plural, dupla nacionalidade, identidades negociadas, multiculturalismo e integração (Woodward, 1997).

Apesar das restrições à imigração e em conformidade com os dados divulgados pelo Relatório da OCDE, em 2007, relativos às Migrações Internacionais, em 2005 entraram cerca de quatro milhões de novos imigrantes, de forma permanente, nos países que constituem esta organização, um crescimento de 10% relativo ao ano anterior. Os países de maior acolhimento são os Estados Unidos, a Espanha, o Reino Unido e o Canadá, mas também a Irlanda, a Alemanha e a Nova Zelândia têm visto crescer o número de trabalhadores migrantes. A estes migrantes legais é necessário acrescentar um número indeterminado mas sempre crescente de indocumentados e traficados, um problema que as autoridades nacionais e internacionais têm dificuldade em conter. Como declara o secretário-geral desta organização internacional (OCDE, 2007), a mobilidade internacional é um dos acontecimentos mais marcantes da agenda global mas necessita de ser bem

gerida, com políticas adequadas que simultaneamente contemplem o mercado de trabalho e permitam a plena integração nos países de acolhimento.

A Europa como espaço de emigração tornou-se, nestas últimas décadas, mais precisamente a partir da década de 80, um espaço de imigração. Este fenómeno, gerado por desequilíbrios económicos, demográficos, culturais e religiosos mundiais, tem-se repercutido nas políticas da comunidade europeia e constituído um dos temas de maior preocupação da opinião pública, como demonstram as sondagens realizadas periodicamente pelo Eurobarómetro (2005; 2006). Como afirma Wenden (2005: 19), 60% dos estrangeiros instalados na Europa têm mais de dez anos de permanência nos países de acolhimento e constituem cerca de 6% da população europeia. Entre os países com maior percentagem de imigrantes está o Luxemburgo, com mais de 10% de estrangeiros de origem portuguesa, e a Alemanha, com aproximadamente 3 milhões de imigrantes de origem turca. Neste contexto, Portugal constitui um caso particular na medida em que se, por um lado, continua a ser um país atractivo para os imigrantes – apesar do decréscimo de renovações de visto de trabalho sinalizadas nos anos de 2005 e 2006 –, por outro têm vindo a crescer os dados, e as notícias nos meios de comunicação, sobre emigração de portugueses para outros países europeus, como a Holanda, a Inglaterra e a Alemanha.

Nesta última década, e segundo dados da OCDE (2007), têm aumentado os fluxos migratórios originários do continente asiático, nomeadamente da China, Paquistão e Índia, mas também da África Subsaariana. Estes novos migrantes caracterizam uma migração com estruturas próprias de acolhimento no trabalho e na sociabilidade, que dificultam, em muitos casos, a plena integração nos países de acolhimento. Um outro fenómeno que caracteriza esta última década é o surgimento de pessoas sem documentação, os «sem-papéis», que constituem um desafio à integração e regularização nos países de acolhimento na medida em que não são expulsáveis mas são, também, dificilmente regularizáveis.

A concertação de políticas relativas à imigração na União Europeia tem privilegiado duas vertentes complementares. Por um lado, concertar aspectos preventivos e de defesa

interna e externa; por outro, desenvolver mecanismos de integração, não discriminação e acesso dos migrantes à cidadania, não só dos países onde vivem mas, também, à cidadania europeia. Entre os mecanismos de defesa e prevenção está o Acordo de Schengen, assinado inicialmente em 1985 e paulatinamente estendido a todos os países que vão integrando a União Europeia. Este acordo constitui, para os cidadãos europeus, a garantia de circulação sem fronteiras, mas obriga os cidadãos de países terceiros a obterem um visto Schengen para visitarem ou permanecerem nos países da União Europeia. Por exigências de adequação e eficiência, a fronteira Schengen abrange, em 2007, apenas 15 países e não os 27 que constituem a União Europeia. O espaço Schengen, como é designado o território delimitado pela fronteira comum, encontra-se dotado de um sistema informatizado único de controlo de entradas e de registo de dados que é partilhado por todos os membros comunitários aderentes. A existência da fronteira Schengen obriga os países por ela compreendidos a possuírem centros de acolhimento temporário para imigrantes em situação ilegal e, ao mesmo tempo, a terem legislação complementar que permita a expulsão e registo destes imigrantes no sistema Schengen. São estes mecanismos que geram, em Portugal, muitas das peças de imprensa e televisão referentes aos centros de acolhimento, as que reportam a expulsão e deportação de imigrantes detectados em situação irregular, assim como as que enfatizam acções da polícia, terrestre e marítima, contra a imigração clandestina no Mediterrâneo e no Sul da Península Ibérica.

Os mecanismos de integração têm vindo a multiplicar-se em diferentes frentes, nos últimos anos, em toda a Europa, salientando-se os aspectos relativos à obtenção da nacionalidade, as políticas de promoção da igualdade de oportunidades e a vigilância e punição dos empregadores e angariadores de mão-de-obra clandestina. No que toca ao direito à nacionalidade, assinala-se a transição do *direito de sangue* para o *direito de solo*, assim como a vinculação da atribuição da nacionalidade em função dos anos de residência nos países de acolhimento (Wenden, 2005: 20). As políticas de promoção de iguais oportunidades visam, em primeiro lugar, a promoção da cidadania participativa e do direito à partilha da vida urbana, através de políticas de realojamento, integração nas escolas, acesso ao emprego, promoção do associativismo e animação cultural. É ainda de referir, dentro destas políticas, as campanhas contra a discriminação social, com recurso aos meios de

comunicação, e as sondagens periódicas sobre percepção de factores de discriminação e atitudes face aos migrantes (Eurobarómetro, 2006; 2007).

Em Portugal os dados recolhidos, em imprensa e em televisão, referentes aos anos de 2005 e 2006, reflectem em grande parte estas tendências, com ênfase para a aquisição de nacionalidade e para as que reportam os realojamentos e as políticas de integração nas escolas. Mas também devem ser mencionados alguns outros temas, como o aumento de publicidade com pessoas oriundas de outros grupos étnicos, e os documentários e reportagens sobre temáticas da migração.

2. O CAMPO DOS MEDIA

Estudos realizados pelo *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC) sobre as atitudes face às imigração e às minorias nos países europeus ressaltam o papel importante dos *Media* na formação da opinião e nas atitudes perante a compreensão da diversidade. Os mesmos relatórios consideram que os *Media* têm um impacto considerável na modulação da percepção e na geração de atitudes da população maioritária perante os imigrantes e as minorias étnicas. Estas observações tendem a acentuar a função de reforço cultural que os *Media* podem exercer na sociedade, ora acentuando as diferenças culturais e étnicas em detrimento da integração e da diversidade, ora veiculando imagens, valores e modelos de uma sociedade mais inclusiva. Por outro lado, as pesquisas realiza-

das pelo EUMC apontam para haver demasiados estereótipos associados à imigração e às minorias étnicas nos *Media* e que esta situação é, simultaneamente, causa e consequência das deficientes estratégias políticas de combate à discriminação¹. Em 2005, o *Handbook for Integration for Policy-Makers and Practitioners*² reconhece que em todos os países europeus se acentuaram os esforços conducentes ao respeito e à promoção da cidadania dos imigrantes mas que há países onde a opinião pública apresenta ainda resistência à imigração e à diversidade cultural.

¹ Bruxelas, (2004) 508 final, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: *First Annual Report on Migration and Integration*, 16/07/2004 COM.

² <http://eumc.eu.int/eumc/material/pub/eurobarometer/EB2005/EB2005-summary.pdf>

Pesquisas que se debruçaram sobre as atitudes e valores dos portugueses face à imigração concluem que há uma «escala cultural cognitiva» entre os inquiridos que os aproxima mais dos imigrantes brasileiros; faz que reconheçam a competência profissional dos cidadãos dos países de Leste e criem desconfiança face aos cidadãos originários de países africanos (Lages e Policarpo, 2006). No entanto, convém referir que estas atitudes e comportamentos não são específicos da sociedade portuguesa. As sondagens periódicas realizadas pelo *Eurobarómetro*, que visam obter dados sobre as atitudes e percepção dos europeus face aos imigrantes e à imigração, demonstram que a hostilidade para com os imigrantes deriva não só de condições objectivas (vulnerabilidade económica, desemprego e precariedade) como de condições subjectivas, tais como expectativas e opções ideológicas. As mesmas sondagens apontam que os cidadãos europeus são também unânimes, apesar das particularidades de cada país, em reconhecer que ser imigrante, e/ou pertencer a outra etnia, é, à partida, uma desvantagem social que cerceia o acesso ao mercado de oportunidades³.

É neste contexto, e assumindo que os meios de comunicação de massa – principalmente a rádio, a imprensa e a televisão – constituem as fontes de informação de referência da maioria da população, que convém relembrar algumas das medidas comunitárias direccionadas aos operadores e profissionais dos *Media*. Estas disposições, assumidas pela União Europeia e pelos Estados-Membros, através de organismos específicos, têm visado acções de consciencialização nos *Media* para a realidade pluricultural e multicultural das sociedades europeias – suficientemente inclusiva para afirmar a cidadania europeia e suficientemente aberta para receber o Outro (Wenden, 2005: 8-12). Vão neste sentido algumas das recomendações presentes nos acordos da Televisão sem Fronteiras (*Television without Frontiers*) sobre os direitos das minorias, a promoção da diversidade cultural e dos direitos humanos, precavendo o incitamento a atitudes racista e sexistas ou à discriminação religiosa⁴. Estes dispositivos legais foram reforçados através do programa *Media Plus* (2001-2006), que elegeu como um dos seus objectivos o desenvolvimento de produções cinematográficas e audiovisuais que contemplassem a cidadania e as minorias étnicas e culturais.

3 Eurobarómetro Especial 263, publicado em 2007 sobre a Discriminação na União Europeia.

4 Art.22a of the Directive 89/552/EEC, «Television without Frontiers»: «Member States shall ensure that broadcasts do not contain any incitement to hatred on grounds of race, sex, religion, nationality».

A sensibilização dos operadores e profissionais dos *Media* tem sido uma das outras preocupações da União Europeia e de outros organismos europeus. O *Committee on Migration of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe* (PACE), por exemplo, tem vindo a enfatizar a necessidade de os empresários europeus incluírem, nos seus quadros, profissionais oriundos de minorias étnicas e de comunidades migrantes. Por outro lado, tem recomendado uma maior formação dos jornalistas nas áreas relativas à diversidade e multiculturalidade, bem como o desenvolvimento de órgãos de comunicação voltados para as comunidades étnicas (*Ethnic Media*)⁵.

Em Portugal, entre 2005 e 2006 e na sequência das propostas lançadas pelo governo de coligação PSD/CDS entre 2002/2005, regista-se no campo dos *Media* um conjunto de mudanças que alteraram significativamente o seu funcionamento, com destaque para as televisões generalistas. As eleições antecipadas, que puseram fim ao governo de coligação conservadora, e conferiram a maioria parlamentar ao Partido Socialista (PS), trouxeram uma maior estabilização à governação política. Em Fevereiro de 2005, é anunciada a venda da Lusomundo Media⁶, em posse da empresa Portugal Telecom, à Controlinveste Olivledesportos⁷, um grupo alicerçado no controlo de emissões desportivas⁸. A venda da Lusomundo Media decorre, na verdade, das recomendações feitas pelo Presidente da República e pela Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACCS), então órgão regulador da comunicação social, no sentido de diminuir o peso do Estado neste sector. No negócio, que levantou dúvidas aos bancos accionistas BES e BPI, e a sectores da sociedade civil, foram preteridas as empresas Cofina, Sonaecom, Media Capital, consórcio SGC e os grupos espanhóis Prisa, Recoletos e Vocento⁹. No mesmo ano acentua-se a participação dos grupos espanhóis nos meios de comunicação através da compra, pela Prisa, da Vertex, empresa que detém 28,8% do capital da Media Capital. A compra, pela

5 <http://assembly.coe.int/ASP/APFeaturesManager/defaultArtSiteView.asp?ArtId=112>

6 Entre os activos desta empresa encontravam-se os jornais diários *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *24 Horas*, diversas revistas, a rádio TSF, um terço da distribuidora VASP e a gráfica Funchalense. Cfr: Ferreira, C., «PT Negoceia Lusomundo Media com Olivledesportos», *Público*, Media, 25/02/2005, p.50.

7 Joaquim Oliveira é o empresário dono deste Grupo que controla, em conjunto com a PT, a Sport Investe. Esta é dona da Sport TV e do jornal desportivo diário *O Jogo*.

8 Prata, B. e Matias, M., «Joaquim Oliveira: O homem que não dá entrevistas», *Público*, Media, 25/02/2005, p. 51.

9 Cfr.: Prata, B. e Matias, M., «Os Grupos de Media em Portugal», *Público*, Media, 25/02/2005, p. 51.

Prisa, da operadora TVI¹⁰, a estação privada líder do mercado, cujos lucros cresceram 113% no 1.º semestre de 2005¹¹, suscitou grande celeuma em torno do papel estratégico dos meios de comunicação na afirmação da identidade e na defesa dos interesses nacionais do país¹². Ao mesmo tempo, esta compra acabou por se associar à renovação das licenças dos operadores privados de televisão — e aos princípios que deveriam obedecer a esta renovação — e à aprovação de uma nova Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) com funções mais alargadas¹³. No campo das regulações, refere-se a iniciativa da TVI, anunciada em Setembro e seguida pela SIC, de classificar os programas segundo o escalão etário, bem como a publicidade direccionada às crianças.

Ainda no campo dos Media, em 2005, é necessário salientar o anúncio feito, pela administração da RTP, da redução de 81,7%, relativa a 2004, dos prejuízos no Grupo, resultantes da venda de património, redução de pessoal, racionalização de custos e reformulação de grelhas¹⁴. Na SIC, o ano de 2005 trouxe, pela primeira vez em dez anos, o segundo lugar nas audiências, atrás da TVI, apesar de o canal manter os melhores resultados líquidos e um crescimento dos lucros de 75%, relativamente ao ano anterior¹⁵. Esta situação irá repercutir-se, nos finais do mesmo mês, no afastamento do director de programas da SIC e sua substituição por um director mais jovem¹⁶. Tendo em vista a renovação, a mesma estação comprou a *Teresa Guilherme Produções*, uma produtora especializada em novos formatos televisivos. No início de Outubro, a ministra da Cultura anunciou o reforço de orçamento e incentivos à produção do audiovisual e, quase simultaneamente, a RTP e a RDP assinaram um acordo com a Radiobrás, para a troca de conteúdos televisivos e radio-

10 A Vertix é a empresa controlada por Pais do Amaral, Presidente da Administração da TVI, que detém, em conjunto com o seu sócio Nicolas Berggruen, 28,8% da Media Capital. Cfr.: Serzedelo, A. e Lima, P., «Pais do Amaral vende TVI», *Expresso*, Media, 23/07/2005, p. 23.

11 Brito, P., «Lucros do grupo Media Capital crescem 113% no 1.º semestre», *Diário de Notícias*, Media & Televisão, 27/06/2005, p. 39.

12 A saída, em ruptura, do administrador da TVI João Van Zeller, alegando que a compra da Media Capital pelo Grupo Prisa punha, a médio e a longo prazo, riscos e contingências para a independência nacional dos meios de comunicação do grupo. O mesmo administrador acusou, ainda, o executivo do primeiro-ministro José Sócrates de estar interessado neste negócio, em função da relação privilegiada que o Grupo Prisa tem com o actual governo socialista espanhol. Esta polémica transferiu-se para o Parlamento, onde o PSD e o CDS, partidos actualmente na oposição, chamaram a depor o ex-ministro da Presidência (Morais Sarmento) e responsável pela Comunicação Social nos governos anteriores. No seu depoimento, o ex-ministro afirmou terem os executivos do PSD e do CDS afastado investidores internacionais do sector televisivo português, por considerarem estratégica, para a preservação da identidade nacional, a sua manutenção sob controlo de empresas portuguesas. Cfr: Real H,

«Administrador deixa TVI por discordar da venda à Prisa», *Público*, *Media*, 02/09/2005, p.40; Madeira, P.M., «PSD afastou estrangeiros do mercado audiovisual», *Público*, *Media*, 21/09/2005, p. 47.

13 Brito, P., «Contas da regulação tendem a aumentar», *Diário de Notícias*, *Media & Televisão*, 19/05/2005, p. 45.

14 Cfr.: Campos, A., «Grupo RTP reduziu prejuízo para seis milhões de euros», *Público*, *Media*, 29/04/2005, 43; Brito, P., «Grupo reduz prejuízo em 81,7% no exercício de 2004», *Diário de Notícias*, *Media & Televisão*, 29/04/2005, p. 43.

15 Azinheira, N., «Manuel Fonseca não resiste à ditadura das audiências», *Diário de Notícias*, *Media & Televisão*, 27/09/2005, p. 40.

16 Azinheira, N. «Entrada de Penim é positiva mas tudo depende dos meios», *Diário de Notícias*, *Media & Televisão*, 28/09/2005, p. 40.

17 Trata-se de um protocolo que prevê que o canal internacional da RTP, RTPi, ceda à Radiobrás programas que divulguem a realidade portuguesa e a actualidade africana, enquanto esta estação do Estado brasileiro fornecerá a Portugal conteúdos actualizados sobre o Brasil. Cfr.: Morais, M.J. (2005), «RTP e RDP trocam conteúdos com empresa brasileira: protocolo com Radiobrás foi assinado ontem», *Público*, *Media*, 19/10/2005, p. 51.

18 Cfr. Motta, S.B. (2005), «TV Record abre delegação em Lisboa», *Diário de Notícias*, *Media & Televisão*, 19/10/2005, p. 41.

fónicos¹⁷. No mesmo mês e dia, a TV Record, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a terceira maior rede brasileira de televisão, anunciou que iria inaugurar, dentro em breve, um escritório em Lisboa com o objectivo de expandir a sua presença na Europa¹⁸.

O panorama mediático do ano de 2006 é grandemente marcado pelas alterações legislativas no campo dos *Media* e pelas funções atribuídas à nova Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Esta entidade é constituída por cinco membros, eleitos pelos partidos com assento maioritário no parlamento (PS e PSD), e financiada por taxas aplicadas às empresas *Media*. Uma das suas primeiras atribuições foi a renovação das concessões dos dois operadores privados, SIC e TVI, seguindo-se a proposta de revisão da Lei de Televisão, que propôs mais investimentos na programação de qualidade na ficção portuguesa, e menos tempo de publicidade entre programas.

Na renovação das concessões por mais 15 anos, a ERC vinculou a SIC e a TVI a diversas obrigações, como, por exemplo: a emissão de três blocos informativos diários; a emissão de debates e entrevistas autónomos dos blocos noticiosos; a exibição de uma programação diária infanto-juvenil, veiculada em horários compatíveis; a diversificação da programação no *prime-time*; a contribuição para o audiovisual independente e a promoção de co-produções com países lusófonos¹⁹. Ainda no que toca à legislação sobre os *Media*, convém referir as diversas medidas tomadas pelo Governo socialista no sentido de impor limites à propriedade, tendo como critérios as quotas máximas de audiência, no caso da TV e da Rádio, e os índices de circulação média, no caso da imprensa²⁰. Convém salientar que estas

medidas causaram reacções de protesto. As empresas manifestaram-se primeiramente contra a obrigatoriedade de financiarem a ERC e em seguida contra a legislação que, no seu ponto de vista, impede a expansão dos grupos de *Media*. Em contrapartida, os operadores privados e públicos assinaram um acordo de auto-regulação com o objectivo de promover a classificação de programas, identificando géneros e contribuindo para a protecção de públicos mais vulneráveis²¹.

No ano de 2006, um outro dado importante a considerar é a alteração da propriedade na TVI. Esta estação – pertencente ao grupo Media Capital – é participada em 33% pelo grupo espanhol Prisa, o qual por sua vez tem entre os seus accionistas de referência o grupo RTL²². Ainda de salientar, no ano de 2006, a saída, a 31 de Março, do canal GNT, da Rede Globo, da oferta a cabo. Após meses de negociação entre a TV Cabo portuguesa, o canal GNT e a Globo-Sat, o contrato não foi renovado e o seu espaço foi ocupado pela TV Record. Esta estação equipou seis estúdios em Portugal e anunciou que iria investir na produção local, apesar de até ao momento grande parte da sua grelha ser semelhante à emitida no Brasil²³. O encerramento do GNT suscitou protestos entre intelectuais portugueses e imigrantes brasileiros e teve como consequência a ruptura de sinergias que envolviam a programação ficcional da SIC.

Ainda de referir é a reformulação do projecto do canal público a 2:, integrando uma nova direcção e uma nova grelha, que, sem deixar de estar aberto à participação de organizações da sociedade civil, veio preencher algumas lacunas de programação. Assim, a 2: registou em Agosto de 2006 as melhores audiências dos seus últimos cinco anos, obtendo uma audiência média de 6,6% com programas direccionados para o público infantil e a exibição de séries de culto, como os *Sopranos*. Um último

19 Cfr. Lei n.º 53/2005, de 8 de Novembro; Machado, A. (2006), «ERC sugere caderno de encargos para a SIC e TVI», *Público*, Media, 4.ª feira, 28/06/06, p. 47; Brito, P. (2006), «Renovação das licenças de televisão: desempenho da SIC e TVI 'pouco satisfatório'», *Media*, *Diário de Notícias*, 28/06/06, p. 29.

20 Cfr. Ante-Projecto de legislação sobre os Meios de Comunicação, Imprensa, Rádio e TV, 2006; Lopes, M. (2006), «Empresas de media só poderão ter até 50% do mercado: consulta pública até final de Novembro», *Público*, *Media*, 4.ª feira, 04/10/06, p. 44.

21 Lopes, M. (2006), «RTP, SIC e TVI assinam acordo de classificação de programas: auto-regulação na TV», *Público*, *Media*, 4.ª feira, 13/09/06, p. 39.

22 Faustino, P. (coord.) (2006), *O alargamento da União Europeia e os Media*, Porto, *Media XXI*.

23 Almeida, M., Teixeira, O. (2006), «GNT quer manter lugar na grelha da TV Cabo», *Media*, *Diário de Notícias*, 4.ª feira, 29/03/2006, p. 39.

aspecto sobressai no panorama mediático do ano de 2006 e está vinculado à expansão e/ou aliança de empresas portuguesas dos *Media* com congéneres no interior do espaço lusófono. Este movimento é perceptível tanto nos projectos empresariais conjuntos com Angola como nas co-produções de cinema e ficção televisiva realizadas com a participação dos diversos países que falam português. A análise da estrutura de programação dos canais generalistas portugueses realizada pela Marktest, em 2006, demonstra que a informação obteve 21,3% da programação e 16,1% do total da audiência.

3. TEMAS, AGENDAS E CONCEITOS

As rotinas de produção dos meios de comunicação estão pautadas, como se sabe, por dois constrangimentos importantes – o tempo e o espaço – que têm, entre outras consequências, repercussões na investigação de determinados fenómenos e no espaço disponível para contextualizá-los de forma adequada. Nesta parte do relatório pretende-se discurrir sobre alguns conceitos importantes para a compreensão das imagens e representações dos imigrantes e das minorias étnicas em imprensa e em televisão, nos anos de 2005 e 2006.

Nestes dois anos salientaram-se alguns acontecimentos que originaram uma maior atenção dos meios de comunicação, constituindo agendas temáticas sobre a Imigração e as Minorias Étnicas: «arrastão de Carcavelos» (10/06/2005); «Lei da Nacionalidade» (a partir de 07/2005); «realojamentos na Amadora» (durante todo o ano de 2006); «brasileiros em Vila de Rei» (a partir de Junho de 2006); «Nova Lei de Imigração» (durante o ano de 2006). No mesmo período, tiveram lugar as campanhas políticas para a Assembleia da República, que deram a vitória, a 20 de Fevereiro de 2005, ao Partido Socialista (PS), e o Mundial de Futebol de 2006. Estes dois grandes acontecimentos, de natureza diferente, deram origem, também, a agendas temáticas sobre a imigração em Portugal. Ainda a salientar é o despontar de uma agenda sobre refugiados, o que levou à introdução de uma nova modalidade na variável Tema, relacionada com a posse de António Guterres, ex-primeiro-ministro de Portugal, oriundo do Partido Socialista, do cargo de Alto-Comissário da ONU para os Refugiados.

Estes acontecimentos foram objecto de enquadramentos jornalísticos particulares – tenha-se como exemplo o «arrastão de Carcavelos», a chegada dos «brasileiros em Vila de Rei», ou as «demolições nos bairros degradados da Amadora» – que surgem como categorias descritivas associadas a pontos de vista específicos, onde se encontram presentes questões relacionadas com a identidade, a nacionalidade e a diferença. Para alguns autores, a expressão discursiva do jornalista é uma manifestação de uma realidade cultural e socialmente construída, que deve, por isso, ser analisada (Poutignat e Streff-Fenart, 1997: 45). Para estes autores a expressão desta realidade construída configura a identidade, um termo com múltiplas acepções.

As identidades, sejam singulares, sejam plurais, são uma construção em progresso, o que quer dizer que não há identidades fixas e que o processo de construção nunca está acabado, dando constantemente origem a recontextualizações e reparticularizações, muitas vezes conflituantes e contraditórias. As identidades são sempre relacionais (Woodward, 1997), o que significa que decorrem da relação, individual ou colectiva, com o Outro, traduzindo-se em indicadores de pertença muitas vezes associados à reivindicação de uma origem, território, cultura e língua comuns. Estas reivindicações podem tomar características essencialistas, ao atribuírem a um acontecimento do passado histórico a sua origem e as características determinantes da identidade, entendidas como imutáveis e integrantes de uma mesma origem biológica. Esta perspectiva essencialista tende a ser suportada por sistemas classificatórios e marcações simbólicas poderosos que acompanham, normalmente, a emergência de formas conservadoras e violentas de nacionalismo, de que são exemplos as guerras nos Balcãs ou o surgimento dos movimentos dos *skinheads* nos países europeus.

As identidades adquiriram visibilidade com as novas formas de mundialização, conceito utilizado para designar os fenómenos complexos resultantes de processos de homogeneização, aproximação e interligação de práticas económicas, sociais e culturais (Featherstone, 1997). A discussão em torno das identidades tornou-se uma das dimensões mais prementes da globalização, na medida em que tem vindo a equacionar as condições de existência, ou sobrevivência, dos indivíduos, dos grupos, dos Estados e das

nações no cenário da mundialização. Nos percursos que levaram à mundialização, as identidades adquiriram expressões renovadas, não só em decorrência das redes de interpenetração económica e simbólica, como no seguimento das desterritorializações, deslocamentos e diásporas no interior destas mesmas redes. Todos estes fenómenos, potenciados pelos *Media* e pelas tecnologias de informação e comunicação, geraram processos complexos, quer de afirmação nacional quer de reivindicação étnica, que visaram a inscrição dos indivíduos, e dos grupos, no mapa da globalização económica e simbólica.

A identidade encontra-se associada a três sentidos primordiais: a *identidade legitimadora*, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os actores sociais; a *identidade de resistência*, criada por actores e sujeitos que se encontram em posições estigmatizantes e desvalorizadas; a *identidade de projecto*, produzida por indivíduos ou grupos no sentido de redefinir a sua posição na sociedade (Castells, 2003: 2-12). A *identidade legitimadora* assegurou a construção do Estado no interior da nação e o desenvolvimento das instituições da sociedade civil, através da organização de órgãos de poder, decisão e controlo pelo Estado. A *identidade de resistência* originou as reivindicações comunitárias que estão na base dos movimentos sociais, das afirmações étnicas e das lutas contra as exclusões. Ela tende a valorizar as características distintivas do carácter de uma pessoa ou de um grupo, como o género, a orientação sexual ou a origem do grupo. Na terceira acepção, a identidade encontra-se intrinsecamente ligada ao sujeito, mesmo quando ele se integra numa colectividade, e fundamenta-se na capacidade desenvolvida pelos sujeitos de reflectirem sobre si próprios e de imaginarem de forma activa a sua biografia. Nesta última acepção, a imaginação activa, alimentada pelos diversos e ininterruptos fluxos de comunicação de imagens e sentidos, experiências e movimentos humanos, adquire um papel central na constituição da identidade.

As discussões em torno da identidade individual e da identidade pessoal constituem hoje um campo temático que perpassa diversas disciplinas, orientações teóricas e metodológicas. Para muitos autores (por exemplo, Nash, 2000, Giddens, 2004; Woodward, 2003) esta «omnipresença» do conceito de identidade na sociedade contemporânea ocidental

deve-se aos fenómenos de globalização e, particularmente, à alteração do papel do Estado-Nação e à expansão das migrações «livres e/ou forçadas» (Hall, 2003: 45). Para estes autores, o fim dos impérios coloniais e o aumento de fluxos migratórios no interior e exterior da Europa acarretaram aos estados nacionais a perda de capacidade de definir, e/ou «impor», uma identidade cultural coesa e homogénea, dando origem a determinados fenómenos identificados como prenunciadores de uma «crise de identidade» da identidade nacional. A ideia de «crise» está vinculada à perda de uma identidade cultural «dominante» nas sociedades ocidentais e à emergência de «identidades» percebidas como potencialmente geradoras de conflitos e tensões. Acresce que esta «crise» se vincula a uma concepção que valoriza a aquisição ou partilha de um sistema de significantes, pelo qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experienciada e explorada (Williams, 1981: 13). Na medida em que o modelo dominante, gerador do auto-conhecimento nacional, entra em contacto com outras culturas e identidades, dá-se início à subversão e transformação da identidade cultural dominante. A «crise» pode ser, neste sentido, simultaneamente, um processo de resistência e de mudança, que se manifesta através de impulsos racistas, da discriminação e da marcação da diferença cultural, ou originar sociedades pluri e multiculturais. Assim, as discussões em torno da identidade e da diferença cultural, nos países ocidentais, procedem da capacidade reflexiva destas sociedades sobre si próprias, bem como da constatação que as «diferenças culturais» são um desafio à democracia e à cidadania (Nash, 2000). Por outro lado, assumindo que a unidade das nações (Bhabha, 1990) foi construída de forma narrativa através de relatos, imagens, símbolos e rituais – presentes na literatura culta, na literatura popular, nas práticas quotidianas e nos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação e audiovisuais – pode-se compreender as «crises de identidade» como processos complexos de reconstrução das formas de narrar o Estado-Nação.

É neste contexto que se salienta o papel de mediação dos meios de comunicação e das indústrias da cultura.

4. OS MEDIA E A IDENTIDADE CULTURAL

Há uma vasta literatura sobre o papel dos *Media* na construção das identidades individuais e colectivas e na capacidade que têm de promover discursos e imagens de reconhecimento ou de exclusão. Como refere Thompson (1995), nas sociedades modernas o indivíduo depende cada vez mais de si próprio para formar uma identidade coerente, o que leva a um maior consumo de materiais simbólicos mediados, à aquisição de conhecimentos compartilhados «não locais» e à experimentação de «formas» de intimidade externas à sua sociabilidade. Segundo o mesmo autor, estes conhecimentos e experiências tornam as identidades singulares, e de grupo, projectos construídos activamente através da selecção de materiais simbólicos disponíveis na sociedade, mas, principalmente, veiculados pelos meios de comunicação e indústrias da cultura. Nas sociedades ocidentais estes dispositivos tendem, em função das «crises de identidade cultural», a veicular imagens e discursos sobre indivíduos e grupos «minoritários» recorrendo a simplificações que traduzem percepções de diferença e de níveis culturais «diferidos». As simplificações utilizadas, que permitem a condensação da informação social e tornam possível o reconhecimento de situações, articulam-se em torno de tipos e estereótipos. Se os tipos actuam como classificações gerais e necessárias das pessoas e dos papéis desempenhados segundo categorias culturais locais, os estereótipos tendem a reduzir as pessoas a uma série de traços exagerados, geralmente discriminatórios. Estes mecanismos de informação devem ser analisados com particular atenção na formação da identidade de indivíduos e grupos, na medida em que a(s) identidade(s) se constroem a partir de um diálogo com os «outros importantes», sejam os mais velhos, os pais, ou os «grupos dominantes». As «minorias» – ao sentirem-se ameaçadas pela «maioria dominante» (Giddens, 2004 250) – percebem os discursos e as imagens estereotipados, sobretudo aqueles que são veiculados pela televisão e pela publicidade, como sintomas de discriminação. Ao mesmo tempo, estas imagens e discursos reforçam as «diferenças culturais» contribuindo quer para a etnicização, quer para autodepreciação e a auto-exclusão. Num outro sentido, os discursos e as imagens de reconhecimento, veiculados pelos meios de comunicação, concorrem para o aprofundamento da cidadania, promovendo os direitos civis, culturais, políticos e económicos dos grupos migrantes e das minorias culturais (Taylor, 1992).

Este «poder» atribuído aos meios de comunicação e às indústrias da cultura justifica que se faça uma abordagem a obras e autores que discutem conceitos e realizam estudos de caso que ajudam a reflectir sobre determinados acontecimentos registados neste relatório, como por exemplo o «arrastão de Carcavelos», a vinda de brasileiros para Vila de Rei, as diásporas dos imigrantes dos países do Leste Europeu, as situações de realojamento nos bairros sociais e as políticas de integração.

Com a apresentação de algumas obras que focam a relação entre os *Media* e as Migrações pretende-se discutir conceitos que perpassam grande parte das «notícias» registadas neste relatório e deste modo contribuir para a interpretação dos resultados obtidos. É neste sentido que se refere a obra clássica de Hall, Critcher, Jefferson, Clarke e Roberts, *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, de 1978, e se resalta como os meios de comunicação podem gerar um ambiente de *pânico moral* e de senso comum sobre comportamentos de um determinado grupo migrante. Em seguida aborda-se a ideia de *diáspora*, associando-a às *culturas híbridas* e à formação da etnicidade, tendo em conta as teses de Gilroy e Brah, nomeadamente os textos *The Black Atlantic* (Gilroy, 1993) e *Cartographies of Diaspora* (Brah, 1996). Por último, discute-se a ideia de *diferença* e *diversidade* recorrendo à obra de Wieviorka *A Diferença* (Wieviorka, 2002). Para terminar, faz-se menção à investigação de Thomas Deltombe, datada de 2005, *L'Islam imaginaire: la construction médiatique de l'islamophobie en France: 1975-2005*, onde se pretende demonstrar o papel dos meios de comunicação social, com relevância para a televisão, na construção da ideia de «muçulmano» e «Islão» em França. Assim, não se ambiciona apresentar um estudo sistemático sobre os estudos empreendidos neste domínio, mas contribuir para a compreensão dos resultados apresentados neste terceiro relatório sobre *Media*, Imigração e Minorias Étnicas.

A obra colectiva *Policing the Crisis*, que tem entre os seus autores mais reconhecidos Stuart Hall, constitui um marco importante para a compreensão do papel dos *Media* na construção da representação do Outro nas sociedades ocidentais. Trata-se de um trabalho teórico e empírico de investigação, politicamente comprometido, que pretende chamar a atenção para situações de discriminação, opressão e repressão vividas na Inglaterra

durante a década de setenta. Observa-se, antes de mais, que os meios de comunicação e as autoridades envolvidas no relato deste acontecimento utilizaram o termo americano *mugging*, revelador da inspiração americana – em filmes e séries policiais – que atribuem a este tipo de violência. A investigação organiza-se em torno de um caso de polícia, em que três jovens negros assaltaram com violência um idoso reformado, dando origem a uma forte mobilização da sociedade britânica. Os investigadores denunciam o papel dos meios de comunicação na construção de um clima de *pânico moral*, em conluio com a polícia, políticos, juizes e empresários, com o objectivo de criar uma opinião pública desfavorável à imigração, num momento em que o modelo económico inglês estava em mudança e tornara os filhos de imigrantes mão-de-obra excedentária. Na sequência da investigação, põem em evidência a falta de credibilidade das estatísticas utilizadas pelos meios de comunicação e pelas autoridades sobre delitos de jovens negros e mostram como conseguiram converter aquele assalto violento num acontecimento simbólico. Segundo os autores, a discrepância entre o acontecimento, os relatos do acontecimento e a dimensão da explicação do acontecimento promoveu o desenvolvimento de um senso comum sobre uma sociedade violenta em que os jovens negros passaram a ser a face visível da «crise» social, cultural e económica britânica.

Com todas as ressalvas inerentes à situação e ao contexto, a obra *Policing the Crisis* contribui para a interpretação dos dados recolhidos sobre o «arrastão de Carcavelos», narrado como um assalto colectivo, perpetrado na praia de Carcavelos (a praia mais urbana da região metropolitana de Lisboa) por um grupo de jovens suburbanos de ascendência maioritariamente africana, no dia 10 de Junho de 2005. Os dois acontecimentos aproximam-se na medida em que se situam num momento de crise social e de alteração do modelo económico, onde há a percepção da emergência de uma sociedade violenta narrada quotidianamente pelos meios de comunicação. Nos discursos e imagens mediáticas, imigrantes, minorias étnicas, jovens suburbanos e descendentes de imigrantes africanos surgem de forma contínua, identificados como potenciais «inimigos». Este quadro gera na opinião pública um senso comum generalizado sobre os comportamentos desviantes deste grupo. Outros factores relevantes de reflexão podem ser enunciados: a manipulação de estatísticas pouco fiáveis; o recurso a autoridades policiais e a empre-

sários locais como «definidores primários»; a utilização do termo brasileiro «arrastão», revelador de fantasmas de uma «identidade cultural» em mudança; a simbologia do dia 10 de Junho, «dia de Portugal e das comunidades», marcado em anos anteriores por actos xenófobos e racistas.

Nos dados apresentados neste relatório perpassa igualmente a ideia de *Diáspora*, associada à noção de *etnicidade* e *culturas híbridas*. A ideia de *Diáspora* está presente nos resultados que registam «notícias» sobre situações que evocam os deslocamentos, as viagens, a dispersão de povos e grupos para além das fronteiras originais e as causas que suscitam estes movimentos. Os actores destas «notícias» tanto podem ser os cidadãos dos países do Leste Europeu, que nestes últimos dois anos têm estado a abandonar Portugal, como os recém-chegados indianos e chineses, ou ainda aqueles que vêm do Brasil com o objectivo de permanecer em Portugal e na Europa, ou regressar às suas regiões de origem. Como se constata e de acordo com Brah (1996), as identidades diaspóricas são simultaneamente locais e globais, constituem redes de identificação transnacionais – por exemplo, há comunidades indianas originárias da mesma região da Índia, em Lisboa e em Londres – que entrecruzam e inter-relacionam as identidades de dispersão e de acolhimento (Brah, 1996: 209). A evocação do conceito de Diáspora concorre para a compreensão das mudanças em curso na sociedade portuguesa, no sentido de pensar os contactos entre identidades culturais como processos relacionais, de contingência e movimento, geradores de formas culturais híbridas (Gilroy, 1993). O mesmo conceito permite reflectir sobre a emergência de culturas transnacionais e híbridas, resultantes da dispersão de povos, e sobre as «responsabilidades» das políticas de integração, representação e reconhecimento. Na perspectiva de alguns autores (como Gilroy, 1993; Nash, 2000; Hall, 2004) estes processos são fundamentalmente políticos, na medida em que coincidem com migrações massivas das periferias para os centros, culminando num longo processo de colonização e descolonização (Nash, 2000: 80). Para estes autores as imagens e representações sobre o *Outro* nas sociedades ocidentais, sobretudo nos meios de comunicação e nas indústrias culturais, tendem a reflectir a história e a cultura colonial dos países de acolhimento, ora associando etnicidade e raça a identidades culturais, ora tornando invisíveis a sua presença, ora ainda criando intertextualidades ambíguas quando

se pretende construir imagens «positivas» (Hall, 1996). Nesta perspectiva, os autores consideram desejável que haja uma «política de representação» que registre a arbitrariedade dos sentidos e procure o reconhecimento da diferença e da diversidade. É ainda de referir (Nash, 2000: 179) que etnicidade, na Europa, contrariamente aos Estados Unidos, é o termo utilizado para acentuar as diferenças culturais entre a sociedade dominante e os grupos considerados étnicos (*de cor*). Segundo aquela autora, este vocábulo constitui o eixo central dos «novos racismos» que clamam pela exclusão das minorias, fundamentando-se nas diferenças culturais. Contraditoriamente, o termo etnicidade tem sido mobilizado também, nos países ocidentais, pelos grupos migrantes e seus descendentes para reivindicar o seu reconhecimento e o direito à diferença e diversidade.

Os debates sobre a diferença e a diversidade cultural radicam na constatação de que estes fenómenos estão no centro das sociedades modernas ocidentais e operam dentro das nossas sociedades, e não apenas entre as sociedades. A produção da diferença, tal como afirma Wieviorka (2002: 149), resulta, simultaneamente, de condições históricas de dominação e rejeição – por exemplo, o colonialismo e a escravatura – como de hierarquias sociais, fenómenos de exclusão e pobreza. A diferença é, também, e simultaneamente, uma afirmação de «poder» e de assunção de uma desqualificação perante si próprio e os outros, mobilizando identidades colectivas – as referências culturais de pertença – e o indivíduo, enquanto sujeito do seu projecto individual. Na classificação de Wieviorka salientam-se duas acepções particularmente importantes para a compreensão dos dados deste relatório: a *diferença* que envolve a discriminação e determina as condições sociais de acesso a oportunidades sociais, políticas e económicas; e a *diferença* que constitui a afirmação da identidade cultural, a reinvenção do indivíduo e da colectividade promovendo a inversão do estigma e o reforço da cidadania. Na primeira acepção, podem-se incluir muitos dos estereótipos veiculados pelos meios de comunicação – por vezes até sob a forma de «notícias positivas» – bem como a associação de nacionalidades, pertenças e minorias a determinados acontecimentos como o crime, o tráfico de droga e a prostituição. Na segunda acepção incluem-se os aspectos que promovem a diversidade e reforçam a cidadania dentro do mesmo espaço político, como por exemplo as publicidades envolvendo pessoas de diversas origens, as obras de ficção que apresentam a diversidade das iden-

tidades culturais sem tornar em estigma diferenças de religião, etnicidade, género ou deficiência (Wieviorka, 2002: 121).

Centrado no papel dos meios de comunicação, e sobretudo da televisão, a obra de Thomas Deltombe (2005) visa analisar, num período de trinta anos, a construção da imagem do «Islão» e dos muçulmanos em França e simultaneamente mostrar como essas imagens mudaram a maneira da sociedade francesa se representar a si mesma. O autor inicia o trabalho clarificando o senso comum presente na ideia de «ser muçulmano»: a escolha da religião muçulmana como fé; a origem cultural ou proveniência de um país de maioria muçulmana. Partindo do pressuposto de que as representações televisivas são produto de um trabalho colectivo, efectuado segundo regras e contextos evolutivos, avança com a hipótese do Islão televisivo ser, sobretudo, o «espelho» de imaginários que passam a sociedade francesa. A sua análise incide sobre um *corpus* constituído por jornais televisivos das 20 horas e sobre as principais emissões dedicadas ao Islão nas grandes estações televisivas francesas de 1975 a 2005. Na definição do material de análise teve como marcos a revolução iraniana de 1979, a «manifestação dos *beurs*» de 1983, o caso Rushdie em 1989, a guerra do Golfo em 1990 e o 11 de Setembro de 2001. Fazem, igualmente, parte do *corpus* as imagens sobre a «segunda guerra da Argélia», a discussão sobre «o Islão de França» e as crises associadas aos bairros suburbanos das grandes cidades francesas. Com base na análise das imagens conclui, em primeiro lugar, que o Islão, enquanto objecto mediático, é sobretudo percebido através de acontecimentos que são estranhos à França, tais como a revolução iraniana, a guerra do Golfo, os ataques do 11 de Setembro ou o conflito do Iraque. Na mesma linha conclusiva o autor avança que os muçulmanos em França estão, também, de forma implícita ou explícita, associados a crises de representação política ou a fenómenos ligados a bairros sociais e à crise no sistema educativo. Um segundo aspecto sublinhado é a transformação, nas últimas décadas, do campo dos *Media* que deu origem à hegemonia do audiovisual e da televisão e à consequente centralidade da imagem em relação à informação, à concorrência comercial entre estações e grupos empresariais dos *Media*, bem como ao primado do espectáculo, do directo e do imediatismo. Numa terceira conclusão, o autor aponta para a construção de um Islão *evanescente* – desaparecendo e aparecendo dos ecrãs em fun-

ção de contextos exteriores à sua temática – e *parcial*, narrado através de «problemas» e de «crises». Para além destas conclusões gerais, o autor procura estabelecer três etapas cronológicas da construção do Islão imaginário em França: uma primeira etapa correspondente aos anos de 1970-1980; uma segunda etapa dos anos oitenta aos anos noventa e, por último, a que se inicia com os atentados de 11 de Setembro de 2001. Na primeira fase, que corresponde à sedentarização dos imigrantes muçulmanos em território francês, Deltombe identifica representações que naturalizam a separação dos franceses dos «estrangeiros», a construção de um Islão incompatível com a sociedade francesa, recusando integrar-se e vivendo numa comunidade fechada. No segundo período, a temática principal é a construção do Islão em França, que tem como consequência mudanças no vocabulário utilizado pelos políticos e pelos meios de comunicação, as estratégias para evitar a polarização entre o Ocidente e o mundo islâmico, bem como a veiculação de imagens tranquilizadoras sobre a comunidade muçulmana residente em França. Na última fase, que se inicia após o 11 de Setembro de 2001, as representações apontam para um clima de construção de um «inimigo invisível» o qual origina uma crescente obsessão securitária, promotora do cerceamento do direito à informação.

Nos últimos anos, surgiram obras significativas de investigadores portugueses, produzidas em Portugal e no estrangeiro, para a compreensão dos fenómenos sobre os *Media*, *Imigração* e *Minorias Étnicas*. Entre estas obras salientam-se a tese de doutoramento de Rosa Cabecinhas, defendida no Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 2002, intitulada *Racismo e Etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*; a tese de Luís Filipe Marques, defendida em 2004, na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, com o título *Je ne suis pas raciste, mais... Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*; a tese de doutoramento de José Ricardo Carvalho, apresentada à Universidade da Beira Interior em 2007, com o título *Fronteiras de Etnicidade: filhos de migrantes como audiências mediáticas*; e, por último, a tese de Rui Alexandre Novais, apresentada em Inglaterra, à Universidade de Kent, Canterbury, intitulada *News Factors in Foreign News: A case study comparing British and Portuguese news coverage of Dili Massacre*.

A tese de Rosa Cabecinhas, *Racismo e Etnicidade em Portugal*, teve como objectivo aprofundar o conhecimento dos processos cognitivos subjacentes à discriminação social, tendo em consideração o «agente da discriminação» e o «alvo da discriminação». Esta tese, em função do seu objectivo e dos estudos empíricos realizados – apesar dos dados recolhidos não serem generalizáveis a toda a população – constitui um contributo para a compreensão de alguns critérios jornalísticos e discursos presentes nos meios de comunicação.

O trabalho incide sobre o processo de homogeneização das minorias e realiza-se através do processamento da informação tendo como fundamento inquéritos que visam apurar crenças, atitudes e estereótipos. A investigadora realizou seis estudos empíricos que envolveram 1871 estudantes portugueses e angolanos, utilizando diferentes metodologias, com o objectivo de comparar e aferir as convergências e divergências de resultados. De modo geral, a autora conclui que, à excepção dos ciganos, que são colocados numa posição inferior, a sociedade portuguesa se apercebe dos grupos oriundos das ex-colónias africanas como possuindo um menor estatuto social. Salienta também que os participantes portugueses não conseguem diferenciar os vários grupos nacionais que são homogeneizados sob a designação de «africanos» ou «negros», evidenciando uma maior discriminação face a cada um dos grupos do que aos «negros» em geral. Nota, ainda, que o grupo dominante evita atribuir estereótipos negativos ao grupo dominado, atribuindo-lhes valores positivos, como a alegria e a espontaneidade. Este comportamento é interpretado como a permanência de um racismo subtil, que tende a acentuar os estereótipos de instrumentalidade do grupo dominante e os estereótipos de exotismo do grupo dominado, negando ao Outro um papel activo na sociedade e remetendo-o para um papel lúdico, próximo da natureza. Outra observação importante diz respeito a indicadores que evocam as hierarquias coloniais na atribuição de estatutos sociais, tendo-se verificado uma posição superior atribuída aos portugueses, seguida dos asiáticos, dos oriundos dos PALOP e por fim dos ciganos. Ao terminar as conclusões gerais a autora enfatiza que os resultados deste estudo mostram que o racismo não desapareceu mas complexificou-se, manifestando-se fundamentalmente *pela negação da singularidade do Outro e pelo tratamento do indivíduo como representante de uma categoria homogénea*. Neste sentido,

os membros dos grupos racializados tornam-se invisíveis enquanto pessoas e extremamente visíveis enquanto grupos (Cabecinhas, 2002: 586-587)

Na perspectiva do relatório sobre os Media, as Imigrações e as Minorias Étnicas salientam-se ainda os resultados do Estudo I, realizado em 1997, *Ano Europeu Contra o Racismo*. Neste estudo, a mesma autora observa que, apesar das campanhas de sensibilização contra o racismo e a discriminação realizadas nos meios de comunicação social, e junto dos jovens, a opinião pública e os jovens entrevistados tendem a associar as características culturais às características físicas. Salienta, ainda, que os grupos étnicos surgem como possuindo características hereditárias intrínsecas que os distinguem da cultura dominante e constituem uma justificação para as assimetrias de poder na sociedade. Por outro lado, as campanhas de sensibilização da opinião pública, ao insistirem na ilegitimidade da discriminação fundada na «cor da pele», resultaram num acentuar das categorias étnicas, independentemente da alteração do discurso público e em público, e complexificaram as formas de racismo, reformulando hierarquias raciais no pensamento de senso comum (Cabecinhas, 2002: 571-572).

A tese de doutoramento de Luís Filipe Marques, da Universidade do Algarve, defendida na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* em 2004, com o título *Je ne suis pas raciste, mais...: Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais* representa, também, uma contribuição importante para a compreensão dos resultados apresentados neste relatório, apesar de se fundamentar em alguns dados já desactualizados. Partindo da ideia de «não racismo» e enunciando que o objecto da sua tese é o «preconceito de não ter preconceito» presente na socialização portuguesa, o autor discute as lógicas deste senso comum, a que atribui raízes históricas. Para a compreensão deste objecto evoca os conceitos de estigma de Erving Goffman e *double bind* (duplo constrangimento) de Gregory Bateson, afirmando que eles emergem nas situações de comunicação através da incorporação de hierarquias racistas, da coexistência entre ideias e valores não racistas, mesmo anti-racistas, e práticas e condutas racistas (Marques, 2004: 9). A investigação incide sobre os imigrantes, sobretudo os de ascendência africana, e sobre a «única minoria nacional», os ciganos (Marques, 2004: 340), recorrendo a dois procedimentos

metodológicos complementares: uma revisão conceptual da literatura produzida sobre estes grupos e inquéritos e entrevistas junto de associações de imigrantes e de comunidades ciganas. Com base nas análises de texto e no trabalho de campo, o autor conclui que a maioria dos imigrantes é vítima de racismo assimilacionista ou inigualitário, enquanto os ciganos são vítimas de um racismo diferencialista. O racismo assimilacionista ou inigualitário tem, na sua perspectiva, origens no passado colonial recente do Estado Novo que contamina as formas de acolhimento dos imigrantes, aos quais é concedido um lugar na sociedade com relevância para a esfera da produção e da vida económica. No entanto, este tipo de racismo gera discriminações quotidianas e tratamento inigualitário em muitas situações, nomeadamente nos transportes, meios de comunicação, acesso à habitação, lazer e oportunidades. Já o racismo diferencialista tem como principal alvo os ciganos e as suas origens num passado histórico e cultural longínquo, como a cristianização dos Mouros e Judeus e a Inquisição. Para o autor, os ciganos são vítimas de uma discriminação que advém de uma lógica diferencialista ou de exclusão onde lhes é negado qualquer lugar na sociedade, nenhuma função económica e nenhum espaço de interacção. O autor refere ainda que as práticas racistas estão incorporadas na sociedade e são reproduzidas através de um racismo institucional presente na socialização, na escola, em atitudes da administração pública. Assim, o «anti-racismo português» procura promover a integração mas recusa a «assimilação» à cultura dominante (Marques, 2004: 336). Contudo, Luís Filipe Marques reconhece que na última década deram-se importantes alterações, ao nível da política, da justiça e dos *Media*, que permitiram ultrapassar a situação de cegueira política e jurídica, assim como as acções esporádicas de militantes extremistas. Acrescenta ainda que, dado não existir em Portugal uma crise de identidade declarada, e na medida em que os modelos de protecção social têm sido sempre fracos, os imigrantes não são percebidos na generalidade como uma ameaça. Esta situação decorre igualmente de outros factores, tais como a não existência de uma forte etnicização e a proximidade cultural e linguística (Marques, 2004: 344). Para terminar, o autor considera que a diminuição das manifestações racistas depende do crescente acesso à cidadania e à igualdade de participação cívica e do papel importante que a Educação e os *Media* têm a desempenhar.

Na perspectiva do presente relatório, este trabalho contribui para introduzir a dimensão «racismo institucional» que, como explica o autor, perpassa as instituições sociais, nomeadamente as instâncias de socialização, as formas do Estado se relacionar com os cidadãos e com os meios de comunicação. Um outro contributo relevante é a identificação de comportamentos e atitudes que sinalizam ambivalência, questão que aflora frequentemente nas notícias sobre imigrantes e minorias nos *Media*, onde há simultaneamente um processo de «integração» e «diferenciação» na abordagem das temáticas.

Fronteiras de etnicidade: filhos de migrantes como audiências mediáticas, de José Ricardo Carvalheiro, é uma outra obra que se assinala neste relatório. Trata-se de uma dissertação de doutoramento defendida em 2007, na Universidade da Beira Interior, que visa compreender a conexão entre as apropriações mediáticas e as identidades sociais em dois grupos descendentes de migrantes: os filhos de portugueses em França e os filhos de cabo-verdianos em Portugal. A estrutura da tese envolve oito capítulos onde se discute a relação entre *Media*, cultura e audiências, a evolução do conceito de identidade e etnicidade, as metodologias plurais de abordagem dos *Media* e das audiências, e onde se concretiza o estudo empírico sobre as interconexões entre as apropriações e as representações dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal e dos portugueses em França. Na perspectiva deste relatório, salienta-se o objectivo de inter-relacionar as características dos países de acolhimento com os traços socioculturais dos imigrantes, tendo como factor de estímulo os conteúdos veiculados pelos *Media mainstream*. Contudo, e em função dos objectivos deste trabalho, foca-se apenas a investigação referente aos filhos de cabo-verdianos em Portugal.

A estratégia desta investigação assentou na análise do discurso de entrevistas realizadas a jovens no início da idade adulta, tendo o investigador pretendido apreender as configurações identitárias a partir das interpretações dos consumos mediáticos, ao mesmo tempo que procedia à recolha de imagens veiculadas pelos *Media mainstream* sobre os mesmos grupos entrevistados (Carvalheiro, 2007: 17). Partindo da hipótese de trabalho de que a disposição dos jovens «negros» face à sociedade portuguesa é influenciada pela representação pública que percebem da sua imagem, nomeadamente nos meios de comunicação, Carvalheiro faz, no capítulo sete, uma revisão bibliográfica sobre perspec-

tivas teóricas e empíricas de trabalhos que se debruçam sobre os migrantes nos Media. Relevantes para o presente relatório são as conclusões deste capítulo referentes ao caso «arrastão de Carcavelos», onde o investigador enfatiza que a representação dos descendentes de africanos como ameaça social, e diferença irreduzível, pode manter-se adormecida sob o discurso jornalístico politicamente correcto. No seguimento destas conclusões, o investigador refere ainda que este caso demonstra um nível subtil de construção narrativa do outro, através do posicionamento externo dos jovens de ascendência africana, constituindo assim um momento de forte etnicização e reforço dos estereótipos dos designados «jovens de segunda geração», não só na perspectiva dos *Media* mas como eco de uma sociedade que oscila entre a estigmatização da diferença e a re-fundação de uma outra identidade.

Um outro aspecto a assinalar, neste trabalho, é resultante da investigação empírica sobre as audiências, com base em entrevistas semidirigidas, e em profundidade, que incidiu sobre jovens de ascendência portuguesa em França e cabo-verdiana em Portugal. Em função da natureza deste relatório restringe-se aqui a apresentação dos dados relativos ao último grupo mencionado. A primeira grande conclusão enfatiza que os *Media* fornecem um importante material de posicionamento identitário em função das diversas apropriações e representações que proporcionam, notando que se assiste a uma pluralização dos modos de representação mediática da nação e das minorias ligadas à nação (Carvalho, 2007: 399). A segunda conclusão identifica, nas audiências, a permanência de representações estigmatizantes apesar de se ter assistido, nos últimos anos, a diversificações destas imagens nos *Media*. Esta conclusão aponta para os «efeitos de longa duração» de determinadas imagens, salientando que as audiências tendem a incorporar as mediatizações dominantes nos discursos sobre si próprios. No seguimento desta afirmação o autor considera que os *Media* têm contribuído para a etnicização dos descendentes cabo-verdianos em Portugal, na medida em que têm ajudado a *construir uma autopercepção de etnicidade, baseada em discursos de desfavorecimento e estigmatização colectiva centrados na ideia de raça* (Carvalho, 2007: 401).

A tese de José Ricardo Carvalho é importante para este relatório na medida em que reflecte sobre a dimensão dos *Media* na construção das identidades plurais. Por outro

lado, a investigação demonstra como, no quotidiano, os descendentes de cabo-verdianos, as designadas segundas gerações, se apropriam das imagens e representações que são veiculadas sobre eles próprios e como, apesar das imagens e representações se terem diversificado, permanecem na memória colectiva como estigmatizantes.

Para terminar esta revisão bibliográfica, aborda-se a tese de Rui Alexandre Novais, intitulada *News Factors in Foreign News: a case study comparing British and Portuguese news coverage of Dili Massacre*, defendida na Universidade de Kent. A referência a esta investigação tem como objectivo sublinhar uma das hipóteses de trabalho enunciadas que atribui aos factores culturais internos e externos à imprensa capacidade de determinar as condições e características de cobertura jornalística sobre um país longínquo, como Timor-Leste. A esta hipótese de trabalho está implícita a comparação de dois sistemas de imprensa, demonstrando que a diferença de propriedade, os factores históricos e culturais e as questões de organização da produção das notícias influenciam as narrativas nacionais sobre acontecimentos estrangeiros. O autor utiliza metodologias quantitativas e qualitativas na análise dos valores notícia e dos critérios de relevância das notícias internacionais face a países considerados periféricos. Faz, ainda, um levantamento do tipo de fontes utilizadas na cobertura sobre o massacre, verificando que a imprensa portuguesa consulta predominantemente fontes oficiais ligadas ao governo português enquanto a imprensa inglesa procura fontes independentes.

Para o relatório *Media, Imigração e Minorias Étnicas* algumas conclusões desta tese podem constituir base de reflexão, nomeadamente a relevância de determinados aspectos da história colonial recente na orientação de narrativas jornalísticas, sobretudo quando implicam países, povos e situações que envolvem ou envolveram o interesse nacional. Outra conclusão que convém salientar, neste trabalho comparativo entre a imprensa britânica e portuguesa sobre a cobertura do Massacre de Díli em 1991, é a constatação de que a imprensa portuguesa tende a estar muito alinhada pelas posições governamentais independentemente de, em determinados momentos, expressar posições críticas e impor uma agenda «avançada» em relação a essas posições.

CAPÍTULO 2. **ANÁLISE DE IMPRENSA**

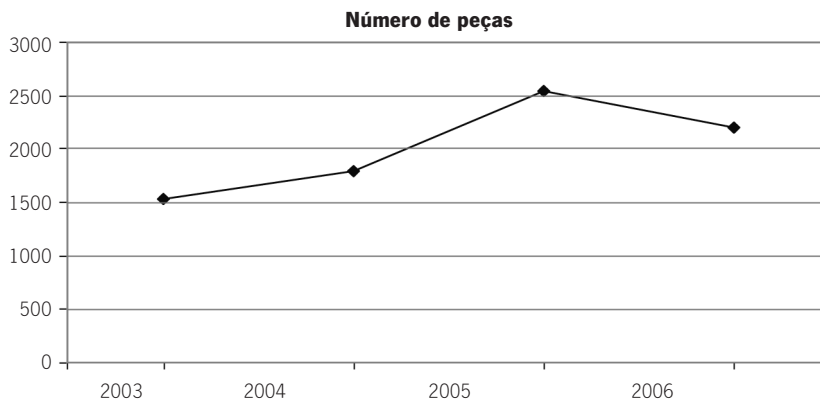
CLARA ALMEIDA SANTOS

A análise das peças recolhidas na imprensa em 2005 e 2006, nos jornais *Público*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Correio da Manhã*, *A Capital*, *24 Horas*, *Expresso* e *O Independente*, foi feita, à semelhança do que aconteceu nos estudos publicados anteriormente, com base em três dimensões: *Forma*, *Conteúdo* e *Discurso*. Na análise da *Forma*, incluem-se as variáveis Meio, Data, Ano, Espaço, Secção, Tipo de Peça e Fotografia/Ilustração. No âmbito do *Conteúdo*, incluem-se o Tema, Local Geográfico, Minorias (Nacionalidades/Etnias), Situação Jurídica, Ocupação, Personalização, Idade e Género. Finalmente, estão agrupadas sob a designação de *Discurso* as variáveis que dão conta do Enquadramento, Tom, Argumentação e Vozes.

No entanto, na apresentação dos dados, embora seguindo essa linha norteadora, que parte da *Forma*, segue pelo *Conteúdo* e termina no *Discurso*, iremos proceder a alguns cruzamentos de variáveis quando isso nos parecer pertinente e puder adiantar hipóteses de interpretação dos resultados.

Os anos de 2005 e 2006 dão sequência ao aumento de peças registado na imprensa sobre a imigração e minorias étnicas, relativamente aos dois anos anteriores, que foram também objecto de estudo. Este aumento será mais significativo se atentarmos no facto de terem fechado dois jornais ao longo do período: *A Capital* publicou a sua última edição a 30/07/2005 e *O Independente* a 01/09/2006. Estes factos podem explicar, parcialmente, o ligeiro decréscimo verificado em 2006 comparativamente com 2005, na ordem dos 7,3%. Outro factor que também pode explicar esta descida contracorrente (como se pode observar no Gráfico1) prende-se com o carácter excepcional do número de peças registadas em Junho de 2005, que terá inflacionado os resultados do ano 2005.

Gráfico 1. Evolução do número de peças registadas entre 2003 e 2006



Com efeito, o referido mês registou um pico de peças – 415 – sem paralelo (Gráfico 2). Recorde-se que o episódio que ficou conhecido como «arrastão de Carcavelos» teve lugar a 10 de Junho de 2005, com ondas de choque a atingir em força a imprensa portuguesa. Os efeitos do «arrastão de Carcavelos» na imprensa prolongaram-se até ao final de 2005.

Ao todo, e em seis meses (de Junho a Dezembro de 2005), encontraram-se 247 peças (ver Tabela 1) em que o evento é directamente referido ou chamado à colação, ainda que de forma indirecta. Desse total, 187 (ou seja, 75,7% das peças) são publicadas, naturalmente, em Junho, constituindo 45,1% das peças registadas nesse mês. Julho ainda sofre, de certa maneira, os efeitos colaterais do «Arrastão», com 296 peças registadas, das quais 51 com referências directas ou indirectas ao «arrastão».

Gráfico 2. Distribuição das peças ao longo de 2005

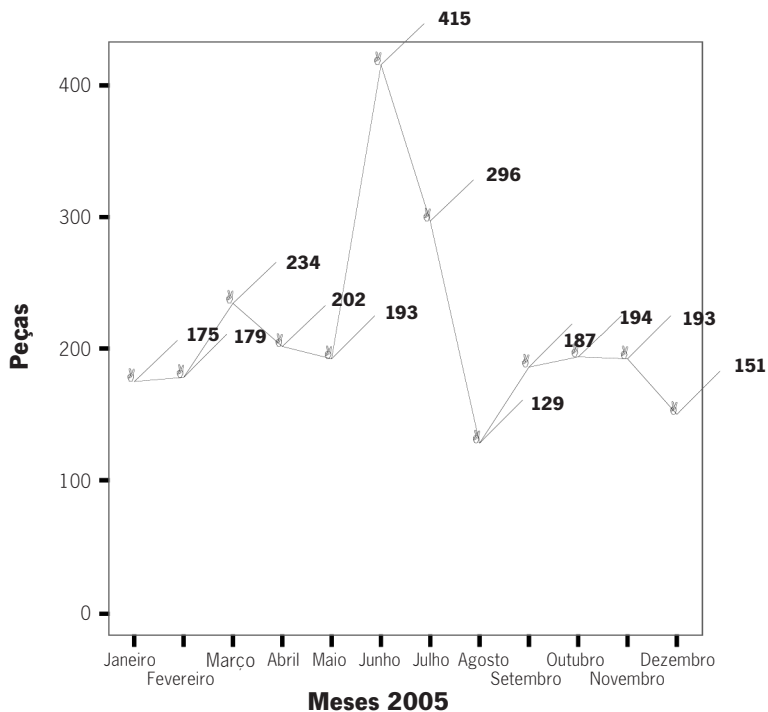


Tabela 1. Peças em que o «arrastão» de Carcavelos é referido ou implicado

Meses	Frequência	Porcentagem
Junho 2005	187	75,7
Julho 2005	51	20,6
Agosto 2005	3	1,2
Setembro 2005	3	1,2
Outubro 2005	1	0,4
Novembro 2005	1	0,4
Dezembro 2005	1	0,4
Total	247	100,0

O epifenómeno do «Arrastão de Carcavelos» tende a repercutir um menor número de peças sobre a temática em apreço nos meses de Verão (nomeadamente Julho e Agosto) que se tinha vindo a desenhar. Em 2006, no entanto, essa tendência é retomada, como aliás se pode comprovar pelo Gráfico 3.

Neste Gráfico ressalta ainda um número de peças acima do expectável em Janeiro. Ainda que nos anos anteriores (à excepção de 2005), Janeiro também seja um mês bastante profícuo em termos de números de peças, não existe uma razão única para explicar esta constatação.

Para cada período dentro de cada ano existe um contexto explicativo: em 2003, a Presidência Aberta de Jorge Sampaio dedicada à imigração, em 2004 o início da discussão da lei da Nacionalidade e as legalizações dos imigrantes brasileiros, finalmente, em 2006 (ver Tabela 2), uma preponderância do *Crime*, com peso de 21,8% no total de temas elencados, quando a média do peso do *Crime* é de 14,1% para esse ano. De salientar ainda que neste período se verifica o peso muitíssimo considerável do tema máfia, com uma presença em 14,3% do total dos temas, muito superior à média anual de 5,1%.

Gráfico 3. Distribuição das peças ao longo de 2006

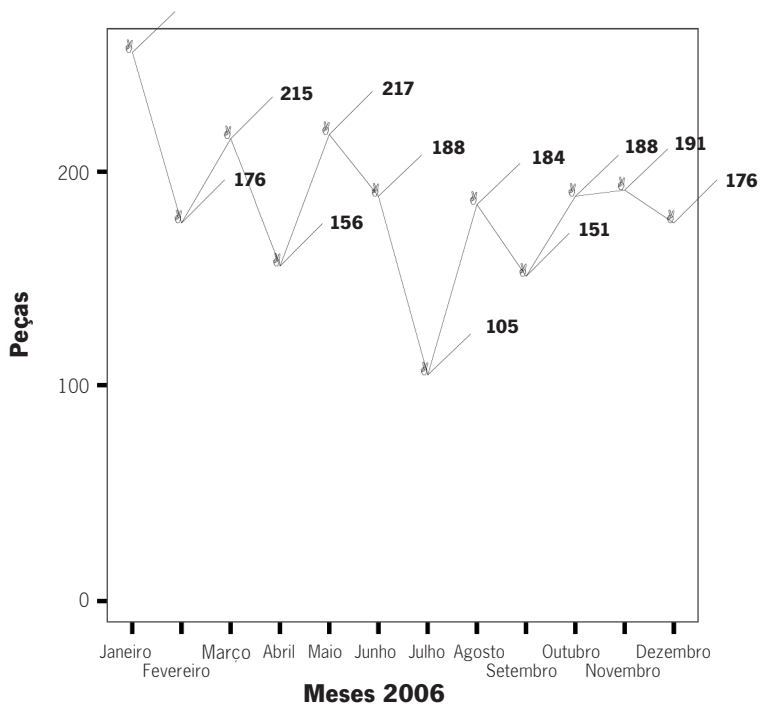


Tabela 2. Temas em Janeiro de 2006 com peso superior a 5% do total de temas

Tema	Frequência	Porcentagem
Crime	82	21,8
Educação	6	1,6
Exploração	31	8,2
Habitação	24	6,4
Máfia	54	14,3
Legislação	25	6,6
Integração/direitos	20	5,3

No final deste capítulo, o Anexo 1 compara o número de peças nos meses homólogos, em 2005 e 2006. É patente o carácter extraordinário do mês de Junho de 2005, em que se registam 8,7% do total de peças nos dois anos, face à média mensal de 4,2% registada nos dois anos.

Tabela 3. Peças por jornal no período 2005/2006

Imprensa	Frequência	Percentagem
Público	981	20,7
DN	706	14,9
JN	1176	24,8
Expresso	132	2,8
Independente	47	1,0
Correio da Manhã	1288	27,1
24 Horas	280	5,9
Total	4750	100,0

No período analisado, o *Correio da Manhã* é o jornal que mais peças dedica ao tema, des-
tronando o *Jornal de Notícias* (Tabela 2). Se em 2004 já se verificava uma proximidade
muito grande entre o número de peças publicadas pelos dois jornais (0,2% de diferença),
2005 é o ano da descolagem do *Correio da Manhã*, embora, como se possa constatar
pela observação da Tabela 3, observando-se uma diferença mais significativa entre os dois
jornais diários.

Tabela 4. Peças por jornal analisadas por ano (2005/2006)

Imprensa	2005	2006	Total
Público	553	428	981
DN	344	362	706
JN	620	556	1176
Expresso	66	66	132
Independente	22	25	47
Correio da Manhã	661	627	1228
Capital	140	0	140
24 Horas	142	138	280
Total	2548	2202	4750

Se a percentagem de peças registadas face ao total analisado não pode ser comparada com os anos anteriores devido ao sucedido com *O Independente* e *A Capital*, o mesmo não se poderá dizer dos valores absolutos das peças (Tabela 4). Assim, quase todos os jornais registam um aumento de peças publicadas (mesmo *O Independente*, apesar de analisado em menos meses do que as outras publicações), relativamente a 2004. As excepções são, obviamente, *A Capital* e o *24 Horas*, que passa de 9,2% das peças totais para 5,9%, numa descida bastante significativa.

A Tabela 5 dá conta do espaço ocupado pelas peças nos dois anos analisados. Praticamente um terço da amostra corresponde ao volume de 1 ou 2 parágrafos.

Tabela 5. Espaço ocupado pelas peças em 2005 e 2006

	Frequência	Percentagem
1 ou 2 parágrafos	1502	31,6
1/8 de página	1029	21,7
1/4 de página	773	16,3
1/2 página	739	15,6
3/4 de página	401	8,4
1 página	173	3,6
1 página e 1/2	10	0,2
2 páginas	77	1,6
Mais de 2 páginas	46	1,0
Total	4750	100,0

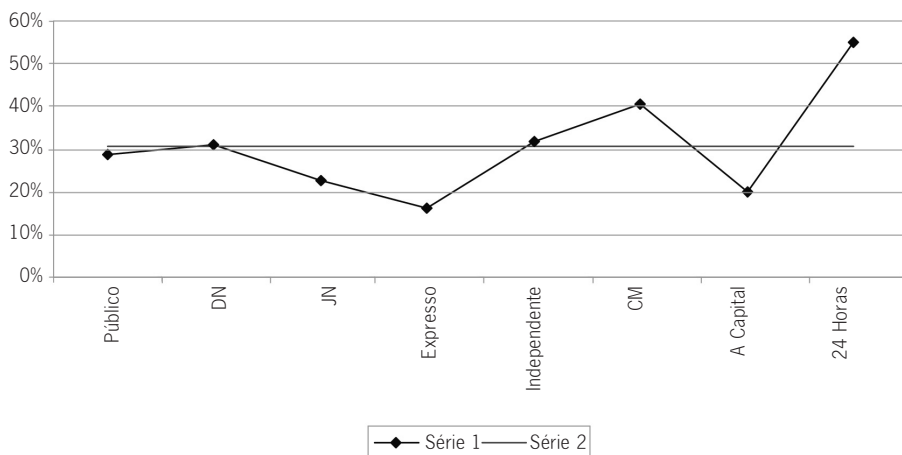
Se analisarmos como é que estes resultados se distribuem pelos jornais analisados (Tabela 6), observamos algumas diferenças. Quase todos os jornais diários apresentam valores que coincidem com a tendência de peças maioritariamente muito curtas. As excepções são o *Jornal de Notícias* e *A Capital*. Ainda assim é de ressaltar o facto de haver claras diferenças entre os jornais considerados como sendo de *referência* e os jornais ditos *populares*.

Tabela 6. Distribuição das peças conforme o espaço pelos jornais analisados (2005 e 2006)

	Público	DN	JN	Expresso	Independente	CM	Capital	24 Horas	TOTAL
1 ou 2 parágrafos	28,7%	31,1%	22,4%	15,9%	31,9%	40,4%	20,0%	55,0%	31,6%
1/8 de página	20,2%	16,3%	28,2%	18,9%	8,5%	20,7%	25,7%	18,9%	21,7%
1/4 de página	20,6%	17,5%	19,0%	22,7%	21,3%	11,6%	11,4%	6,1%	16,3%
1/2 página	15,9%	17,0%	17,4%	14,4%	8,5%	13,8%	25,0%	7,9%	15,6%
3/4 de página	8,5%	7,2%	8,5%	12,1%	14,9%	7,7%	12,9%	9,6%	8,4%
1 página	2,8%	6,4%	3,6%	4,5%	10,6%	3,2%	1,4%	1,8%	3,6%
1 página e 1/2	0,2%	0,3%	0,2%	0,0%	0,0%	0,2%	0,7%	0,4%	0,2%
2 páginas	2,1%	1,6%	0,7%	4,5%	4,3%	1,9%	2,9%	0,4%	1,6%
Mais de 2 páginas	1,0%	2,7%	0,0%	6,8%	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%	1,0%

Acima da média de 30,8% de notícias com 1 ou 2 parágrafos encontramos (Gráfico 4) o *Diário de Notícias* e *O Independente* (praticamente coincidente com a média), o *Correio da Manhã* e o *24 Horas*, bastante acima da média, especialmente este último. Esta presença predominante das peças curtas mantém a tendência que se vinha registando nos estudos anteriores. Se somarmos as peças que em 2005 e 2006 ocupavam até $\frac{1}{4}$ de página, observamos que estas compõem 69,6% da amostra.

Gráfico 4. Peças com 1 ou 2 parágrafos por jornal [a linha recta representa a média]



Saliente-se, no entanto, um dado interessante: as peças com mais de 2 páginas têm vindo a aumentar exponencialmente desde 2003. Nesse ano, registaram-se oito peças, perfazendo 0,5% da amostra total. Em 2004, apenas seis, correspondendo a 0,3% das peças analisadas. Em 2005 existem 19 peças, isto é, 0,7% do total; finalmente, em 2006, 27 peças, número que representa 1,2% da amostra (ver Anexo 2).

Naturalmente que estes resultados se relacionam com os resultados relativos ao tipo de peças analisadas (Tabela 7). Como seria então expectável, vamos encontrar um predomínio nos dois anos de *notícias* e de *breves* que, em conjunto perfazem 69,8% da amostra. No Anexo 3 podemos observar como é que se conjugam as duas variáveis (*espaço e tipo*).

Tabela 7. Tipo de peças em 2005 e 2006

	Frequência	Porcentagem
Entrevista	74	1,6
Reportagem	294	6,2
Notícia	2253	47,4
Breve	1064	22,4
Opinião	148	3,1
Editorial	16	0,3
Comentário	44	0,9
Cacha	68	1,4
Estatística	2	0,0
Caixa	630	13,3
Chamada	157	3,3
Total	4750	100,0

Destes resultados há ainda a reter o total obtido pelos géneros jornalísticos menos factuais e mais argumentativos ou opinativos – editoriais, comentários e opinião. Somados os seus valores, obtemos um peso de 4,3%.

No Anexo 4 encontramos a discriminação do tipo de peças por ano e verificamos que as maiores disparidades se encontram nas modalidades *reportagem* e *caixa*. A *reportagem* perfaz em 2005 7,7% do total de peças contra 4,5% em 2006. A *caixa* segue a mesma tendência, com 15,9% da amostra em 2005, face aos 10,2% no ano seguinte. Estes dois valores também se encontram relacionados, em certa medida, uma vez que as reportagens são o género jornalístico onde encontramos mais caixas, onde é dada informação adicional acerca do tema em questão. Esta lógica encontra-se cada vez mais presente também noutros géneros jornalísticos, numa clara contaminação da linguagem hipertextual presente na generalidade da internet e, por maioria de razão, também nos órgãos de comunicação *online*. Muitas vezes, e no tema específico da imigração e minorias étnicas, a caixa serve para fortalecer o elemento de personalização ou para fornecer dados estatísticos.

Na Tabela 8 pode observar-se a localização das peças dentro da organização dos jornais, discriminadas por anos, mas também em valores absolutos.

Tabela 8. Proeminência das peças em 2005 e 2006

	Frequência	Porcentagem	2005	2006
1.ª página	218	4,6	110	108
Chamada	7	0,1	3	4
Sociedade	3386	71,3	1780	1606
Cultura	50	1,1	36	14
Economia	55	1,2	17	38
Educação	22	0,5	0	22
Política	323	6,8	110	213
Destaque	40	0,8	39	1
Desporto	15	0,3	3	12
Nacional	189	4,0	183	6
Local	262	5,5	158	104
Última página	39	0,8	39	0
Suplemento	56	1,2	22	34
Revista	88	1,9	48	40
Total	4750	100,0	2548	2202

A *Sociedade* continua a ser a secção onde se encontram mais peças sobre a imigração e minorias étnicas, com 71,3% das ocorrências. De salientar ainda o crescimento de mais de 100% registado entre 2005 e 2006 das peças na secção *Política*. Do cruzamento da variável *Proeminência* com o *Tema*, verificamos que este aumento em 2006 se deve, fundamentalmente, a uma grande preponderância da modalidade *legislação*, presente em 100 dos 213 temas registados. A discussão sobre a Lei da Nacionalidade colocou parcialmente a imigração na agenda dos *Media* como uma questão política. Esta mudança de atitude revela-se ainda mais profunda se cotejarmos com a percentagem de peças presentes na secção *Política* nos anos anteriores: 3,1% em 2003 e 2,8% em 2004.

A introdução da modalidade *Revista* revelou-se pertinente, já que nesta localização específica se encontram quase 2% das peças analisadas. O tipo de peças que mais encontramos nas revistas [sobretudo do *Expresso* (25 peças), do *Correio da Manhã* (24), do *Diário de Notícias* (22) e do *Público* (16)] é a *reportagem* e a sua aliada *caixa*, que, juntas, perfazem mais de 69% da amostra, conforme patente no Anexo 5.

Passando a analisar como variáveis independentes as que se agrupam na dimensão do *Conteúdo*, começamos por observar, na Tabela 9, a localização geográfica das peças. A presença da imigração e das minorias sedimenta-se como um fenómeno nacional, com a maior fatia a corresponder a *Portugal*, indicando peças com relevância nacional, que se referem a todo o território. Segue-se a Grande Lisboa, que regista exactamente o mesmo valor percentual do que em 2004.

Tabela 9. Distribuição geográfica das peças nos dois anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem
Grande Porto	178	3,7
Grande Lisboa	1090	22,9
Centro	455	9,6
Alentejo	106	2,2
Norte	189	4,0
Interior	149	3,1
Algarve	183	3,9
Regiões Autónomas	47	1,0
Amadora	165	3,5
Loures	35	0,7
Oeiras	2	0,0
Setúbal	60	1,3
Portugal	1374	28,9
UE	211	4,4
Espanha	27	0,6
Outro país	24	0,5
Total	4295	90,4
N/a	455	9,6
Total	4750	100,0

No entanto, e tomando 2003 como ano de referência, tem-se verificado uma diminuição da expressão da modalidade *Portugal*, que nesse ano atingiu 43,2% das peças, no ano seguinte 33,4%, tendo baixado em 2005 e 2006 para 28,9%.

A grande expressão da Grande Lisboa no cômputo geral das peças fica, sobretudo, a dever-se ao resultado alcançado em 2005 – 709 peças –, ou seja, 27,8% do total de peças desse período, contra 381 em 2006 (17,3% do total do ano). Esta discrepância está, provavelmente e mais uma vez, associada ao episódio do «Arrastão de Carcavelos» que, além de ser responsável pelas peças com referências directas ou indirectas ao incidente, atraiu a atenção dos *media* para a Grande Lisboa, sobretudo para os bairros de onde seriam originários os alegados protagonistas do «arrastão».

Se ao total dos dois anos somarmos as referências específicas a localidades que se situam, de facto, na Área Metropolitana de Lisboa, observamos um resultado de 31,5% do total das peças em que, nos dois anos, se consegue identificar uma localização geográfica, o que ultrapassa o valor percentual obtido na modalidade *Portugal*.

Relativamente ao estatuto jurídico dos imigrantes ou minorias referidos nas peças (Tabela 10), há a registar a preponderância de referências a indocumentados/ilegais em 21,6% dos casos, o que corresponde a 60,9% do total das peças em que é especificamente referido o estatuto jurídico dos protagonistas das mesmas. Este valor apresenta um ligeiro decréscimo em relação aos anos anteriores (67,3% em 2004 e 67,6% em 2003). Um valor significativo é ainda o que corresponde à modalidade *vários* (3,7%), que denota uma preocupação dos jornalistas em referir os diferentes tipos de situação no país, mais flagrante no ano de 2005, como se pode verificar na Tabela 11.

Tabela 10. Estatuto jurídico dos protagonistas das peças em 2005 e 2006

	Frequência	Porcentagem
Residência	368	7,7
Autorização de permanência	52	1,1
Titulares de vistos	18	0,4
Indocumentados	1025	21,6
Asilados, refugiados e apátridas	43	0,9
Vários	177	3,7
Total parcial	1683	35,4
N/a	3067	64,6
Total	4750	100,0

Tabela 11. Estatuto jurídico dos protagonistas das peças discriminado por anos (2005 e 2006)

	2005	2006	Total
Residência	242	126	368
Autorização de permanência	39	13	52
Titulares de vistos	9	9	18
Indocumentados	515	510	1025
Asilados, refugiados e apátridas	10	33	43
Vários	144	33	177
Total	959	724	1683

De realçar ainda o aumento de referências registado de 2005 para 2006 a asilados, refugiados e apátridas, que pode indicar um acréscimo de interesse por estas situações mais específicas. No Anexo 6 podemos observar a distribuição desta variável pelos vários jornais, constatando as discrepâncias existentes, que vão desde os 44,1% de referências a indocumentados (percentagem válida, ou seja, dentro do total de peças que referem o estatuto) n'A *Capital*, aos 78,0% registados no *24 Horas*.

A introdução da modalidade *imigrantes/estrangeiros* na variável *minorias* contribuiu, em grande parte, para diminuir o peso das peças em que não era aplicável esta variável. Assim, esta modalidade entra directamente para o topo da tabela, com 28,3% do total de peças analisadas.

Tabela 12. Minorias/nacionalidades nos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Percentagem
Africanos	129	2,7
Angolanos	26	0,5
Brasileiros	643	13,5
Cabo-verdianos	58	1,2
Chineses	92	1,9
Cidadãos de países de Leste	146	3,1
Ciganos	291	6,1
Guineenses	31	0,7
Indianos	8	0,2
Magrebinos	18	0,4
Moçambicanos	3	0,1
Moldavos	39	0,8
PALOP	27	0,6
Russos	23	0,5
São-tomenses	2	0,0
Ucranianos	175	3,7
Várias	694	14,6
Islâmicos	24	0,5
2. ^{as} gerações	147	3,1
Romenos	181	3,8
Imigrantes/estrangeiros	1343	28,3
Outra	73	1,5
Total parcial	4173	87,9
N/a	577	12,1
Total	4750	100,0

Também com bastante expressividade encontramos a modalidade *várias*, em que se englobam as peças em que são referidas expressamente diferentes nacionalidades ou minorias. Este tipo de identificação colectiva, ainda que com marcas de identidade, ocorre bastante em peças em que o tema é *Crime*: de todas as peças em que é identificada a modalidade *várias*, 14,6% centram-se na referida temática. Mas é com a modalidade *brasileiros* que este cruzamento adquire o valor mais significativo, como se pode observar na Tabela 13. De todas as minorias/nacionalidades específicas, a modalidade *brasileiros* é mais expressiva, presente em 13,5% das peças, correspondendo à realidade estatística que mostra que a comunidade brasileira é a mais numerosa em Portugal. No entanto, ela encontra-se sobrevalorizada no que diz respeito à associação com crime, já que neste tema atinge uma presença na ordem dos 22,9%.

De salientar ainda que, quando o tema é *Crime*, a identificação através da nacionalidade ou da etnia atinge os 93,4%, sendo a média de identificação na totalidade das peças de 87,9%, incluindo a referência generalizante a imigrantes/estrangeiros, que no caso do *crime* desce para 9,8%, longe dos 28,3% presentes na amostra global.

Tabela 13. Minorias referidas quando o tema é *Crime* (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Africanos	18	1,6	1,7
Angolanos	4	0,4	0,4
Brasileiros	243	21,4	22,9
Cabo-verdianos	13	1,1	1,2
Chineses	19	1,7	1,8
Cidadãos de países de Leste	66	5,8	6,2
Ciganos	122	10,7	11,5
Guineenses	2	0,2	0,2
Indianos	2	0,2	0,2
Magrebinos	4	0,4	0,4
Moldavos	15	1,3	1,4

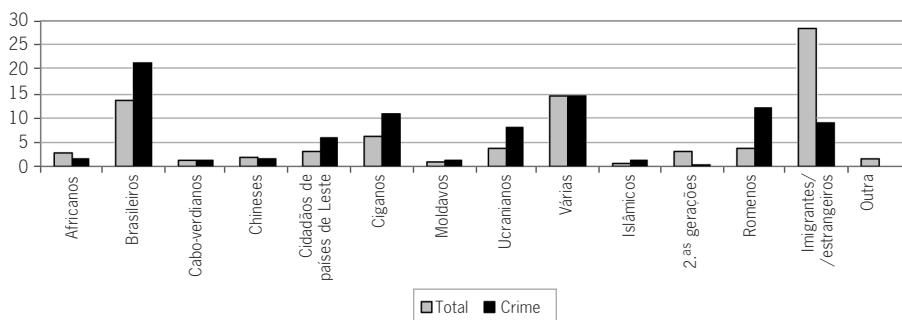
(continua)

(continuação)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
PALOP	4	0,4	0,4
Russos	9	0,8	0,8
São-tomenses	1	0,1	0,1
Ucranianos	90	7,9	8,5
Várias	165	14,5	15,5
Islâmicos	12	1,1	1,1
2. ^{as} gerações	5	0,4	0,5
Romenos	137	12,0	12,9
Imigrantes/estrangeiros	104	9,1	9,8
Outra	28	2,5	2,6
Total parcial	1063	93,4	100,0
N/a	75	6,6	
Total	1138	100,0	

No Gráfico 5 podemos observar como se distribuem as nacionalidades/minorias étnicas em função do tema *Crime*, comparando com a presença percentual no total de peças analisadas. A sobrerepresentação nas peças sobre *Crime* acontece com maior acutilância, além da modalidade *brasileiros*, nas modalidades *cidadãos de países de Leste*, *ciganos* e *romenos*.

Gráfico 5. Comparação da presença das minorias/nacionalidades no total das peças e nas peças identificadas com o tema *Crime*, excluindo as minorias presentes em menos de 1% das peças em cada uma das situações (2005 e 2006)



Com efeito, o tema *crime* é o que encontra mais frequentemente – 15,6% de peso no total dos temas elencados e presente em 24% das peças analisadas. Este é o valor mais alto obtido em qualquer um dos períodos estudados anteriormente. Na Tabela 14 podemos observar a presença dos outros temas no *corpus*.

Tabela 14. Frequência dos temas nas peças analisadas e peso de cada tema no total da amostra (2005 e 2006)

Temas	Frequência	Porcentagem no total de temas
Acidentes/incidentes	407	5,6
Agenda	264	3,6
Terrorismo	11	0,2
Clandestinidade	668	9,1
Condições sociais	196	2,9
Crime	1139	15,6
Desemprego	7	0,1
Educação	108	1,5
Exploração	155	2,1
Expulsão	110	1,5
Família	25	0,3
Habitação	233	3,2
Legalização	161	2,2
Máfia	189	2,6
Economia	132	1,8
Prostituição	326	4,5
Reagrupamento	9	0,1
Religião	29	0,4
Sem-abrigo	30	0,4
Saúde	75	1,0
Trabalho	336	4,6
Violência	139	1,9
Cultura	47	0,6
Naturalização	165	2,3
Legislação	440	6,0
Discriminação	345	4,7
Estatística	258	3,5
Segurança	257	3,5
Integração/direitos	501	6,9
SEF	66	0,9
Estudos sobre imigração	161	2,2
Outro	247	3,4
Total	7306	100,0

Ainda a propósito do *Crime*, e tendo constatado, em 2004, que muitas peças que eram englobadas nesta modalidade na verdade diziam respeito a casos em que os imigrantes/minorias eram vítimas de crimes e não seus autores, o que poderia levar a uma leitura enviesada dos resultados, foi acrescentada a variável *autoria*. Como se pode observar na Tabela 15, esta variável apresenta três modalidades: *autor*, em que os imigrantes/minorias são apresentados como responsáveis pelo crime em questão; *vítima*, em que os imigrantes/minorias sofrem as consequências desse crime; *ambos*, em que coexistem na mesma peça imigrantes/minorias como autores e como vítimas de crime.

Tabela 15. Imigrantes como autores ou vítimas nas peças identificadas com o tema *Crime* (2005 e 2006)

	2005	2006	Total
Autor	302	339	641
	71,1%	69,0%	70,0%
Vítima	47	101	148
	11,1%	20,6%	16,2%
Ambos	76	51	127
	17,9%	10,4%	13,9%
Total	425	491	916
	100,0%	100,0%	100,0%

Ainda que os imigrantes/minorias apareçam num número significativo de peças como vítimas de crime (somando os valores das modalidades *vítima* e *ambos*, obtemos 30,1% das peças válidas), na esmagadora maioria dos casos aparecem como autores (somando os valores de autoria com *ambos*, obtemos 83,9% dos casos).

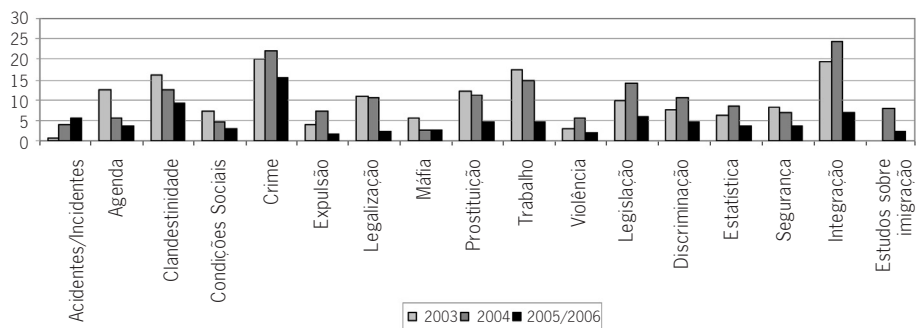
Voltando à análise dos temas mais frequentes em 2005 e 2006, urge comparar os resultados obtidos com aqueles que se verificaram nos anos anteriores, numa tentativa de avaliação de tendências, já que esta variável será das que se presta a mais leituras sobre a questão: de que é que se fala quando se fala de imigração e minorias étnicas na imprensa?

Em 2003, 17,9% das peças continham o tema *Crime*. Este valor aumenta para 19,5% em 2004. Verificamos, pois, uma descida do valor da presença deste tema no biênio 2005/2006.

No que diz respeito à clandestinidade (o 2.^o tema mais presente em 2005 e 2006, e que consta em 9,1% das peças), observamos uma descida, já que em 2003 e 2004 se observaram, na mesma modalidade, respectivamente, valores de 16,2 e 12,2%.

A integração/direitos constitui o 3.^o tema mais significativo em 2005 e 2006, com 6,9% do total de peças. Em 2004 tinha alcançado 14,2% e 13,5% em 2003, registrando-se também uma baixa significativa. No Gráfico 6 podemos observar a evolução dos temas mais significativos ao longo do período de análise.

Gráfico 6. Comparação dos temas que em algum dos anos (2003, 2004 ou 2005/2006) atingiram mais de 5%

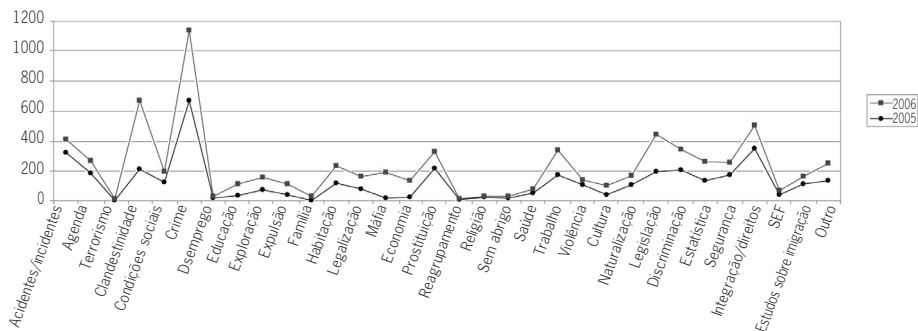


É clara a tendência de diminuição progressiva da importância de praticamente todos os temas. Podemos concluir que existe, neste biênio 2005/2006, uma maior dispersão temática e menor incidência em tipos específicos de temas relacionados com a imigração e minorias étnicas. Naturalmente que, tal como verificado nos estudos anteriores, esta é uma das variáveis que mais alterações sofre consoante os jornais analisados. Por exemplo, se juntarmos os jornais identificados como sendo de referência no *corpus* (*Público*,

Diário de Notícias, A Capital e Expresso), verificamos que, por exemplo, o tema *integração/direitos* atinge um valor percentual bastante mais expressivo (Anexo 8): 8,6% do total de temas existentes nas peças nesses meios (face aos 6,9% de presença global). O valor correspondente, nos jornais mais populares (*Jornal de Notícias, Correio da Manhã, 24 Horas e O Independente*), é de 5,6. Mais drástica é a diferença no tema *Crime*: 9,4% nos jornais de referência, 20,1% nos jornais populares.

Interessa também observar as discrepâncias existentes entre os anos de 2005 e 2006, ilustradas pelo Gráfico 7.

Gráfico 7. Temas por anos de análise (2005 e 2006)



Curiosamente, observamos que as linhas que representam a expressividade de cada tema em cada ano se vão mantendo mais ou menos paralelas, o que permite constatar um certo grau de homogeneidade temática nos dois anos em análise. Contudo, verificamos que em 2006 existe uma diferença muito significativa em relação a 2005, no caso dos dois temas mais expressivos do ano: *Crime* e *Clandestindade*.

Relativamente à ocupação exercida pelos imigrantes/minorias, verificamos, em primeiro lugar, que esta só é referida em 16,5% das peças, o que representa uma clara descida em relação aos anos anteriores: em 2004 era referida em 24,2% dos casos e em 2003 em 28,4% das peças. Esta descida tem reflexos em várias modalidades da variável, como podemos observar na Tabela 16. Pode, em certa medida, relacionar-se com a descida

também bastante significativa do número de peças em que o tema é *trabalho*, não sendo essa claramente uma temática que marque o biênio 2005/2006.

Tabela 16. Ocupação dos imigrantes/minorias nos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Desemprego	23	0,5	2,9
Construção civil	32	0,7	4,1
Profissões não qualificadas	154	3,2	19,7
Profissões qualificadas	48	1,0	6,1
Serviços	72	1,5	9,2
Jogadores	20	0,4	2,6
Prostituição	384	8,1	49,1
Várias	49	1,0	6,3
Total parcial	782	16,5	100,0
N/a	3968	83,5	
Total	4750	100,0	

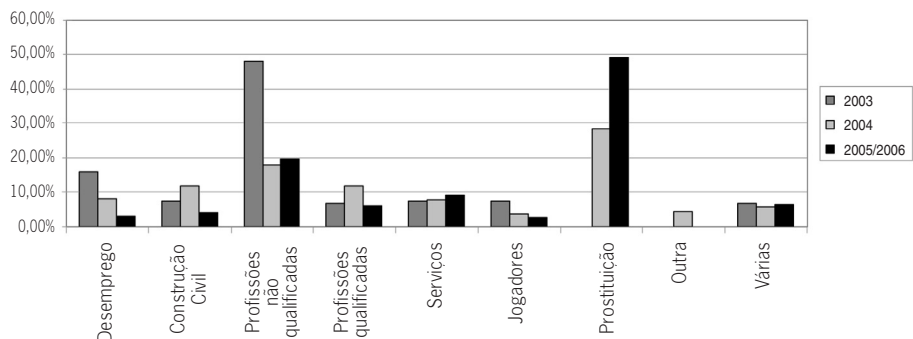
Desde logo, uma sobrerepresentação da prostituição, que aumentou drasticamente desde 2004, ano em que o valor se situava nos 28,3% (em 2003 não foi registada esta modalidade dentro da variável *ocupação*). Este incremento deve-se sobretudo às peças publicadas no *Correio da Manhã*, n'A *Capital* e no *24 Horas*, como se poderá conferir pela Tabela 17.

Tabela 17. Distribuição das referências à ocupação dos imigrantes/minorias por jornal

	Público	DN	JN	Expresso	Independente	CM	Capital	24 Horas	TOTAL
Desemprego	3,0%	4,5%	2,9%	7,1%	0,0%	2,5%	0,0%	1,6%	2,9%
Construção civil	3,7%	2,7%	6,3%	0,0%	0,0%	3,0%	13,3%	3,1%	4,1%
Profissões não qualificadas	28,4%	19,6%	18,5%	42,9%	100,0%	16,5%	6,7%	14,1%	19,7%
Profissões qualificadas	6,7%	11,6%	5,9%	14,3%	0,0%	3,8%	0,0%	4,7%	6,1%
Serviços	6,7%	17,9%	7,3%	7,1%	0,0%	8,0%	6,7%	10,9%	9,2%
Jogadores	0,0%	0,9%	6,3%	0,0%	0,0%	1,3%	20,0%	0,0%	2,6%
Prostituição	40,3%	33,9%	47,3%	21,4%	0,0%	60,8%	53,3%	62,5%	49,1%
Várias	11,2%	8,9%	5,4%	7,1%	0,0%	4,2%	0,0%	3,1%	6,3%

A comparação entre a distribuição das referências à ocupação dos imigrantes/minorias nos três períodos de análise (Gráfico 9) permite observar o decréscimo acentuado das menções ao desemprego e à construção civil, bem como à generalidade das profissões não qualificadas.

Gráfico 8. Comparação da distribuição das referências à ocupação dos imigrantes/minorias em três períodos (2003, 2004 e 2005/2006)



24 Deve ter-se em conta a especificidade do ano de 2003 para melhor compreender esta aproximação dos valores neste mesmo ano, no qual se verificou um número extraordinário de peças «femininas» devido aos episódios relacionados com a prostituição em Bragança, nomeadamente o movimento «Mães de Bragança» e a publicação de um destaque com direito a 1.ª página na *Time*, designando o localidade transmontana como o novo «red light district» português, com todas as ondas de choque que se espalharam na imprensa portuguesa.

Relativamente ao género dos protagonistas das peças analisadas, observamos que o masculino continua a ser maioritário (Tabela 18), com 38,9% das peças como referências ao género *masculino* e 28% ao *feminino*. No entanto, seguindo a tendência de feminização das migrações internacionais, também os valores do *feminino* e do *masculino* se têm vindo a aproximar, face aos valores dos anos anteriores. Em 2004, esses valores foram de 27,4% (*feminino*) e 47,7% (*masculino*); em 2003, de 36,8% (*feminino*) e 37,9% (*masculino*).²⁴

Tabela 18. Distribuição das referências ao gênero dos protagonistas nos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Feminino	568	12,0	28,0
Masculino	790	16,6	38,9
Misto	674	14,2	33,2
Total parcial	2032	42,8	
N/a	2718	57,2	
Total	4750	100,0	

Observando de seguida a idade dos protagonistas das peças sobre imigração/minorias étnicas (Tabela 19), continua a preponderância das referências aos adultos (73% das peças em que há referência explícita à idade), saindo ainda reforçada esta maioria relativamente a 2003 (60,3% de referências a adultos) e 2004 (67,2%).

Tabela 19. Idade dos protagonistas das peças nos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
Até 12 anos	31	0,7	2,1
13-19 anos	66	1,4	4,5
Adulto	1075	22,6	73,0
Misto	300	6,3	20,4
Total	1472	31,0	100,0
N/a	3278	69,0	
Total global	4750	100,0	

Existe, em 2005 e 2006, um aumento pouco significativo da presença de ilustração nas peças analisadas. Esta conclusão parte da comparação com os períodos anteriores, já que, em 2003, 42% das peças apresentavam algum tipo de ilustração (fotografias, gráficos ou ambas) e, em 2004, 44,7%. Em um terço do total de peças analisadas existem fotografias que ocupam até $\frac{1}{4}$ de página (Tabela 20).

Tabela 20. Tipos de ilustração patentes nas peças nos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem
Foto até 1/4 página	1585	33,4
Foto até 1/2 página	290	6,1
Foto página inteira	12	0,3
Gráficos	28	0,6
Misto	64	1,3
Várias	159	3,3
Total parcial	2138	45,0
N/a	2612	55,0
Total	4750	100,0

No âmbito dos actores que surgem nas peças, para além dos imigrantes ou membros de minorias, encontramos apenas duas entidades com valores percentuais superiores a 10% – o SEF (com 12,1% referências no total de actores elencados) e o governo (10,5%) (Anexo 10). Ambos os actores se encontram na mesma posição em 2004, embora os valores atingidos fossem ligeiramente mais elevados: SEF – 15,8%; governo – 13,0%. Em 2003, o SEF atingiu os 20,5% e o governo 19,8%.

Verifica-se, pois, uma tendência de inflexão da utilização de actores (e, muito provavelmente fontes com eles relacionadas) tradicionalmente oficiais. Ainda assim, se somarmos às entidades referidas outras que representam também presença oficial nas peças (conforme enunciadas na Tabela 21), obtemos 63,5% do total de actores referidos. Desse total, 35,3% refere-se ao somatório das forças policiais (*PSP, GNR, PJ, SEF* e o genérico *forças policiais*).

Tabela 21. Presença de actores oficiais nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Percentagem
Estado	99	1,5
Governo	687	10,5
PSP	465	7,1
GNR	415	6,4
PJ	324	5,0
Forças policiais	308	4,7
SEF	788	12,1
ACIME	333	5,1
Autarquias	337	5,2
Tribunais	382	5,9
Total	4138	63,5

Esta presença tão abundante de forças policiais está associada ao grande número de peças que se identificam sob a alçada do tema *Crime*. Pode corresponder também à relação existente entre as polícias e os jornalistas, estabelecidas quer através das rotinas de redacção (da iniciativa dos profissionais dos *media*, em processos conhecidos como «rondas»), quer através da própria comunicação externa das forças policiais, cada vez mais organizada e profissionalizada, que fornece informação cujo objectivo é, precisamente, ser divulgada. Existem casos de algumas peças que nitidamente não chegariam ao conhecimento dos jornalistas a não ser através deste tipo de mecanismos, tal é a sua insignificância e falta de interesse público. Essas peças, que frequentemente se resumem a *breves*, acabam muitas vezes por servir propósitos meramente funcionais dentro de uma publicação, como seja o preenchimento de espaços deixados em branco na altura do fecho das edições.

Será produtiva em termos interpretativo a menção da variável *vozes* associada aos actores. Relativamente às modalidades mais expressivas, no topo encontramos o governo, com 9,8% no total de citações, existindo assim uma correlação com a presença desta entidade como actor (cf. Anexo 11). Já o SEF tem menos expressão em termos de cita-

ções, com apenas 5,8%. Naturalmente que nesta variável os resultados se encontram mais dispersos, dado que existem mais modalidades. Ainda assim, e juntando as citações provenientes de fontes oficiais, obtemos 34,3% do total de vozes referenciadas (Tabela 22).

Tabela 22. Presença de vozes oficiais nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem
Governo	325	9,8
Tribunais	50	1,5
Forças policiais	84	2,5
SEF	193	5,8
ACIME	177	5,3
PSP	137	4,1
GNR	96	2,9
PJ	75	2,3
IGT	2	0,1
Total	1139	34,3

A tendência inversa encontra-se na modalidade *populares*, que se verifica em apenas 4,4% dos actores, mas em 9,7% das citações. Este valor representa ainda um aumento de quase 100% em relação a 2004, ano em quem os *populares* registavam 5,5% do total de vozes (em 2003 não foi analisada esta modalidade). Também esta tendência corresponde a uma perspectiva do jornalismo contemporâneo, que valoriza a *vox populi* como instrumento não só de testemunho, mas também de uma certa materialização do acesso democrático aos *media*, acesso esse que é realizado através da recolha de depoimentos que se consideram significantes. Nessa perspectiva, importa dar conta também da voz que é dada aos imigrantes e minorias, patente na Tabela 23. Os *especialistas* parecem ter perdido terreno, com apenas 3,6% do total de citações, embora estejam presentes em 5,5% dos casos como actores. O total de citações obtidas para esta modalidade em 2004 cifrou-se nos 6,2%.

Tabela 23. Presença de vozes dos imigrantes/minorias nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem
Associações de imigrantes	40	1,2
Africanos	145	4,4
Angolanos	17	0,5
Árabes	22	0,7
Brasileiros	37	1,1
Cabo-verdianos	88	2,7
Chineses	28	0,8
Cidadãos de países de Leste	33	1,0
Ciganos	26	0,8
Guineenses	50	1,5
Indianos	11	0,3
Magrebinos	3	0,1
Moçambicanos	1	0,0
Moldavos	3	0,1
PALOP	12	0,4
Russos	5	0,2
Paquistaneses	3	0,1
São-tomenses	3	0,1
Ucranianos	23	0,7
Islâmicos	35	1,1
2. ^{as} gerações	20	0,6
Romenos	130	3,9
Total	735	22,1

Destaque-se o facto de, apesar de os brasileiros serem a nacionalidade com mais expressão em termos de referências nas peças analisadas, não existir uma correspondência na atribuição da palavra, o que até se revela bizarro, uma vez que não se coloca ao jornalista a hipotética questão da barreira linguística. A modalidade *africanos* é a mais

expressiva, com 4,4%, percentagem a que se juntarmos as outras nacionalidades que também fazem parte do universo do continente africano ascende a 8,9%.

De salientar ainda dois resultados: o obtido pela modalidade *romenos*, que surge neste biénio 2005/2006 pela 1.^a vez; os 1,2% das associações de imigrantes, que obtiveram nos anos anteriores uma maior expressividade (5,9% em 2004 e 6,2% em 2003), o que pode significar uma perda de capacidade de intervenção junto dos *media*.

Continuando com a análise das variáveis que dizem respeito ao Discurso, podemos observar na Tabela 24 o peso das diferentes modalidades da *narrativa*.

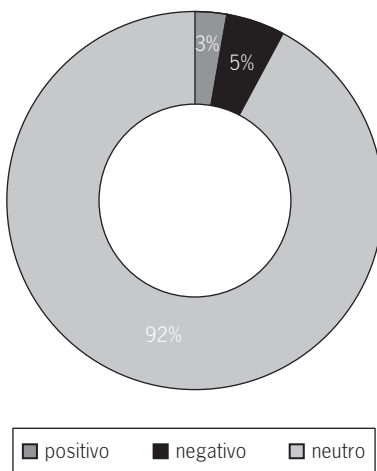
Tabela 24. Narrativa nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Percentagem
Alegórica	262	5,5
Dramática	50	1,1
Épica	32	0,7
Irónica	37	0,8
Moral	122	2,6
Policial	488	10,3
Factual	3757	79,1
Outra	2	0,0
Total	4750	100,0

A grande maioria das peças apresenta um tipo de narrativa factual (79,1%), um valor mais expressivo do que o registado em 2004 (62,1%). De registar ainda e em termos comparativos, o decréscimo muito significativo da narrativa policial, de 34,3% em 2003 para 22,8% em 2004 e para os 10,3% de 2005/ 2006. Basicamente, os restantes resultados mantêm-se sem alterações significativas.

A este acréscimo da narrativa *factual* corresponde uma prevalência natural do tom *neutro* das peças, visível no Gráfico 9.

Gráfico 9. Peso relativo do tom nas peças, nos anos analisados (2005 e 2006)



Para concluir a análise das variáveis, resta aferir da argumentação utilizada nas peças, conforme observável na Tabela 25.

Tabela 25. Narrativa nas peças dos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem
Demográfica	66	1,4
Econômica	164	3,5
Política	673	14,2
Religiosa	22	0,5
Securitária	277	5,8
Social	742	15,6
Assertiva	2787	58,7
Outra	19	0,4
Total	4750	100,0

Também o valor da mais significativa modalidade aumentou no biênio 2005/2006: existem 58,7% de peças *assertivas*, ou seja, correspondendo às práticas de jornalismo *factual* e *neutro*. No entanto, existe uma maior expressividade da modalidade *política* relativamente a anos anteriores (11,2% em 2004 e 10,9% em 2003), correspondendo ao aumento da politização também a nível temático. Se isolarmos os géneros jornalísticos mais argumentativos e subjectivos (*opinião*, *editorial* e *comentário*), observamos a clara preponderância da modalidade *política* (Tabela 26).

Tabela 26. Narrativa nas peças correspondentes aos tipos *opinião*, *editorial* e *comentário* dos anos analisados (2005 e 2006)

	Frequência	Porcentagem
Demográfica	7	3,4
Económica	15	7,2
Política	68	32,7
Religiosa	1	0,5
Securitária	16	7,7
Social	60	28,8
Assertiva	35	16,8
Outra	6	2,9
Total	208	100,0

Por sua vez, a modalidade *securitária*, muito presente em 2003, com 14,4% do total de peças e 9,9% em 2004, cai para 7,7%, numa tendência progressiva de redução deste parâmetro na imprensa.

1. NOTAS FINAIS SOBRE IMPRENSA

Um único filão pode ser responsável por grande parte da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa. Mais do que os contextos, no biênio em análise foram pre-

ponderantes acontecimentos concretos e muito datados. É o caso do «Arrastão de Carcavelos», responsável por um número tão significativo de peças que implicou um aumento muito considerável da expressão de algumas modalidades ao nível do conteúdo, nomeadamente o crescimento do valor dos *acidentes/incidentes*, que em 2005 e 2006 atinge os 8,6% do total de peças. Se considerarmos apenas 2005, ano em que ocorre o «arrastão», esse valor sobe para 12,5% do total de peças analisadas no período. É também possível atribuir ao episódio o crescimento da presença das 2.^{as} gerações, que atinge 3,5% das peças em que é referida a minoria/nacionalidade, valor também mais expressivo em 2005 (4,7% do total das peças nas referidas condições)²⁵. Também neste período se verifica que o *acontecimento* domina sobre a *problemática* no que diz respeito à atenção dos *media*, o que não é de surpreender se atentarmos a toda a teoria sobre os valores-notícias e o *news value*. Está inscrito na própria natureza do jornalismo que são os acontecimentos que podem, no caso de se verificarem algumas condições, transfigurar-se em notícias. Deve salientar-se, no entanto, que, não raras vezes, os jornalistas partem de um acontecimento para se concentrarem nas problemáticas. Isto acontecerá tanto mais quanto os acontecimentos forem significativos. Este mecanismo pode explicar também o aumento do número de reportagens, verificado igualmente no período analisado.

A discussão da Lei da Nacionalidade teve igualmente consequências, com a modalidade temática *legislação* a surgir em 9,3% das peças, representando 6% dos temas registados nos dois anos. Estas consequências foram mais marcadas no ano de 2006, período em que esse valor esteve presente em 11,2% das peças. Neste caso, não se tratou de um acontecimento propriamente dito, mas de uma questão que se alastrou no tempo e que provou ter interesse público, a avaliar pela expressividade da presença nos *media*. Aqui, poder-se-á aplicar o valor-notícia que dita que um tema merecerá a atenção jornalística quanto mais polémico for ou, dito de forma mais eufemística, menos consensual for.

A reter ainda neste período que o *crime* continua a ser o tema mais presente (em 23% das peças, ou seja, quase um quarto do

25 Acrescente-se apenas, a título comparativo, o valor de 2,1% alcançado pelas 2.^{as} gerações em 2004.

total da amostra, embora esse peso diminua quando consideramos o universo de temas). A propósito desta modalidade, é importante realçar a sobre-representação da comunidade brasileira, que é a mais representada no total do *corpus*, mas de uma forma muito mais expressiva dentro do *crime*. No entanto, existe uma tendência inversa, de sub-representação dos *brasileiros* ao nível das citações que são originárias de membros desta comunidade.

Ainda dentro da temática *crime*, constata-se que a identificação das nacionalidades ou etnias é mais considerável quando esse é o tema da notícia do que de uma maneira geral na totalidade das peças. Esta linha de actuação vai contra uma recomendação emitida em 2005 pelo antigo Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (actual Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), que propunha que a referência à nacionalidade ou etnia dos protagonistas das notícias apenas fosse dada quando isso constituísse um elemento importante para a compreensão da história.

Ainda debruçando-nos sobre as minorias representadas, regista-se a subida paulatina da presença da comunidade chinesa, com 1,9%, face aos 1,5% registados em 2004, e do tema *prostituição* relativamente aos anos anteriores. Comparando os resultados de 2004 com os de 2005/2006, verificamos ainda uma descida bastante acentuada das referências aos cidadãos do Leste da Europa (excepto romenos), quer assim considerados em termos colectivos, quer por nacionalidades, de 20,6% para 11,9% (percentagens relativas ao número de peças com referências sobre o total de peças). Ao contrário, as referências a ciganos sobem de 4,8% para 6,1%.

Das tendências gerais de evolução salienta-se a progressiva tendência para a diminuição do recurso a citações de fontes oficiais, embora elas ainda estejam muito presentes enquanto actores das peças. Ao nível das vozes, é de reter a importância crescente dos *populares* e um progressivo aumento da presença de vozes pertencentes a minorias ou comunidades imigrantes, ainda que as associações tenham perdido peso no cômputo geral. As forças policiais continuam a ser uma importante fonte para os jornalistas quando se trata de questões de imigração ou de minorias.

CAPÍTULO 3. ANÁLISE DE TELEVISÃO

ISABEL FERIN

Na exposição que se fará neste capítulo apresentam-se os dados relativos a 2005 e 2006 da análise de Televisão de três canais de sinal aberto – RTP1, SIC e TVI – dentro de uma perspectiva comparativa com os anos anteriores, que deram origem aos relatórios já publicados. Seguindo a mesma metodologia, descrevem-se, primeiramente, os dados resultantes das variáveis de Forma, nomeadamente os que indicam o número de peças registadas, o seu tempo de duração, alinhamento e tipo de peça jornalística. Em seguida, faz-se o tratamento dos dados referentes ao Conteúdo com ênfase nos temas, actores, vozes e citações. Por último, serão analisados os dados recolhidos através das variáveis de Discurso, com particular atenção para o Tom, Argumentação e Enquadramento. Tal como já foi referido na Introdução, mantiveram-se as mesmas variáveis de Forma, Conteúdo e Discurso, sendo que a este último grupo de variáveis foi acrescentada uma outra, que procurou registar, através de três modalidades, o tratamento dos imigrantes como vítimas ou criminosos, nas temáticas relacionadas com o Crime. Na variável Tema, foram acrescentadas, também, as modalidades capazes de identificar acontecimentos, como o «Arrastão de Carcavelos» e os «brasileiros em Vila de Rei», ou ainda a proeminência que tomaram os refugiados no âmbito das migrações.

1. NÚMERO DE PEÇAS, TEMPO DE DURAÇÃO E PROEMINÊNCIA

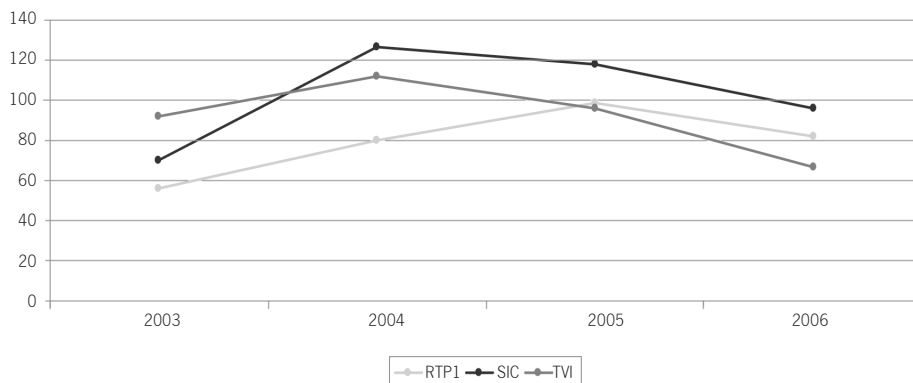
Nestes dois últimos anos (2005 e 2006) foram registadas 558 peças, sendo que 313, em 2005, e 245 em 2006. Os valores registados neste último ano, nos três canais (RTP1, SIC e TVI) são inferiores aos registados em 2004 (319 peças) e em 2003, ano em que as 218 peças registadas correspondem apenas aos meses de Abril a Dezembro.

Tabela 27. Total de peças por ano e por canal

Canais de TV/Ano	RTP1	SIC	TVI	Total
2003	56	70	92	218
2004	80	127	112	319
2005	99	118	96	313
2006	82	96	67	245
Total	317	411	367	1095

Em 2005 e 2006, a SIC é a estação com maior número de registos, atingindo 214 peças (38,4%), 118 em 2005 e 96 em 2006. Segue-se a RTP1 com 181 peças e a TVI com 163 (29,2%). No conjunto dos anos analisados registaram-se 1095 peças, sendo que a SIC é a estação que emitiu, de forma continuada, mais peças subordinadas a esta temática.

Gráfico 10. Número de peças emitidas por estação televisiva



O tempo de duração das peças tem vindo a oscilar. Assim em 2003, a maioria das peças tinha um tempo superior a 1' 45", valor que desceu em 2004 e voltou a subir em 2005. Já em 2006, 81 peças, correspondendo a 33,1%, situam-se acima dos 2' 45", sendo a maior parte emitida pela SIC.

Nos mesmos dois anos em análise, 2005 e 2006, nota-se que os meses com maior número de peças incluem acontecimentos que suscitaram maior atenção das televisões. Na totalidade dos dois anos, os meses de Janeiro, Maio, Junho e Dezembro são aqueles que registam um maior número de peças. Os meses de Janeiro e Dezembro incluem um grande número de peças de «rotina», isto é, peças sobre o Natal e Ano Novo, enquanto os meses de Junho e Maio são pautados, respectivamente, pelo «arrastão de Carcavelos» – Junho de 2005 – e a chegada de brasileiros a Vila de Rei a convite da autarca (Maio de 2006). Saliente-se, ainda que para o grande número de peças registadas em Janeiro, dos dois anos, contribuiu a quadra natalícia mas, também, as campanhas políticas para as eleições legislativas, em 2005, e a destruição dos bairros degradadas na Amadora, em 2006.

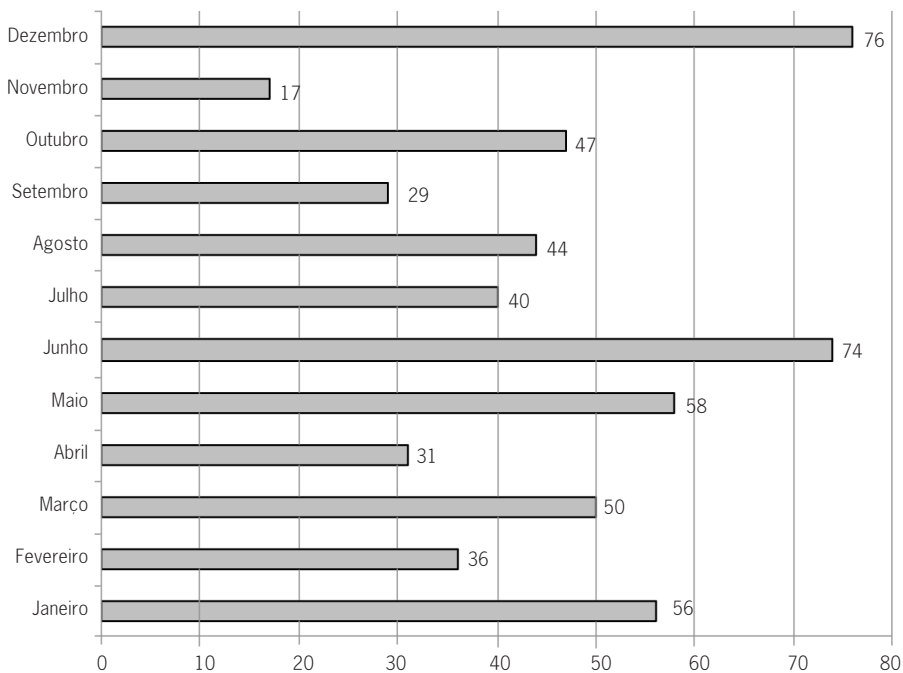
A dimensão da agenda criada pelo acontecimento «arrastão de Carcavelos» reflecte-se nas 52 peças contabilizadas, correspondentes a 16,6% das peças televisivas anuais. No entanto, convém assinalar que só se registaram 11 peças directamente subordinadas a este tema em Junho, sendo que os factos e acontecimentos que gerou, por exemplo, manifestações da extrema-direita, visita do Presidente da Republica ao bairro da Cova da Moura, levaram a um aumento do número de peças neste mês. Na totalidade há 15 peças (4,8% do total dos temas principais) cujo tema é o «arrastão de Carcavelos», sendo que em Tema 2, o número de peças é praticamente idêntico (14 peças), o que perfaz 29 peças, que directa ou indirectamente, tocam este tema. Em 2006, apenas uma peça aborda este caso em Tema 1 e não há registo desta temática em Tema 2.

Como já se referiu, o mês de Janeiro de 2005 obtém valores elevados, 36 peças, não só em função da rotina que envolve as festividades natalícias e de ano novo, como outras festividades religiosas e culturais e aspectos de integração das comunidades. No entanto, em 2005, contribui, também, para este resultado, as campanhas políticas dos partidos que incluíram na sua agenda contactos com os imigrantes e as minorias étnicas. No mês de Dezembro de 2005 assinalam-se 35 peças, a maioria referente à quadra natalícia. Já em 2006, Dezembro é o mês com mais peças registadas, 41, correspondendo a 16,7% do total e expressando mais uma vez a «rotina» das notícias relacionadas com o Natal,

as festividades, manifestações religiosas e culturais, bem como sobre a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

Em 2006, salientam-se ainda os meses de Maio e Agosto, ambos com 30 peças. No mês de Maio, a chegada de cinco famílias brasileiras a Vila de Rei, a convite da presidente da câmara, e o chamado «repovoamento do centro de Portugal», dá origem a 9 peças só na primeira quinzena do mês. Em Agosto, o acontecimento com maior proeminência (e que mais peças suscita) está vinculado às demolições nos bairros degradados da Amadora.

Gráfico 11. Peças por mês – anos de 2005 e 2006



Comparando os anos de 2005 e 2006 com 2003 e 2004, observamos que há alguma regularidade no volume das peças, decorrente da «agenda» da quadra natalícia e do Ano Novo, sempre associada a peças cujo tema principal é a integração e a solidariedade. Assim, tal como em 2005 e 2006, o mês de Janeiro de 2004, já tinha obtido valores elevados, em decorrência de um grande número de peças sobre as tradições e festividades do fim do ano das diversas comunidades imigrantes. Contrariamente, ao que acontecera em 2003 (34 peças, correspondendo a 15,2% do total), em 2004, neste mês, não se registou um número de peças elevado.

Nestes quatro anos não é perceptível outras «agendas» planificadas com a mesma regularidade de cobertura, apesar de serem identificáveis acontecimentos que suscitam invariavelmente coberturas extensas, por exemplo, as demolições de bairros degradados (2003, 2004 e 2006), a prostituição (2003, 2004, 2005 e 2006) ou as questões relacionadas com transgressões, crime, etc.

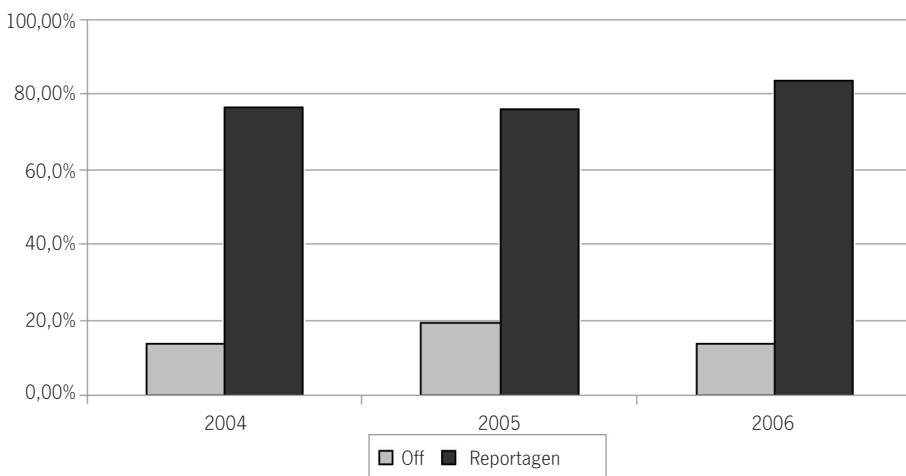
Tabela 28. Meses com mais peças por ano e respectivas agendas

Os três meses com + peças e % no total	2003	2004	2005	2006
Mês e agendas	Julho (37; 7,1%)	Janeiro (74; 23,2%)	Janeiro (36; 11,5%)	Maio (30; 12,2%)
	Visita do Presidente Lula do Brasil	Quadra natalícia; «Quotas para a imigração»	Quadra natalícia; «Rusgas em bares de alterne»	«Brasileiros em Vila de Rei»
	Outubro (48; 21,4%)	Fevereiro (37; 11,6%)	Junho (52; 16,6%)	Agosto (30; 12,2%)
	Revista Time «Mães de Bragança»	«Rusgas em bares de alterne e no Intendente em Lisboa»	«Arrastão de Carcavelos»	«Nova Lei de Imigração»
	Dezembro (34; 15,2%)	Maio (32; 10%)	Dezembro (35; 11,2%)	Dezembro (41; 16,7%)
	Quadra natalícia	Período de recenseamento de imigrantes	Quadra natalícia; «Deportados no Aeroporto do Porto»	Quadra natalícia; Nova Lei da Nacionalidade

Ao longo destes anos há poucas peças subordinadas às temáticas da Imigração e Minorias Étnicas que façam a abertura dos jornais televisivos, integrando-se a maioria delas no alinhamento dos telejornais. Contudo, salienta-se que quando as peças fazem a abertura dos telejornais elas constituem *hard news*, acontecimentos fortes e com continuidade, que suscitam a atenção dos *media*, têm grande potencial de audiência e mantêm-se por alguns dias ou semanas no alinhamento agendado. Assim, por exemplo, em 2003 encontramos 12 peças que fizeram a abertura dos jornais, a maioria directa ou indirectamente relacionadas com o caso «mães de Bragança»; no ano seguinte são registadas apenas 7, também relacionados com as «rusgas em casas de alterne ou no Intendente» ou ainda, com acidentes de natureza vária. Nos anos seguintes, 2005 e 2006, registaram-se respectivamente 12 e 6 peças na abertura, salientando-se no primeiro ano, seis relativas ao «Arrastão de Carcavelos».

A maioria das peças analisadas, de 2003 a 2006, pertence ao género Reportagem, com ou sem directos, registando-se poucas entrevistas em estúdio e *Off*, apesar deste género ter crescido significativamente em 2005. Em 2006, com o aumento médio do tempo das peças cresceram as reportagens com directos e diminuíram as peças caracterizadas como *Off*.

Gráfico 12. Peças por género televisivo



Em 2005 e 2006, tal como nos dois anos anteriores analisados, a Grande Lisboa é a região geográfica que dá origem a mais peças (211 peças, 37,8%), logo seguida por Portugal (124 peças, 22,2% do total). Estes valores correspondem por um lado à macrocefalia de Lisboa, não só política, mas também televisiva, dado que congrega todas as sedes das estações televisivas. Por outro lado, a referência a Portugal demonstra que muitas das peças dizem respeito ao país, situando-se em grande parte no âmbito da política e da legislação. Nota-se, no entanto, que em 2005, a Grande Lisboa obtém valores muito superiores a 2006, bem como aos registos dos anos anteriores, explicando-se este fenómeno pelo número de peças decorrentes da cobertura das campanhas políticas na área metropolitana de Lisboa e pelos temas associados ao «Arrastão de Carcavelos». Um outro factor interpretativo, que não deve ser ignorado, prende-se com as reestruturações nas estações televisivas, os cortes orçamentais e uma certa economia de meios que se reflecte na concentração das peças produzidas na região metropolitana de Lisboa de maior proximidade. Saliente-se ainda, que nos dois últimos anos a SIC é a estação que mais peças produz tendo como local de acção (ou âmbito) a região metropolitana de Lisboa, a que se segue a RTP 1 e depois a TVI. Quanto às referências a Portugal há um equilíbrio entre as três estações, com valores muito aproximados que oscilam, ao longo destes dois anos, entre as 45 peças na RTP1 e as 37 na TVI.

Em terceiro lugar, no âmbito geográfico, estão as peças que localizam a acção no Norte e no Centro, com temas predominantemente associados ao Crime, nomeadamente à prostituição, aos julgamentos dos crimes reportados, ou ainda a acidentes. Para esta situação, articula-se a hipótese de que, tendo os trabalhos das delegações regionais grande dificuldade em entrar no alinhamento, recorrem, muitas vezes, a estratégias fundadas na «informação espectáculo», o que lhes daria à partida mais possibilidade de exibição. Por outro lado, deve-se, também, referir que a produção nas delegações dos canais privados está adjudicada a produtoras independentes o que tende a reforçar alguns critérios noticiosos que garantam, à partida, a exibição das peças produzidas.

Tabela 29. Peças por âmbito ou local de acção

Região	2003*	2004	2005	2006
Grande Lisboa	68 (30,5%)	113 (35,4%)	127 (40,6%)	84 (34,3%)
Portugal	52 (23,3%)	71 (22,3%)	54 (17,3%)	70 (28,6%)
Outra Região + focada	Norte (42; 18,8%)	Centro (34; 10,7%)	Norte (30; 9,6%)	Centro (22; 9%)

* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI

2. CONTEÚDOS: IDENTIDADES E TEMAS

Como defendem muitos académicos (por exemplo, Hall, 1978) e organismos internacionais, tais como o *European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia* (EUMC) e a UNESCO, e constatarem estudos de opinião internacionais e nacionais, as televisões são responsáveis pela criação de uma opinião pública relativamente aos estrangeiros imigrantes. Os conteúdos das imagens veiculadas pelas televisões contribuem, em grande parte, para a construção das identidades dos imigrantes e dos grupos étnicos ao referirem, por exemplo o seu país de origem, a situação jurídica, ocupação ou temas mais frequentes a que estão associados. Nesta perspectiva, os dados que se apresentam aqui permitem, em conjugação com outros estudos, nomeadamente os desenvolvidos por Lages e Policarpo, em 2004 e 2005, fazer um esboço das identidades dos imigrantes apresentadas pelas estações de televisão portuguesas.

Nos anos de 2005 e 2006, os brasileiros são os imigrantes mais referidos de forma singular (107 peças, 19,2% do total), mas convém notar que nestes dois anos se registam mais peças onde estão presentes imigrantes de várias nacionalidades (156 peças, 28%). No ano de 2005, e em função do «Arrastão de Carcavelos» e das agendas que gerou, surgem as referências às designadas «2.^{as} Gerações», com 48 peças e 15,3% do total, valores que diminuem significativamente no ano de 2006. Relativamente às modalidades, Brasileiros e Várias Nacionalidades, os dados são muito semelhantes aos recolhidos nos

anos anteriores. Assinala-se que o grupo mais referido está, assim, em consonância com os dados registados pelo SEF e estudados pelos especialistas desta matéria. No entanto, verifica-se nestes anos algumas alterações, indiciando novos movimentos migratórios, tais como a descida do número de peças onde estejam presentes cidadãos de países do Leste da Europa, nomeadamente ucranianos e, contrariamente, um aumento de referências às comunidades chinesa e romena. Ainda de notar, a diminuição de peças onde são identificados membros de etnia cigana, facto que pode ser explicado através de múltiplas hipóteses, tais como as campanhas de sensibilização pública, junto dos operadores privados e jornalistas, no sentido de omitir a referência à etnia cigana, caso não tenha pertinência para a notícia reportada.

Tabela 30. Peças por nacionalidade ou etnia

Nacionalidade/ /etnia	2003*	2004	2005	2006
Brasileiros	57 (26%)	59 (18,5%)	57 (18,2%)	50 (20,4%)
Várias origens	47 (21,5%)	69 (21,6%)	72 (23%)	84 (34,3%)
«2. ^{as} Gerações»	n/a**	12 (3,8%)	48 (15,3%)	16 (6,5%)
Ucranianos	12 (5,5%)	47 (14,7%)	12 (3,8%)	8 (3,3%)
Chineses	2 (0,9%)	7 (2,2%)	18 (5,8%)	5 (2%)
Ciganos	28 (12,8%)	28 (8,8%)	15 (4,8%)	7 (2,9%)
Total	218	319	313	245

* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

** No ano de 2003 a modalidade «2.^{as} Gerações» não foi considerada.

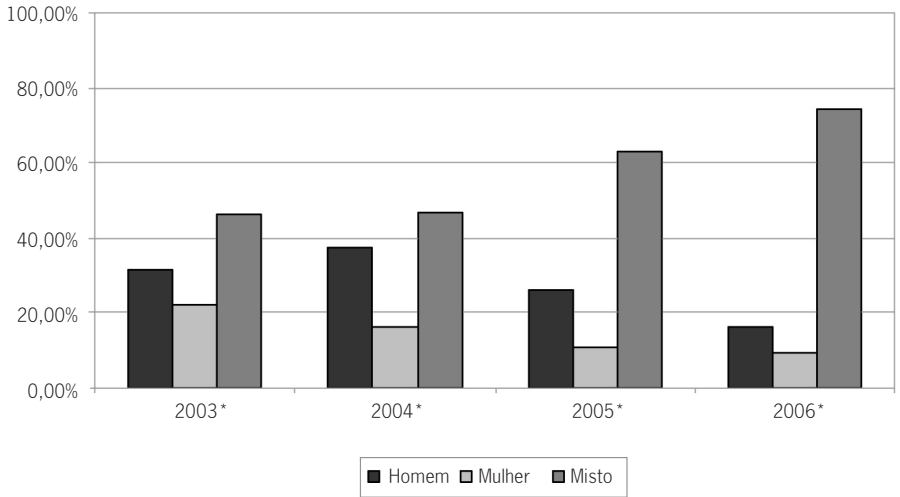
Não se registam, também, nestes dois anos, muitas alterações nos registos referentes à ocupação. Salienta-se, apenas, que a maioria das peças não identifica a profissão ou ocupação do imigrante (344 peças); quando as peças são identificadas são maioritariamente as não qualificadas (73; 13,1%). É de notar que, comparativamente a 2003 e 2004, estes dois últimos anos registam um crescimento de referências a serviços (38; 6,8%) e profissões qualificadas (26; 4,7%). A Prostituição encontra nestes anos, um valor elevado,

53 peças, correspondendo a 9,5% do total das referências à ocupação, um valor inferior ao registado em 2004 (12% do total das peças).

A situação jurídica do imigrante é, também, um outro indicador omisso nas peças televisivas, não só pela imagem televisiva não necessitar, na maior parte dos casos, desse indicador como elemento de descrição, como pelo facto dessa informação poder, em alguns casos, revelar a identidade de imigrantes em situação irregular. Deste modo explica-se que, entre 2005 e 2006, 22,9% das peças não apresentem identificação da situação jurídica. No entanto, constata-se que há referências, em 178 peças (31,9%), a indocumentados e ilegais, 138 peças que se reportam a cidadãos com autorização de permanência e 73 peças sobre portadores de residência. Comparando estes dados com os anos anteriores constata-se que a situação é muito semelhante, não sendo possível identificar, na maioria das peças, a situação jurídica dos imigrantes.

Outros dados são igualmente interessantes quando confrontados com os anos anteriores. Independentemente da maioria das peças focar adultos (401; 71,9%) nota-se que há um crescimento do número de peças que focam as crianças e os jovens filhos de imigrantes. Estas peças têm, maioritariamente, as escolas como cenário. Por outro lado, verifica-se que continua a ser dominante a modalidade Misto, isto é, peças que focam os dois géneros (homem e mulher), tal como já se verificara em 2003 e 2004. Contudo constata-se, em relação a esses anos, uma diminuição das peças sobre as mulheres. Esta situação demonstra que a mulher, sozinha, tem pouca capacidade de gerar notícia, excepto quando está associada à prostituição, ou em casos muito excepcionais, quando é individualizada como exemplo de sucesso, caso das imigrantes candidatas a médicas em 2004. Em função da primeira condicionante, verifica-se que Mulher colhe um maior número de peças, em 2003, o que deverá ser lido em consonância com o caso «mães de Bragança» e a publicação, na revista *Time*, da reportagem sobre a prostituição no norte de Portugal.

Gráfico 13. Peças por Género



* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI

Até este momento da exposição assistiu-se à caracterização dos imigrantes, quanto à nacionalidade, género, ocupação e idade. A partir deste momento, pretende-se entender qual a proeminência que lhes é concedida nas peças jornalísticas. Nesta perspectiva, serão inventariados quer os actores principais, quer os autores dos testemunhos, assim como as citações com maior visibilidade, tendo em conta os anos de 2005 e 2006, bem como os anos já analisados. Nesta análise teremos em conta as variáveis Actor/Personalização 1 e Citações 1, eventualmente far-se-á referência às variáveis com a mesma designação que registam, por cada peça, os segundos actores mais importantes e as segundas citações com maior visibilidade.

Em primeiro lugar, constata-se que os imigrantes são os actores mais focados ao longo destes quatro anos, tanto como actores principais como secundários, seguindo-se as forças de segurança (PSP, SEF, GNR, PJ) e os populares. Observa-se assim que, em 2003, os imigrantes colheram 52,5% dos valores das peças, ressaltando-se que se trata mais

de um actor passivo que activo, e as forças de segurança 35,2% como actor activo. Em 2004, o número de peças onde os imigrantes são actores baixou (30,3%) mas aumentou em contrapartida o seu papel activo. Estas funções, actor activo e actor passivo, decorrem dos dados recolhidos na variável Citação. O papel passivo dos imigrantes, em 2003, infere-se do facto de só constarem em 21,4% das peças registadas nesta variável, enquanto no ano seguinte o valor ascende a 49%. Quanto à função do actor, constata-se que, em 2005, os imigrantes voltam, de novo, a ter um papel mais passivo (23,8% de citações no total das peças) subindo um pouco no ano seguinte (26,9%). No conjunto das nacionalidades, e ao longo dos quatro anos, verifica-se que os brasileiros e os cidadãos dos países de Leste (Moldávia, Rússia, Ucrânia, Roménia) são os que adquirem maior proeminência como actores activos, na medida em que obtêm valores mais elevados nas citações. Em 2004, são os cidadãos dos países de Leste a revelarem maior exposição, independentemente de, individualmente, os cidadãos brasileiros serem as vozes mais ouvidas (22 peças, 5,5% do total das mesmas) observando-se a mesma realidade nos anos de 2005 e 2006, ambos com 19 registos correspondendo, respectivamente, a 6,1% e a 7,8% do total das peças.

As «2.^{as} Gerações» adquirem maior protagonismo como actores em 2005, 25 peças (8,0% do total das peças), embora a sua expressão activa corresponda apenas a 14 peças e a 5,4% das citações, o que demonstra que a sua função é ainda, significativamente, de actor passivo. Os dados de 2005 estão vinculados, tal como foi referido, às «ondas de choque» que se seguiram ao «arrastão de Carcavelos» pois, em 2006, os valores referentes às 2.^{as} Gerações são bastante inferiores, o que também pode decorrer da nova Lei da Nacionalidade e da consequente aquisição da nacionalidade portuguesa.

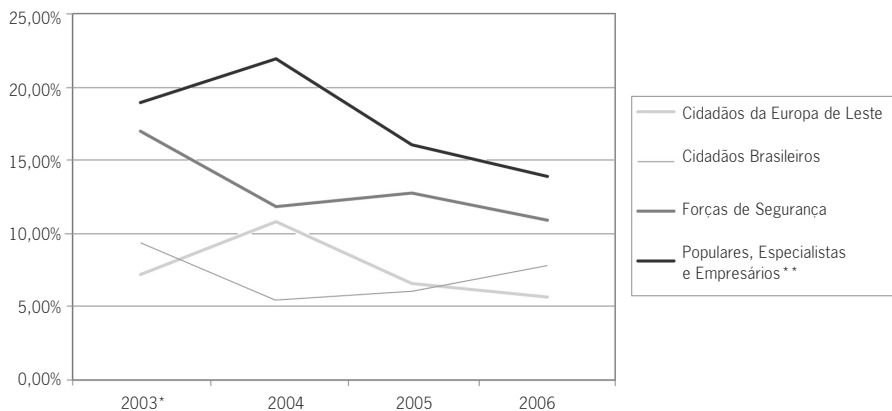
Durante estes anos, foi em 2003 que se registou na modalidade de actor o maior número de peças sobre cidadãos de etnia cigana (28 peças, 12,8% do total), seguiu-se o ano de 2004 (25 peças, 5,2%) e com valores muito inferiores os anos de 2005 (7 peças, 2,2%) e 2006 (5 peças, 2%). As vozes destes actores foram mais activas, também, em 2003, com 22 peças, correspondendo a 8% do total. Nos anos seguintes essa expressão diminui em consonância com a redução do número de registos assinalados. Uma das hipó-

teses interpretativas para esta situação, está, mais uma vez, no esforço perpetrado por diversos organismos, entre eles o ACIME/ACIDI, no sentido de consciencializar os agentes e operadores dos *media* para a discriminação que se encontra associada à nomeação da etnia.

Nota-se, também, que os valores referentes ao protagonismo do Estado/Governo apresentam algumas oscilações, associadas às campanhas eleitorais e às diferentes agendas políticas de discussão e promulgação das leis de imigração e da nacionalidade. Por outro lado, verifica-se uma certa estabilidade nos indicadores de participação dos populares, especialistas e empresários, em grande parte como actores activos. Infere-se dos dados recolhidos que continua a existir um peso considerável das fontes oficiais, se bem que há indícios mais consistentes de outras fontes, nomeadamente as que decorrem da sociedade civil. Na verdade, se tivermos em conta os actores com maior número de citações secundárias, verificamos que as associações de imigrantes adquirem, em 2006, maior visibilidade, com 17 peças correspondendo a 7,9 % do total e 14,2% no total das vozes, valor bastante superior a 2005 (10 peças, 3,2 % do total, 6,3% no total das citações).

Saliente-se, contudo, que em 2006 baixou significativamente o protagonismo, como actor, das forças de segurança, que é o menor alcançado nos quatro anos analisados (41 peças, 16,8%), bastante inferior ao ano de 2005, onde se registaram 66 peças correspondendo a 21,2%. Convém, ainda, sinalizar que estes actores viram decrescer a sua voz e por conseguinte a sua importância, de 17% em 2003 para 10,9% em 2006, como actores activos, tanto como vozes principais (citação1), como vozes secundárias (citação 2).

Gráfico 14. Voz atribuída aos actores principais (Citação 1) por ano, número de peças e percentagens correspondentes ao total de peças



* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

** Em 2003 só estava contemplada a modalidade Populares.

Mas a que temas estão associados estes protagonistas? Quais são os acontecimentos e as matérias que mais proeminência têm nas televisões? Será que todas as estações dão ênfase, de igual modo, a todas as matérias? Há alguma diferença, nas temáticas abordadas, entre a televisão pública e as televisões privadas?

Apesar de, isoladamente, mais uma vez, o tema Crime ser o mais abordado em 2005 e 2006, verifica-se um decréscimo substancial no último ano analisado. Assim, a modalidade Crime, obteve em 2005, como tema principal 55 registos, correspondendo a 17,6% do total das peças, e como tema secundário um valor residual (8 peças e 2,6% do total). No mesmo ano, no tema principal as peças relativas a Integração são 15 (4,8%) e em tema secundário 34, correspondendo a 10,9% do total das peças. Já em 2006, há um decréscimo considerável do tema Crime, como tema principal, que regista 23 peças, 9,4% do total, e um aumento da Integração tanto como tema principal (20 peças, 8,2% do total) como secundário (26 peças, 11,5%).

Para obter respostas mais concludentes relativamente às perguntas inicialmente formuladas utilizam-se os critérios de 2004, que não são possíveis de obter para o ano de 2003, dado que neste ano apenas foram analisados os meses de Abril a Dezembro. Para os restantes três anos agregaram-se as temáticas em cinco campos semânticos: Transgressão Social (Crime, Exploração, Máfia, Prostituição e Violência); Estado/Governo (Expulsão, Legalização, Legislação, Naturalização, SEF, Segurança e Terrorismo); Sociografia (Clandestinidade, Condições Sociais, Desemprego, Discriminação, Educação, Economia, Família, Habitação, Trabalho, Sem Abrigo e Saúde); Políticas Inclusivas (Cultura, Integração, Reagrupamento, Religião); Rotinas dos *Media* (Acidentes/Incidentes, Agendas, Estatísticas e Estudos sobre a Imigração).

Tabela 31. Agregação das temáticas principais

Temáticas agregadas (Tema 1)	2004	2005	2006
Transgressão Social	105 peças 34,5%	119 peças 37,7%*	66 peças 26,9%
Estado/Governo	42 peças 13,3%	38 peças 12,1%	24 peças 9,8%
Sociografia	49 peças 21,3%	65 peças 20,8%	75 peças 30,6%**
Políticas Inclusivas	36 peças 11,3%	34 peças 10,8%	29 peças 11,8%
Rotinas dos <i>Media</i>	29 peças 9%	42 peças 13,5%	13 peças 5,2%
Total peças	319	313	245

* Inclui as peças referentes ao «arrastão de Carcavelos».

** Inclui as peças referentes aos «brasileiros em Vila de Rei».

A observação deste quadro mostra, mais uma vez, que o ano de 2006 apresenta algumas diferenças relativamente aos anos anteriores, com uma maior representatividade das peças agregadas em Sociografia e um menor número de peças em Transgressão Social. É de notar, também, que em 2005, o valor deste último indicador reflecte o «arrastão de Carcavelos» como tema principal. Salienta-se, ainda, para este ano o número de peças

registado em Rotinas dos *Media* que está em consonância com os actos eleitorais que tiveram lugar. Comparando os temas principais com aqueles registados como segundos (Tema2) nota-se um maior equilíbrio na distribuição dos valores pelas temáticas. Assinala-se que as temáticas agregadas em Sociografia são, ao longo dos três anos analisados, aquelas que assumem valores mais estáveis, adquirindo em 2006, maior proeminência como Tema 1 (30,6% do total das peças). Em 2004 e 2006, nota-se que os temas agregados em Estado/Governo adquirem um valor significativo, relativamente ao ano de 2005, o que corrobora o peso da agenda governamental na agenda dos *media*. Por outro lado, no ano de 2006, verifica-se, tal como no Tema 1, uma redução nas peças agregadas em Transgressão Social e uma distribuição equilibrada pelas temáticas Estado/Governo, Políticas Inclusivas e Rotinas dos *Media*.

Tabela 32. Temas 2 agregados

Temáticas agregadas (Tema 2)	2004	2005	2006
Transgressão Social	84 peças 36,6%	91 peças 29,2%*	43 peças 17,4%
Sociografia	58 peças 25,3%	63 peças 10,9%	86 peças 35,4%
Estado/Governo	33 peças 14,5%	67 peças 21,5%	22 peças 13,9%
Políticas Inclusivas	44 peças 19,2%	37 peças 12,8%	34 peças 13,8%
Rotinas dos <i>Media</i>	10 peças 4,3%	13 peças 4,2%	29 peças 11,8%
Total peças	229	271	205

* Inclui as peças referentes ao «Arrastão de Carcavelos».

Tabela 33. Comparação tema 1 e tema 2 (agregados)

	2004		2005		2006	
	tema 1	tema 2	tema 1	tema 2	tema 1	tema 2
Transgressão Social	34,5%	36,6%	37,7%	29,2%	26,9%	17,4%
Estado/Governo	13,3%	25,3%	12,1%	10,9%	9,8%	35,4%
Sociografia	21,3%	14,5%	20,8%	21,5%	30,6%	13,9%
Políticas Inclusivas	11,3%	19,2%	10,8%	12,8%	11,8%	13,8%
Rotinas dos <i>Media</i>	9%	4,3%	13,5%	4,2%	5,2%	11,8%

Cotejando, por canal, os dois últimos anos, constata-se que em 2005, a SIC foi o canal que mais peças emitiu sobre Crime (26 peças, 8,3% das emitidas pela estação) e Prostituição (12 peças, 3,8%) e o «arrastão de Carcavelos» (8 peças, 2,6%). No mesmo ano, nota-se que a RTP1 foi o canal com mais peças sobre a rubrica Agenda (12 peças, 3,8%) e Integração (7 peças, 2,2%), enquanto a TVI, durante todo o ano, contabilizou maior número de peças na rubrica Crime e foi a estação que menos ênfase deu ao acidente de Carcavelos. No ano de 2006, a SIC mantém o maior número de peças nas modalidades Crime e Integração, cada uma dez peças (4,1% do total das emitidas pela estação). É, também, o canal que emite mais peças sobre os brasileiros de Vila de Rei. A RTP1 confere 10 peças à Habitação, e é a única estação que refere o «arrastão de Carcavelos» quando o acontecimento perfaz um ano.

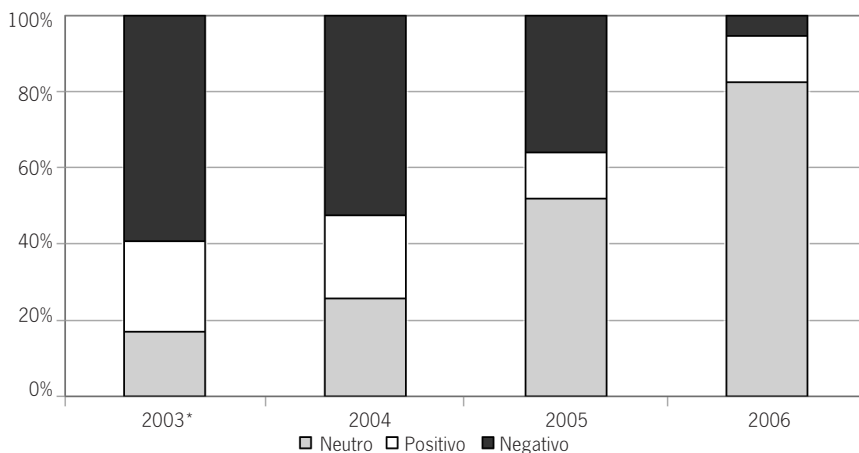
Tal como se verificara em 2003 e 2004, a maior parte das peças, tanto no cenário principal (Cenário 1) como no segundo (Cenário 2), localiza-se nas ruas e nos locais de reunião. Assim, em 2005, observam-se valores praticamente idênticos, respectivamente 48 e 47 peças num total de 313. No mesmo ano, e como cenário secundário, logo em seguida às ruas (83 peças em 197, 26,5%) adquirem maior incidência os cenários que marcam os acontecimentos de agenda (32 peças, 10,2%). Em 2006, os resultados assemelham-se muito ao ano anterior, quer nos cenários principais – ruas com 47 peças, 19,2%, locais de reunião, com 42 peças, 17,1% – quer nos cenários secundários, onde as peças situadas nas ruas adquirem 18,4% do valor, correspondendo a 45 peças, e as referentes aos acontecimentos de agenda atingem 13,5% (33 peças sobre 135).

3. DISCURSOS: NARRATIVAS E DO TOM AO ENQUADRAMENTO

Na comparação dos anos em análise, nota-se ainda alterações nos tipos de narrativa, categorizadas no tipo de enquadramento e na argumentação utilizados. Estas variáveis, e respectivas modalidades, assumem em consonância com trabalhos realizados por investigadores internacionais e nacionais (Fowler, 1991; Tuchman, 1999; van Dijk, 1997; Silveirinha e Peixinho, 2004) que a Notícia, na imprensa e na televisão, é um género narrativo – que envolve o relato, hierarquizado, de acontecimentos políticos, económicos e sociais – onde o enunciador expressa, através de determinadas estratégias linguísticas, o seu ponto de vista e comentário.

O tom, ou seja a forma como a peça é discursivamente organizada e expressa uma interpretação do conteúdo, sofreu significativas alterações ao longo dos quatro anos analisados. Estas alterações são comuns aos três canais, mas assinala-se que em 2006, a maioria de peças estão em tom neutro, o que não acontecera no ano anterior. Verifica-se, assim, que em 2006, a RTP1 apresenta 67 peças no total de 82, em tom neutro, correspondendo a 81,7% das peças exibidas, a SIC atinge 84,3% com 81 peças das 96 veiculadas e a TVI emitiu 67 peças, 54 em tom neutro, correspondendo a 80,5% do total.

Gráfico 15. Tom por peça



* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

A variável enquadramento, apresentada em seguida, pretende apreender como o enunciador hierarquiza a informação, ao identificar as isotopias temáticas por ele seleccionadas. Nesta perspectiva, as modalidades desta variável têm como objectivo identificar os contextos discursivos em que determinados acontecimentos se encontram inseridos e são tratados.

Tabela 34. Enquadramento das peças

Enquadramento	2003*	2004	2005	2006
Dramático	19,2%	14,4%	12,1%	1,6%
Épico	4,5%	0,6%	1,3%	0,0%
Irónico	1,3%	0,6%	0,6%	0,4%
Moral	11,2%	8,2%	1,6%	0,0%
Policial	11,2%	35,1%	14,1%	1,6%
Factual	**	40,8%	70,0%	95,9%
Outro	27,7%	0,3%	0,3%	0,0%
Total	218 peças (100%)	319 peças (100%)	313 peças (100%)	245 peças (100%)

* Os dados relativos a este ano compreendem os meses de Abril a Dezembro nas estações RTP1, RTP2, SIC e TVI.

** Em 2003 não estava contemplada a modalidade Factual.

Neste quadro, nota-se que a modalidade Factual, que regista narrativas centradas predominantemente na descrição de acções e factos, ganhou progressiva importância ao longo dos anos analisados, sendo que, em 2006, está identificada em mais de 95% das peças.

Já na variável argumentação, que pretende identificar as estratégias de comentário, ou atitude, dos enunciadores da Notícia, nota-se o crescimento da modalidade assertiva, que corresponde à utilização de enunciados fundados na descrição da acção ou acontecimento, onde o enunciador procura distanciar-se do facto relatado. Esta modalidade, introduzida no relatório de 2004, registou 115 peças, correspondentes a 36,1% do total, no ano seguinte obteve a mesma percentagem do total, com 113 peças identificadas. Em 2006, a percentagem de peças registadas, nesta modalidade, ascende a 54,3% (133 peças) num total de 245.

4. NOTAS FINAIS SOBRE A TELEVISÃO

A conclusão mais geral que se retira da análise dos anos de 2005 e 2006 nas televisões é que a Imigração e as Minorias entraram definitivamente como temática nos jornais televisivos, ocupando um «espaço» no alinhamento e «reflectindo» as agendas político-governamentais e públicas. Uma segunda conclusão prende-se com a acentuada diminuição das peças focadas nas temáticas agregadas em Transgressão Social, tendo como contrapartida maior visibilidade dos temas integrantes da categoria Sociografia e Integração, situação que se torna muito evidente no ano de 2006. Estas observações são particularmente importantes quando se sabe que o ano de 2005 incluiu o «arrastão de Carcavelos» mas, também, estes dados devem ser contextualizados tendo em conta os mecanismos de regulação internos e externos às redacções e aos meios de comunicação.

A análise destes dois anos permite ainda concluir que os brasileiros são, enquanto actores individuais, o grupo com maior visibilidade, o que está em concordância com o facto de ser a comunidade mais numerosa. Estes actores são, também, os que têm mais voz ao longo dos anos analisados. No entanto, deve-se salientar que a maior parte das peças apresenta imagens, ou referências, a mais de uma nacionalidade. De notar que as «2.^{as} Gerações» adquirem uma grande visibilidade no ano de 2005, associadas ao «arrastão de Carcavelos» mas, no ano seguinte, no seguimento da promulgação da Lei da Nacionalidade, surgem referidos de forma residual. De assinalar, ainda, a diminuição de referências ou imagens sobre a comunidade cigana, facto que pode ser interpretado à luz das boas práticas recomendadas tanto pelo ACIDI como pelas entidades reguladoras. Deve-se ainda salientar que, nestes dois anos, vão diminuindo as peças sobre os imigrantes originários dos países de Leste, acompanhando a tendência de abandono do país referenciada pelos serviços de fronteira. Menor proeminência apresentam as Forças Policiais, quer como actores, quer como vozes ou fontes citadas. Ao mesmo tempo, assinala-se que o relevo evidenciado pelos actores, políticos e governamentais está muito associado à agenda política, nomeadamente, às campanhas eleitorais e às alterações de legislação sobre nacionalidade.

Um outro dado a destacar são as questões de género. A maior parte das peças apresenta imagens de homens e mulheres imigrantes, mas há muito mais imagens de homens que de mulheres, sendo que estas surgem preferencialmente associadas à prostituição, ainda que no papel de vítimas de exploração. Ressalta-se, ainda, que nestes últimos dois anos as crianças e os jovens, filhos de imigrantes adquiriram maior protagonismo, inseridos no contexto escola.

Salienta-se, ainda, que nestes últimos anos a localização geográfica das peças, ou o contexto espacial da acção nelas evidenciada, ficou centrada na grande Lisboa. A interpretação desta realidade deve ter em conta as condicionantes da agenda política – as campanhas políticas, a actuação do governo sobre as matérias da Imigração – bem como aquelas relacionadas com as rotinas das empresas sediadas nos arredores de Lisboa.

Como último aspecto conclusivo destaca-se as alterações discursivas presentes no crescente número de peças caracterizadas por enquadramentos factuais, argumentação assertiva e tom neutro.

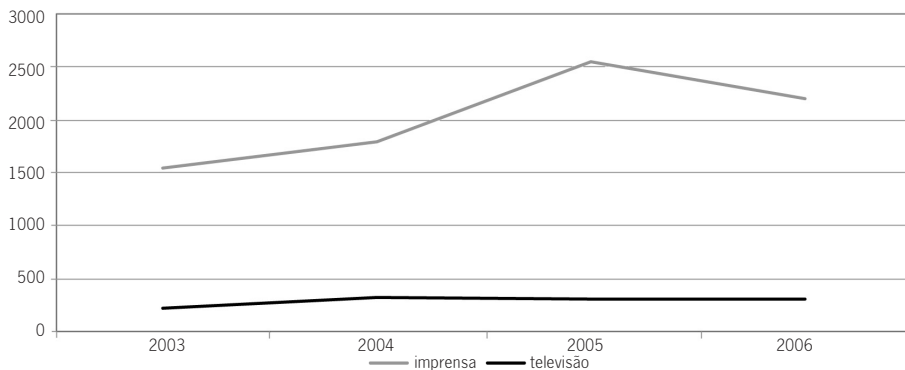
CAPÍTULO 4. CONCLUSÕES

ISABEL FERIN E CLARA ALMEIDA SANTOS

Antes de mais pretende-se evidenciar que a temática, *Media*, Imigração e Minorias entrou definitivamente nas rotinas de produção da imprensa e da televisão, podendo-se falar de *issues* de rotina, bem como de enquadramentos normalizados. Isto quer dizer que, se por um lado, os meios de comunicação deixaram de olhar o Outro com estranheza, por outro, passaram a integrá-lo dentro dos alinhamentos quotidianos de informação.

Esta afirmação sustenta-se nos dados recolhidos ao longo destes quatro anos, onde se constata a evolução do número de peças na imprensa e na televisão. A leitura do gráfico permite concluir que esta temática, estando consolidada, depende muito de agendas e, em último caso, de acontecimentos espectaculares ou de ruptura, como se exemplificará em seguida.

Gráfico 16. Evolução do número de peças 2003-2006 (imprensa e televisão)



Ao aprofundar os dados sobre os temas mais abordados ao longo destes anos e cotejando os dados da análise da imprensa e da televisão confirma-se que é o *Crime* o tema que influencia de forma determinante os resultados. Contudo, nota-se uma evolução diferenciada nos dados relativos à imprensa e à televisão. Enquanto na imprensa o *Crime* man-

têm valores relativamente estáveis ao longo dos quatro anos, a televisão viu os registos relativos a esta temática baixarem sensivelmente no último ano.

No entanto, dever-se-á ter em conta que estes resultados na imprensa decorrem maioritariamente do volume das notícias «breves», quase todas provenientes de *press releases* de agências ou fontes institucionais. Os mesmos resultados permitem avançar que as *bad news* (crimes, incidentes, máfias, prostituição, etc.) ainda são vistas como *good news* (matéria-prima) para os meios de comunicação. Mas a diferença está na discursividade, dado que se em 2003 e 2004 os imigrantes e as minorias surgiam fundamentalmente como autores dos crimes, nos dois últimos anos há uma distinção entre o imigrante/membro de uma minoria étnica, autor ou vítima de um crime.

Tabela 35. Presença dos temas mais importantes, por anos, em imprensa (percentagem sobre o número de peças; a sombreado estão os temas mais significativos de cada ano)

Temas Imprensa	2003	2004	2005	2006
Acidentes/Incidentes	0,7	4,1	12,5	4,0
Agenda	4,7	5,6	7,2	3,6
Clandestinidade	15,7	12,2	8,2	20,8
Crime	17,9	19,5	26,2	21,4
Habitação	3,7	2,3	4,6	5,3
Prostituição	8,8	5,8	8,5	5,0
Máfia	4,2	1,3	0,7	7,8
Legalização	9,4	9,1	3,1	3,8
Legislação	7,6	8,5	7,6	11,2
Discriminação/Racismo	5,7	6,8	8,1	6,3
Estadística	5,0	6,0	5,3	5,6
Segurança	6,0	5,1	6,7	3,9
Trabalho	13,8	10,2	6,8	7,4
Integração/Direitos	13,5	14,3	13,7	6,9

Tabela 36. Presença dos temas mais importantes, por anos, em televisão (percentagem sobre o número de peças; a sombreado estão os temas mais significativos de cada ano)

Temas Televisão	2003	2004	2005	2006
Acidentes/Incidentes	3,1	5,0	17,0**	2,3
Agenda	11,2	5,6	7,3	8,7
Condições sociais	8,0	4,4	8,0	13,5
Clandestinidade	4,9	4,7	8,3	9,3
Crime	28,6	26,6	20,1	11,9
Cultura	1,8	6,6	1,3	3,5
Prostituição	21,4	12,5	9,3	7,1
Máfia	6,3	7,8	9,6	8,9
Legalização	14,7	10,3	7,3	6,4
Legislação	8,0	7,8	12,8	7,4
Discriminação/Racismo	4,0	7,2	4,2	2,3
Trabalho	13,4	7,8	7,3	5,5
Violência	12,9	8,8	15,0	2,9
Integração/Direitos	11,2	14,7	15,7	14,8

** Inclui arrastão

Da análise das tabelas 35 e 36 constata-se que há pouca diversidade temática no tratamento destes grupos, estando por noticiar muitos aspectos, nomeadamente os económicos, sociais, políticos, culturais e relativos aos comportamentos e estilos de vida. Nota-se, ainda, que há uma lacuna no tratamento de aspectos contributivos e inovadores dos imigrantes e minorias para a sociedade portuguesa, que configura a omissão informativa dentro de um quadro de grande homogeneidade temática.

Outro aspecto a referir é a proveniência das peças, isto é, as fontes que deram origem às peças e o rigor com que são tratados os temas. Como já acontecera nos anos anteriores, constata-se que grande parte das peças da imprensa e da televisão têm origem em fontes oficiais, por exemplo governo, forças policiais, tribunais e institutos públicos. O caso do «arrastão de Carcavelos», que tem um impacto muito significativo no volume de peças

recolhidas no ano de 2005, é o exemplo extremado, da tendência a recorrer, ou a eleger como privilegiada, apenas a uma fonte de informação, aquela que disponibiliza o tema para a «agenda». Convém salientar que o «arrastão de Carcavelos» domina o ano de 2005 – mais na imprensa que nos canais de televisão – e será responsável pela visibilidade adquirida pelas «Segundas Gerações» nos dois meios de comunicação. As discussões que este caso acarretou, tanto no campo dos *Media* como da política e da sociologia, foram determinantes, não só para a implantação de medidas no âmbito da regulação dos meios de comunicação, como para a efectivação de alterações à Lei da Nacionalidade, permitindo estender a nacionalidade portuguesa a descendentes de imigrantes e emigrantes. Assim, pode afirmar-se que o caso do «arrastão de Carcavelos» deu origem a um conjunto de «agendas» políticas e mediáticas que estão documentadas nos conteúdos das peças registadas após o *issue*.

Ao nível teórico e conceptual este acontecimento incitou à reflexão sobre os *racismos sub-tis* adormecidos sob a capa do politicamente correcto. Por outro lado colocou em questão a credibilidade e a fiabilidade do jornalismo português. A agenda gerada por esse acontecimento iniciou um processo de inversão de algumas características de actuação da sociedade e do estado português, identificadas como racismo institucional (Marques, 2002), tais como procedimentos burocratizados na escola, na administração pública e no acesso a determinados serviços públicos.

No campo dos *Media*, a representação do acontecimento e o discurso que lhe esteve subjacente parece ter, num primeiro momento, recuperado não só os discursos associados aos traumas coloniais – descrito por Novais (2005) dentro do contexto do massacre de Dili como factores inerentes ao *cultural bias* – como a ideia de *pânico moral* subjacente aos *medos* associados a momentos de crise económica, política e social. Evocar S. Hall *et al.* (1978) e a sua obra com cerca de trinta anos, *Policing the Crisis*, é, nesta perspectiva, uma achega para a contextualização do acontecimento e para a sua interpretação. Todos os factores que Hall enuncia, em torno dos *mugging* – assaltos com violência perpetrados por jovens negros jamaicanos em Londres – parecem-se repetir em Portugal, trinta anos depois, no acontecimento «arrastão de Carcavelos». Esta semelhança surge tanto na actuação dos meios de comunicação, como nas declarações de políticos, nas fontes policiais e, em parte, na opinião

pública. O acontecimento, desmentido nos dias seguintes – por outras testemunhas, outros meios de comunicação, responsáveis superiores da polícia, ACIDI e alguns intelectuais – como um não acontecimento, ou um acontecimento construído pelos meios de comunicação, e sobretudo pela televisão, merece, no entanto, maior reflexão. O acontecimento, pseudo-acontecimento ou acontecimento fabricado, emergiu como credível em diversas instâncias da sociedade, inserindo-se numa linha de outros casos amplamente relatados e documentados pelos meios de comunicação – crimes de *gangs juvenis*, bairros degradados e insucesso escolar – e em estreita conjugação com hierarquias e imaginários coloniais.

A diversidade e o rigor da informação, associados à pluralidade das fontes e dos actores com voz no espaço público podem, ainda, ser discutidos em função dos dados registados nas Tabelas 37 a 40. Assim, verifica-se que os actores – os intervenientes activos das notícias – com mais visibilidade na imprensa são, ao longo destes anos, as Forças de Segurança, seguidos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e do Governo. Esta proeminência é confirmada pela Tabela 38, que regista as vozes dos actores, isto é, a capacidade que os actores têm de intervir discursivamente no desenlace, ou exposição, do facto ou acontecimento.

Tabela 37. Evolução da personalização em imprensa (percentagem sobre o número de peças)

Actores na Imprensa	2003	2004	2005	2006
Governo	17,6	19,7	11,7	17,6
Forças de Segurança (PSP, GNR, PJ)	19,1	30,2	33,2	30,3
SEF	20,9	23,8	16,6	16,6
ACIME	9,0	7,0	8,0	5,9
Especialistas	*	6,1	8,6	6,3
Tribunais	9,1	0,9	7,5	8,7
Autarquias	6,8	6,2	6,5	7,7
ONG	5,2	6,3	6,4	6,6
Associações de Imigrantes	7,0	6,6	5,6	1,7

* Não tinha sido elencada a modalidade; de realçar que, neste ano, a modalidade «outros» foi observada em 20,4% das peças. Por isso se procedeu, nos anos subsequentes, ao desdobramento da variável.

Tabela 38. Peso das citações em imprensa no total de peças, por ano

Vozes na Imprensa	2003	2004	2005	2006
Governo	8,6	7,0	4,9	9,1
Forças de Segurança (PSP, GNR, PJ)	4,7	8,3	9,3	7,0
SEF	7,1	5,5	4,4	3,6
ACIME	3,6	3,3	4,8	2,5
ONG	3,3	3,5	3,8	4,8
Associações de Imigrantes	4,5	4,4	3,8	1,1
Brasileiros	2,7	1,3	1,7	2,7
Cid. Países de Leste*	2,3	4,4	1,8	1,6
PALOP**	1,4	1,6	2,3	1,0
Populares	n/a***	4,1	5,2	3,5
Especialistas	n/a***	4,6	6,9	5,2

* Somatório das modalidades moldavos, russos, ucranianos e cidadãos de países de Leste.

** Somatório das modalidades cabo-verdianos, angolanos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e PALOP.

*** Estas modalidades não foram aplicadas no ano em questão, tendo sido justificada a sua inclusão, bem como de outras modalidades, pelo facto de a modalidade «outros» ter sido assinalada num total de 11,7% das peças.

Na televisão, na tabela referente aos actores, observa-se que os imigrantes surgem com maior expressão ao longo dos anos analisados, seguidos das Forças de Segurança. Confrontando esta tabela com aquela que regista as vozes dos intervenientes nas peças emitidas, constata-se que existe consonância, na medida em que somadas as vozes dos «Brasileiros», «Cidadãos de Países de Leste» e de «PALOP», obtêm-se valores muito próximos dos registados na tabela 39, correspondente aos Actores.

Tabela 39. Evolução da personalização em televisão (percentagem sobre o número de peças)

Actores na Televisão	2003	2004	2005	2006
Governo	8	6,7	8,6	9,6
Forças de Segurança (PSP, GNR, PJ)	27,2	23,7	24,6	16,1
SEF	7,1	6,1	7	7,7
Imigrantes	51,3	46,3	40,6	48,2
Populares	21	12,1	20,1	9,3
Especialistas	**	11,2	13,1	10,3
2. ^{as} Gerações	**	4,2	9,3	3,8
Associações de imigrantes	2,7	5,1	6,8	8,3

Tabela 40. Peso das citações em televisão no total de peças, por ano

Vozes na Televisão	2003	2004	2005	2006
Governo	7,6	5,0	5,4	11,9
Forças de Segurança (PSP, GNR, PJ)	12,9	7,1	13,7	9,0
Autarquias	4,5	4,5	3,8	6,8
Associações de Imigrantes	1,8	7,1	7,0	12,2
Brasileiros	11,6	9,8	8,6	8,7
Cid. Países de Leste*	8,9	19,6	11,9	10,3
PALOP**	3,6	4,5	10,5	12,9
Populares	23,2	21,9	18,8	10,6
Especialistas	n/a	17,4	15,0	14,1
2. ^{as} Gerações	n/a	6,7	7,3	5,1

* Somatório das modalidades moldavos, russos, ucranianos e cidadãos de países de Leste.

** Somatório das modalidades cabo-verdianos, angolanos, guineenses, moçambicanos, são-tomenses e PALOP.

Se compararmos os Actores e Vozes na Imprensa e os Actores e Vozes na televisão concluímos que no primeiro meio há um maior número de presenças de Actores e Vozes

oficiais, enquanto na televisão há uma clara supremacia dos Actores e Vozes dos imigrantes e dos populares, apesar da presença expressiva dos Actores e Vozes provenientes das Forças de Segurança e do Governo. Reflectir sobre estes dados implica, de novo, ter em conta a natureza dos dois meios, Imprensa e Televisão, os géneros jornalísticos mais frequentes (breves na imprensa, reportagens na televisão) bem como as características de edição de imagem nas peças de telejornais. Assim, considera-se que estes dados são apenas indicativos de uma realidade, que está mais próxima das formas de produção e rotinas utilizadas pelos meios imprensa e televisão que do conteúdo expresso por cada meio analisado. A análise das tabelas 37 a 40 leva, ainda, a reflectir quer sobre o papel das fontes oficiais na imprensa, quer sobre o papel dos testemunhos de populares ou imigrantes. Os dados registados nestas tabelas não permitem aferir sobre o rigor e imparcialidade da informação disponibilizada, nem sobre o papel dos testemunhos populares nas peças televisivas, questões que outras variáveis (tom, argumentação, narrativa) pretendem aferir.

No que toca à visibilidade dos diferentes grupos de imigrantes e da comunidade cigana, nota-se que há, simultaneamente, coincidências e diferenças nos dados recolhidos na imprensa e na televisão. Assim, nos dois meios analisados sobressaem as referências aos cidadãos brasileiros, apesar de não lhes ser proporcionalmente concedida Voz, como se constata na comparação das tabelas 38, 40, 41 e 42. Na televisão os imigrantes brasileiros são os mais nomeados, apesar da sua Voz não estar proporcionalmente registada, o que implica alguma reflexão visto que esta comunidade tem a mesma língua. É ainda comum aos dois meios a diminuição do protagonismo dos imigrantes originários dos países de Leste, com excepção dos romenos, acompanhando o progressivo abandono de Portugal destes cidadãos. Consta-se, na imprensa e na televisão, mais referências aos imigrantes chineses e indianos, reflectindo a chegada de novos fluxos migratórios. De salientar ainda que, na imprensa, há um valor estável de referências à comunidade cigana, enquanto nas televisões se assiste a uma diminuição de peças a eles referentes.

Tabela 41. Percentagem de minorias presentes nas peças de imprensa que, em algum ano, obtiveram um peso superior a 1%

Imigrantes/Minorias – Imprensa	2003	2004	2005	2006
Africanos	2,9	2,5	1,8	3,8
Angolanos	1,1	1,8	0,4	0,7
Brasileiros	14,7	12,1	12,3	15,0
Cabo-verdianos	2,4	1,1	1,1	1,3
Chineses	1,2	1,5	1,7	2,2
Cidadãos de Países de Leste	13,3	6,4	2,9	3,2
Ciganos	5,9	4,8	6,8	5,4
Magrebinos	2,8	1,4	0,6	0,1
Moldavos	0,7	1,1	0,6	1,04
Ucranianos	3,6	8,8	3,5	3,9
Várias	12,9	14,4	16,4	12,6
Islâmicos	1,4	1,81	0,6	0,4
2. ^{as} Gerações	n/a	1,5	4,3	1,7
Romenos	n/a	3,6	4,0	3,5
Imigrantes/Estrangeiros	n/a	n/a	29,4	26,9

Tabela 42. Percentagem de minorias presentes nas peças de televisão que, em algum ano, obtiveram um peso superior a 1%

Imigrantes/Minorias – Televisão	2003	2004	2005	2006
Africanos	0,4	2,8	0,6	1,6
Angolanos	1,8	1,9	1,2	1,6
Brasileiros	29,0	18,5	18,2	16,1
Cabo-Verdianos	2,71	2,8	1,3	0,3
Chineses	1,3	2,2	5,8	1,6
Cidadãos de Países de Leste	21,0	11,0	9,3	5,5
Ciganos	21,0	8,8	4,8	2,3
Guineenses	0,4	0,6	1,9	0,3
Magrebinos	3,125	2,2	1,6	1,0
PALOP	4,0	0,3	1,9	6,4
Russos	1,3	0,6	0,3	n/a
Ucranianos	7,6	14,7	3,8	2,6
Vários	28,1	21,6	23,0	27,0
Islâmicos	0,9	2,2	3,5	1,0
2. ^{as} Gerações	n/a	3,8	15,3	5,1
Romenos	n/a	1,6	2,2	3,2

Nota-se, ainda, que na imprensa e na televisão cresceu o número de peças referentes ao conjunto de imigrantes. Surge, pois, uma nova modalidade – «Estrangeiros» – evitando, assim, a nomeação de origem do cidadão, em conformidade com as directivas das entidades reguladoras. A mesma directiva está na raiz da diminuição de peças sobre a comunidade cigana e sobre as «2.^{as} Gerações», tanto na televisão como na imprensa, na medida em que grande parte das suas peças têm como tema o *Crime* e como fontes as Forças de Segurança. De certa forma estes procedimentos «limpam» a consciência e esbatem as diferenças, mas como frisam Cabecinhas (2002), Marques (2004) e Carvalheiros (2007) as leituras subliminares da opinião pública mantêm-se, assim como as leituras feitas por aqueles que se sentem discriminados, que tendem a sentir-

-se ainda mais discriminados, dado o «apagamento no espaço público» de que são vítimas.

Assim, a visibilidade ou invisibilidade dos imigrantes e das minorias está a suscitar um debate público em torno das dimensões plurais da Identidade e da Diferença, mas sobretudo, sobre as políticas de imigração e inclusão. O debate entre assimilação e integração, em simultâneo com as manifestações em prol do multiculturalismo e do pluriculturalismo, reflectem-se nos meios de comunicação, sobretudo nos telejornais. Nestes – a natureza da imagem, a edição televisiva e o pressuposto sobre os valores das audiências – levam à emissão de peças onde os procedimentos tanto podem ser lidos como boas práticas, como de reforço dos exotismos culturais e/ou étnicos, ou ainda, como formas de tornar invisíveis diferenças de acesso a oportunidades sociais. Ao mesmo tempo, a nomeação da pertença étnica nos meios de comunicação pode levar à etnicização das relações sociais e da sociedade, dificultando o convívio entre comunidades com origens culturais e étnicas diversas. Por outro lado, as boas práticas – que aconselham a que não se nomeie a etnia quando se fala de *Crime* – podem não ser bem compreendidas e, ao serem estendidas a todos os temas de relevância pública – nomeadamente aos económicos, políticos e culturais – tornam invisíveis comunidades que têm necessidade de afirmar a sua existência, bem como a sua diferença, enquanto identidade em construção ou renegociação.

Os dilemas expostos ecoam nos meios de comunicação e nem sempre as opções, que parecem ser politicamente mais correctas ao nível da produção da notícia, repercutem nas apropriações dos cidadãos que se quer esclarecer ou integrar. Neste sentido, o caminho a seguir na busca do rigor informativo está na valorização e diversidade temática, na relação com a actualidade, na confrontação, identificação e diversidade das fontes, bem como na diversificação dos géneros jornalísticos, na adequação dos formatos aos temas focados, nos estilos de discurso que privilegiem o tom neutro, a argumentação assertiva e o enquadramento factual.

Resumindo, observa-se que ao longo dos anos analisados, 2003 a 2006, os padrões de cobertura do tema Imigração e Minorias Étnicas, na Imprensa e Televisão, têm vindo

a alterar-se. Se nos dois anos iniciais esses padrões de cobertura privilegiaram em ambos os meios, a temática *Crime*, os Actores Institucionais, as Vozes e Fontes oficiais, recorrendo a um Tom negativo, a uma Argumentação predominantemente securitária e a um Enquadramento policial, nos dois últimos anos surgiram alterações. Assim, nota-se que, apesar de se manter a temática *Crime*, há uma distinção entre o autor do crime e a vítima do crime; por outro lado há um crescente recurso a Fontes provenientes da sociedade civil e aos imigrantes, o Tom é predominantemente neutro, a Argumentação assertiva e o Enquadramento factual. No entanto, nota-se limitada diversidade nos conteúdos abordados, insuficiente investigação jornalística sobre a actualidade e sobre as temáticas focadas, assim como escassa capacidade de examinar factos e eventos sobre diferentes pontos de vista. Trata-se sobretudo de coberturas jornalísticas «económicas» nos meios disponibilizados – com excepções de grandes reportagens realizadas tanto na imprensa como na televisão – e nas fontes consultadas, onde se nota uma tendência em evitar os temas que poderão causar polémica, quer com as entidades reguladoras, quer no confronto com a sociedade civil. Este padrão «económico» de cobertura jornalística tenderá a manter-se tendo em conta a conjuntura económica desfavorável e as instâncias reguladoras dos *Media*, apesar da crescente sociodiversidade e dos múltiplos grupos sem voz, nem expressão, no espaço público.

Novas estratégias são possíveis através da criação de meios de comunicação alternativos e a organização de fontes na sociedade civil. Estas empresas e estas agências alternativas poderão recolher, tratar, difundir ou canalizar informação de valor social – predominantemente gerado no designado Terceiro Sector – quer para os Novos *Media*, quer para os *Media mainstream*, quer ainda para meios de comunicação com novas filosofias de mercado, como os jornais gratuitos e as televisões locais e regionais. A entrada no campo dos *Media* de profissionais e jornalistas oriundos da imigração e das minorias torna-se, também, estratégico numa sociedade cada vez mais plural.

CAPÍTULO 5.

BIBLIOGRAFIA

APPADURAI, A. (2004), *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa: Teorema.

BHABHA, H. (org.) (1990), *Nation and Narration*, Londres: Routledge.

BRAH, A. (1996), *Cartographies of Diaspora*, Londres:Routledge.

CABECINHAS, R. (2002), *Racismo e Etnicidade em Portugal: uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*, Tese de Doutoramento defendida no Departamento de Ciências da Comunicação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

CANCLINI, N. G. (1997), *Culturas Híbridas*, São Paulo: Edusp.

CARVALHEIRO, J.R. (2007), *Fronteiras de Etnicidade: filhos de migrantes como audiências mediáticas*, Tese de Doutoramento defendida na Universidade da Beira Interior.

CASTELLS, M. (2003), *O Poder da Identidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTLES, S. e MILLER, M.J. (2003), *The Age of Migration*, Londres: Macmillan Press.

DELTOMBE, T. (2005), *L'Islam imaginaire: la construction médiatique de l'islamophobie en France: 1975-2005*, Paris: Editions La Découverte.

FEATHERSTONE, M. (1997), *O desmanche da Cultura*, São Paulo: Studio Nobel.

GIDDENS, A. (2004), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GILROY, P. (1993), *The Black Atlantic*, Londres: Verso.

HALL, S. (2003), *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Brasília: UFMG/UNESCO.

HALL, S. et al. (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Order*, Londres: Macmillan.

LAGES, M. e POLICARPO, V. (2006), *Os imigrantes e a População Portuguesa: Imagens recíprocas*, Lisboa: ACIME.

MARQUES, L.F. (2004), *Je ne suis pas raciste, mais... Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, Tese de Doutorado defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

NASH, K. (2000), *Contemporary Political Sociology: Globalization, Politics and Power*, Londres: Blackwell.

NOVAIS, R.A. (2007), *News Factors in Foreign News: A case study comparing British and Portuguese news coverage of Dili Massacre*, Tese de Doutorado defendida na Universidade de Kent, Canterbury.

OCDE (2007), *Policy Coherence for Development 2007: Migration and Developing Countries*, OCDE Development Centre.

POUTIGNAT, P. e STREFF-FENART, J. (1997), *Teorias da Etnicidade*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

TAYLOR, C. (1992), A política de reconhecimento In: *Multiculturalismo*, Lisboa: Instituto Piaget.

THOMPSON, J.B. (1995), *A Mídia e a Modernidade*, Petrópolis: Vozes.

WENDEN, C.V. (2005), *Atlas de Migrations dans le Monde*, Paris: Éditions Autrement.

WIEVIORKA, M. (2002), *A Diferença*, Lisboa: Fenda.

WILLIAMS, R. (1981), *Culture*, Londres: Fontana.

WOODWARD, K. (1997), *Identity and Difference*, Londres: Sage.

ANEXOS – IMPRENSA

Anexo 1. Distribuição da peças ao longo de 2005 e 2006, comparando os meses homólogos

	Frequência	Porcentagem
Janeiro 2005	175	3,7
Janeiro 2006	255	5,4
Fevereiro 2005	179	3,8
Fevereiro 2006	176	3,7
Março 2005	234	4,9
Março 2006	215	4,5
Abril 2005	202	4,3
Abril 2006	156	3,3
Mai 2005	193	4,1
Mai 2006	217	4,6
Junho 2005	415	8,7
Junho 2006	188	4,0
Julho 2005	296	6,2
Julho 2006	105	2,2
Agosto 2005	129	2,7
Agosto 2006	184	3,9
Setembro 2005	187	3,9
Setembro 2006	151	3,2
Outubro 2005	194	4,1
Outubro 2006	188	4,0
Novembro 2005	193	4,1
Novembro 2006	191	4,0
Dezembro 2005	151	3,2
Dezembro 2006	176	3,7
Total	4750	100,0

Anexo 2. Volume das peças discriminado por ano

	2005	2006	Total
1 ou 2 parágrafos	841	661	1502
	33,0%	30,0%	31,6%
1/8 de página	654	375	1029
	25,7%	17,0%	21,7%
1/4 de página	345	428	773
	13,5%	19,4%	13,6%
1/2 página	433	306	739
	17,0%	13,9%	15,6%
3/4 de página	191	210	401
	7,5%	9,5%	8,4%
1 página	49	124	173
	1,9%	5,6%	3,6%
1 página e 1/2	5	5	10
	0,2%	0,2%	0,2%
2 páginas	11	66	77
	0,4%	3,0%	1,6%
Mais de 2 páginas	19	27	46
	0,7%	1,2%	1,0%
Total	2548	2202	4750
	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 3. Espaço ocupado por tipo de notícias (2005 e 2006)

	Volume								Total	
	1 ou 2 parágrafos de página	1/8 de página	1/4 de página	1/2 página	3/4 de página	1 página	1 página e 1/2	2 páginas		Mais de 2 páginas
Entrevista	0	9	9	13	13	11	2	10	7	74
Reportagem	0	5	28	78	74	44	3	28	34	294
Notícia	0	692	569	564	275	106	5	39	3	2253
Breve	1040	18	2	3	1	0	0	0	0	1064
Opinião	9	31	39	40	24	4	0	0	1	148
Editorial	1	4	11	0	0	0	0	0	0	16
Comentário	10	13	9	5	5	2	0	0	0	44
Cacha	9	15	16	22	2	4	0	0	0	68
Estatística	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2
Caixa	299	231	84	9	5	1	0	0	1	630
Chamada	133	11	6	5	2	0	0	0	0	157
Total	1502	1029	773	739	401	173	10	77	46	4750

Anexo 4. Distribuição do tipo de peças pelos anos analisados (2005 e 2006)

	2005	2006	Total
Entrevista	45	29	74
	1,8%	1,3%	1,6%
Reportagem	196	98	294
	7,7%	4,5%	6,2%
Notícia	1062	1191	2253
	41,7%	54,1%	47,4%
Breve	604	460	1064
	23,7%	20,9%	22,4%
Opinião	71	77	148
	2,8%	3,5%	3,1%
Editorial	11	5	16
	0,4%	0,2%	0,3%
Comentário	35	9	44
	1,4%	0,4%	0,9%
Cacha	35	33	68
	1,4%	1,5%	1,4%
Estatística	2	0	2
	0,1%	0,0%	0,0%
Caixa	405	225	630
	15,9%	10,2%	13,3%
Chamada	82	75	157
	3,2%	3,4%	3,3%
Total	2548	2202	4750
	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 5. Tipos de peças presentes na modalidade revista em 2005 e 2006

	Frequência	Porcentagem
Entrevista	9	10,2
Reportagem	44	50,0
Notícia	3	3,4
Breve	3	3,4
Opinião	3	3,4
Editorial	1	1,1
Comentário	5	5,7
Cacha	2	2,3
Estatística	1	1,1
Caixa	17	19,3
Total	88	100,0%

Anexo 6. Distribuição do estatuto jurídico por jornal (2005 e 2006)

	Residência	Autorização de permanência	Titulares de vistos	Indocumentados	Asilados, refugiados e apátridas	Vários	Total
Público	26,1%	3,3%	0,3%	51,6%	2,7%	15,9%	100,0%
DN	14,3%	2,7%	1,8%	61,2%	2,7%	17,4%	100,0%
JN	21,5%	3,2%	1,0%	64,1%	2,2%	8,0%	100,0%
Expresso	25,0%	0,0%	2,8%	52,8%	13,9%	5,6%	100,0%
Independente	22,2%	5,6%	0,0%	61,1%	0,0%	11,1%	100,0%
Correio da Manhã	24,2%	3,1%	1,0%	62,6%	1,0%	7,9%	100,0%
A Capital	29,4%	8,8%	0,0%	44,1%	14,7%	2,9%	100,0%
24 Horas	11,9%	1,7%	2,5%	78,0%	2,5%	3,4%	100,0%
Total	21,9%	3,1%	1,1%	60,9%	2,6%	10,5%	100,0%

Anexo 7. Distribuição das minorias/nacionalidades por ano (2005 e 2006

	2005	2006	Total
Africanos	2,0%	4,4%	3,1%
Angolanos	0,5%	0,8%	0,6%
Brasileiros	13,6%	17,6%	15,4%
Cabo-verdianos	1,3%	1,5%	1,4%
Chineses	1,9%	2,6%	2,2%
Cidadãos de países de Leste	3,3%	3,8%	3,5%
Ciganos	7,5%	6,4%	7,0%
Guineenses	1,0%	0,5%	0,7%
Indianos	0,3%	0,1%	0,2%
Magrebinos	0,7%	0,1%	0,4%
Moçambicanos	0,1%	0,1%	0,1%
Moldavos	0,7%	1,2%	0,9%
PALOP	0,8%	0,5%	0,6%
Russos	0,8%	0,2%	0,6%
São-tomenses	0,0%	0,1%	0,0%
Ucranianos	3,9%	4,6%	4,2%
Várias	18,1%	14,8%	16,6%
Islâmicos	0,7%	0,5%	0,6%
2.^{as} gerações	4,7%	2,0%	3,5%
Romenos	4,5%	4,2%	4,3%
Imigrantes/estrangeiros	32,6%	31,6%	32,2%
Outra	1,1%	2,5%	1,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Anexo 8. Presença dos temas nos jornais de referência (*Público, Diário de Notícias, A Capital e Expresso*) em 2005 e 2006

Tema	Frequência	Porcentagem no total de temas
Acidentes/incidentes	120	3,9
Agenda	119	3,9
Terrorismo	7	0,2
Clandestinidade	221	7,2
Condições sociais	109	3,5
Crime	290	9,4
Desemprego	14	0,5
Educação	61	2
Exploração	55	1,8
Expulsão	42	1,4
Família	19	0,6
Habitação	113	3,7
Legalização	96	3,1
Máfia	43	1,4
Economia	78	2,5
Prostituição	92	3
Reagrupamento	3	0,1
Religião	20	0,6
Sem-abrigo	21	0,7
Saúde	32	1
Trabalho	156	5,1
Violência	58	1,9
Cultura	54	1,7
Naturalização	89	2,9
Legislação	232	7,5
Discriminação	187	6,1
Estatística	132	4,3
Segurança	114	3,7
Integração/direitos	266	8,6
SEF	29	0,9
Estudos sobre imigração	97	3,1
Outro	117	3,8

Anexo 9. Presença dos temas nos jornais populares (*Jornal de Notícias, Correio da Manhã, 24 Horas e O Independente*) em 2005 e 2006

Tema	Frequência	Porcentagem no total de temas
Acidentes/incidentes	287	6,8
Agenda	145	3,4
Terrorismo	4	0,1
Clandestinidadade	447	10,6
Condições sociais	87	2,1
Crime	849	20,1
Desemprego	13	0,3
Educação	47	1,1
Exploração	100	2,4
Expulsão	68	1,6
Família	6	0,1
Habitação	120	2,8
Legalização	65	1,5
Máfia	146	3,5
Economia	54	1,3
Prostituição	234	5,5
Reagrupamento	6	0,1
Religião	9	0,2
Sem-abrigo	9	0,2
Saúde	43	1
Trabalho	180	4,3
Violência	81	1,9
Cultura	43	1
Naturalização	76	1,8
Legislação	208	4,9
Discriminação	158	3,7
Estatística	126	3
Segurança	143	3,4
Integração/direitos	235	5,6
SEF	37	0,9
Estudos sobre imigração	64	1,5
Outro	130	3,1

Anexo 10. Presença de actores nas peças analisadas em 2005 e 2006

	Frequência	Porcentagem no total de actores
Estado	99	1,5
Governo	687	10,5
PP	30	0,5
PS	17	0,3
PSD	43	0,7
PCP	9	0,1
BE	33	0,5
Partidos	122	1,9
PSP	465	7,1
GNR	415	6,4
PJ	324	5,0
Forças policiais	308	4,7
Igrejas	56	0,9
UE	167	2,6
SEF	788	12,1
ACIME	333	5,1
IDICT	7	0,1
Sindicatos	32	0,5
Embaixadas	20	0,3
Associações de imigrantes	180	2,8
<i>Skinheads</i>	107	1,6
SOS Racismo	49	0,8
Autarquias	337	5,2
Tribunais	382	5,9
ONG	309	4,7
Empresários	231	3,5
Especialistas	357	5,5
Populares	284	4,4
Políticos internacionais	79	1,2
Organismos internacionais	59	0,9
Outros	187	2,9
Total	6516	100

Anexo 11. Autores de citações nas peças analisadas em 2005 e 2006

	Frequência	Porcentagem
Estado	41	1,2
Governo	325	9,8
PP	33	1,0
PS	15	0,5
PSD	33	1,0
PCP	15	0,5
BE	42	1,3
Partidos	38	1,1
Igrejas	45	1,4
Tribunais	50	1,5
UE	29	0,9
Forças policiais	84	2,5
SEF	193	5,8
ACIME	177	5,3
PSP	137	4,1
GNR	96	2,9
PJ	75	2,3
IGT	2	0,1
Sindicatos	15	0,5
Embaixadas	27	0,8
Associações de emigrantes	40	1,2
<i>Skinheads</i>	100	3,0
SOS Racismo	48	1,4
Autarquias	85	2,6
ONG	197	5,9
Africanos	145	4,4
Angolanos	17	0,5
Árabes	22	0,7
Brasileiros	37	1,1
Cabo-verdianos	88	2,7
Chineses	28	0,8
Cidadãos de países de Leste	33	1,0

(Continua)

(Continuação)

	Frequência	Porcentagem
Ciganos	26	0,8
Guineenses	50	1,5
Indianos	11	0,3
Magrebinos	3	0,1
Moçambicanos	1	0,0
Moldavos	3	0,1
PALOP	12	0,4
Russos	5	0,2
Paquistaneses	3	0,1
São-tomenses	3	0,1
Ucranianos	23	0,7
Islâmicos	35	1,1
Empresários	33	1,0
Especialistas	120	3,6
Populares	322	9,7
Políticos internacionais	148	4,5
Organismos internacionais	19	0,6
2. ^{as} gerações	20	0,6
Outros	39	1,2
Romenos	130	3,9
Total	3320	100

